



ADENILSON ALVES CRUZ

**Educação do campo e agroecologia: processos educativos na experiência da
Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB)**

**São Paulo - SP
2024**

ADENILSON ALVES CRUZ

**Educação do campo e agroecologia: processos educativos na experiência da
Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (área de Geografia), na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Território, educação e cultura”.

Orientador: Dr. Marco Antônio Mitidiero Junior

São Paulo - SP

2024

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Cruz, Adenilson Alves.

C957 Educação do campo e agroecologia : processos educativos na experiência da Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB) / Adenilson Alves Cruz. – São Paulo, 2024.
127 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Marco Antônio Mitidiero Júnior.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2024.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Educação do campo – Brasil. 4. Educação do campo – Bahia. 5. Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB). I. Título.

CDD 379.173

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Espera-se que este trabalho provoque e sensibilize as instituições públicas, a exemplo das Universidades Estaduais e Federais pelo país, para que venham favorecer o surgimento de feiras agroecológicas nos seus espaços, como estratégia pensada para a relação dos processos educacionais dessas instituições com a sociedade.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

Se espera que este trabajo provoque y concientice a las instituciones públicas, como las Universidades Estatales y Federales de todo el país, para que impulsen el surgimiento de ferias agroecológicas en sus espacios, como una estrategia diseñada para la relación entre los procesos educativos. de estas instituciones y de la sociedad.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

It is hoped that this work will provoke and raise awareness among public institutions, such as State and Federal Universities across the country, so that they can encourage the emergence of agroecological fairs in their spaces, as a strategy designed for the relationship between the educational processes of these institutions and society.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Unidade Complementar - São Paulo

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE ADENILSON ALVES CRUZ, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIDADE COMPLEMENTAR - SÃO PAULO.

Aos 04 dias do mês de março do ano de 2024, às 09:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de ADENILSON ALVES CRUZ, intitulada **“Educação do campo e agroecologia: processos educativos na experiência da Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB)”**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: PROFESSOR DOUTOR MARCO ANTONIO MITIDIERO JUNIOR (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Departamento de Geociências / UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, Profa. A Dra. MARIA NALVA RODRIGUES DE ARAUJO BOGO (Participação Virtual) do(a) Departamento de Educação / UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, Profa. A Dra. JANEIDE BISPO DOS SANTOS (Participação Virtual) do(a) . Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: **Aprovado**. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Orientador: Dr. Marco Antônio Mitidiero Junior

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCO ANTONIO MITIDIERO JUNIOR
Data: 05/03/2024 17:33:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA NALVA RODRIGUES DE ARAUJO BOGO
Data: 24/06/2024 11:10:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br JANEIDE BISPO DOS SANTOS
Data: 21/06/2024 17:11:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais -

Unidade Complementar - São Paulo
--,19060900, São Paulo - São Paulo
<http://www.ippri.unesp.br>

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Dinalva Maria de Jesus e Damião Alves Cruz, vocês me ensinaram os valores fundamentais da vida, como respeito, bondade e honestidade, e me deram a base sólida, me permitindo enfrentar os desafios da vida com coragem e determinação. Ensinaram-me que é do ser humano cometer erros, mas, o mais importante, é sempre aprender com cada um deles. Vocês trabalharam incansavelmente para que eu chegasse até aqui. Muito obrigado, do fundo do meu coração, por tudo que fizeram por mim. Tenho muita sorte de tê-los como mãe e pai.

À minha amada Rosana Mara Chaves Rodrigues, esposa e companheira de vida. Desde o momento em que a conheci, a minha vida mudou. Agradeço por cada sorriso que você me proporciona, estou feliz por tê-la ao meu lado. Ana Terra e Miguel Landim, nossos filhos, vocês são a razão do meu orgulho e felicidade, ver o crescimento de vocês, suas conquistas e o amor que compartilham entre si é um presente inestimável. Nossa família é a minha maior fonte de força e inspiração.

Ao meu Orientador, Professor Marco Antônio Mitidiero Júnior, agradeço pelas orientações e paciência, com esse “sem-terra” que foi alfabetizado aos 14 anos de idade, e como muitos trabalhadores desse Brasil, com dificuldade de leitura e escrita. Sua dedicação e comprometimento com essa pesquisa foram fundamentais para o sucesso deste trabalho. Também quero agradecer o cuidado e atenção que você demonstrou ao revisar e corrigir o meu trabalho. Suas sugestões e comentários foram de grande valor na melhoria e coerência desse texto. Espero não ter deixado nenhuma repetição!

Às professoras Dr.^a Maria Nalva Rodrigues da Silva Bogo e Dr.^a Janeide Bispo dos Santos, por aceitarem nosso convite para participar da banca examinadora, onde contribuíram com esse processo formativo.

Ao coletivo do Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial (CAECDT), pelos aprendizados ao longo desses 06 anos, a convivência cotidiana com vocês me fez entender a importância desta pesquisa para dar visibilidade às questões vivenciadas pelos camponeses e, sobretudo, pelo debate sobre *continuum* campo e cidade.

Dimas (André Nunes), grande amigo e irmão, o seu apoio e orientação têm sido fundamentais na minha jornada. Suas palavras de sabedoria e experiência têm

iluminado meu caminho. Sou grato por ter alguém como você ao meu lado, com a plena consciência de que a sua contribuição foi indispensável para o meu crescimento acadêmico.

Ao meu querido amigo Francisco Emanuel Matos Brito, grande parceiro, pela sua generosidade e compreensão. Sua capacidade de ouvir e oferecer conselhos são algo que admiro profundamente. Sua amizade tem sido um presente na minha vida, pelo que sou grato. Suas sugestões e comentários são de grande valor.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), “*Lutar! Construir Reforma Agrária Popular!*”, grito de ordem que aprendi com os educadores do Setor da Frente de Massa. Obrigado a todos vocês, companheiros e companheiras, organização admirável, comprometida com as causas sociais justas. Agradeço pela oportunidade de fazer parte desse movimento e contribuir com a luta por um mundo mais igualitário.

A minha dirigente do Setor Estadual de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Sintia Paula, pela confiança na minha indicação ao Programa Territorial da UNESP/IPRI.

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), construída pela mobilização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A existência de uma estrutura adequada para as aulas teóricas e práticas contribuiu bastante para a minha aprendizagem, um abraço em todos colaboradores da ENFF e obrigado pela acolhida.

A toda a equipe da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (UNESP), ao longo desse período, pude constatar a dedicação e comprometimento de cada um dos professores, que não mediram esforços para transmitir conhecimento de maneira clara e inspiradora. Na UNESP eu tive a chance de estabelecer laços de amizade que vou valorizar para toda a vida. Agradeço igualmente aos funcionários administrativos que, de forma incansável, trabalham nos bastidores para que tudo funcione perfeitamente.

À minha amiga e coordenadora do Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Paulo Freire (CAECDT), Joseane Batista, por seu apoio e paciência. A sua sensibilidade e flexibilidade em relação à organização dos meus tempos de trabalho, me permitiram dedicar à escrita, isso foi fundamental

para a conclusão dessa pesquisa. Agradeço pela confiança que sempre depositou em mim, e por compreender a importância dessa pesquisa.

À professora Edinera Maciel, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB/CAMPUS I/SALVADOR), pela sua valiosa colaboração na elaboração desse texto dissertativo. Suas dicas e correções foram fundamentais para enriquecer o conteúdo e a estrutura do trabalho.

À professora Ronalda Barreto, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB/CAMPUS I/SALVADOR), pelas suas provocações em relação à Economia Solidária. Elas me fizeram refletir sobre a feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia como um espaço de trocas solidárias. Suas sugestões e insights foram de extrema importância para o sucesso desse projeto.

Agradeço à cada um de vocês, pois, cada um tem desempenhado papéis importantes em minha jornada e sou grato por compartilhar momentos especiais e construir lembranças juntos, seja através de palavras de encorajamento, apoio nas lutas sociais, ou simplesmente por estar presente e cada um de vocês faz a diferença em minha vida. Que possamos continuar caminhando juntos em busca de dias melhores. Mais uma vez, meus sinceros agradecimentos a todos vocês, por tornarem a minha jornada tão prazerosa.

De manhãzinha, quando o sol aparece clarinho por detrás das montanhas, a vida toma o rumo do trabalho, os vaqueiros, os operários, as crianças e os animais saem para as ruas e fazendas. A esperança de colher o alimento é uma missão sagrada. Na feira, o bate boca e a festa do feijão, arroz, verdura, frutas e artesanatos, mostra fartura, como se a cidade nunca tivesse ouvido a palavra fome. Os homens, acreditando na vida, fazem o milagre da multiplicação dos pães, esquecendo o sofrimento e gritando com alegria.

Nasceu um novo dia!

Manhã - Paulinho Pedra Azul (1995)

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é compreender o modo como estão articulados os princípios constitutivos da educação do campo e da agroecologia nas dimensões educativas e formativas na experiência da Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB), desenvolvida pelo Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Paulo Freire (CAECDT). Suas questões norteadoras procuraram descrever e analisar as ações educativas realizadas na dinâmica da Feira e como esse processo educativo contribui para o fortalecimento do cuidado socioambiental nas comunidades do Território de Identidade Metropolitano de Salvador, onde os/as agricultores/feirantes trabalham e residem. O movimento teórico e metodológico consistiu em aprofundar os conceitos de Educação do Campo, Agroecologia, Território Camponês e Feiras Agroecológicas através de teóricos como: Freire (1999); Ciavatta (2010); Caldart (2021); Alentejano (2021); e na análise de projetos, relatórios e materiais didáticos produzidos pelo CAECDT. Na abordagem da pesquisa participativa, acompanhou-se a dinâmica da feira como rodas de conversa, observações e entrevistas semiestruturadas com os/as fregueses/as da feira, a coordenação e os/as camponeses/as feirantes. Conclui-se que, ao mobilizar os povos do campo e articular a educação do campo e a agroecologia, cria-se espaços de encontros e reencontros entre o campo e cidade, em que camponeses/as feirantes e fregueses compartilham suas lutas, labutas, anseios e desejos. Essa experiência materializada na Feira Agroecológica contribui para desconstrução de preconceitos estigmatizados acerca das populações que vivem e resistem no campo; e a indissociabilidade entre a educação do campo e a agroecologia possibilita o fortalecimento da Agricultura Camponesa na medida em que essa ação também fortalece a equação “produzir, conservar e preservar”, apesar de inúmeros desafios.

Palavras-chave: Alimentos; Educação; Agroecologia; Território; Espaço educativo.

ABSTRACT

The objective of this research is to understand the way in which the constitutive principles of education of the countryside and of agroecology are articulated in the educational and training dimensions of the experience of the Agroecological Fair of the University of the State of Bahia (FAUNEB) developed by the Academic Center for Rural Education and Territorial Development Paulo Freire (CAECDT). Its guiding questions sought to describe and analyze the educational actions carried out during the Fair and how this educational process contributes to strengthening socio-environmental care in the communities of the Metropolitan Identity Territory of Salvador, where farmers/fair traders work and reside. The theoretical and methodological movement consisted of deepening the concepts of Rural Education, Agroecology, Peasant Territory and Agroecological Fairs through theorists such as: Freire (1999); Ciavatta (2010); Caldart (2021); Alentejo (2021); and in the analysis of projects, reports and teaching materials produced by CAECDT. In the participatory research approach, the dynamics of the fair were monitored through conversation circles, observations and semi-structured interviews with the fair's customers, the coordination and the farmers. It is concluded that, by mobilizing rural people and articulating rural education and agroecology, spaces for encounters and reunions between the countryside and the city are created, in which peasants/marketers and customers share their struggles, toils, desires and desires. This experience materialized at the Agroecological Fair contributes to the deconstruction of stigmatized prejudices about the populations that live and resist in the countryside; and the inseparability between rural education and agroecology makes it possible to strengthen Peasant Agriculture as this action also strengthens the “produce, conserve and preserve” equation, despite numerous challenges.

Keywords: Food; Education; Agroecology; Territory; Educational space.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación es comprender el modo como están articulados los principios constitutivos de la educación del campo y de la agroecología en las dimensiones educativas y formativas de la experiencia de la Feria Agroecológica de la Universidade do Estado de Bahía (FAUNEB), desenvolvida por el Centro Académico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Paulo Freire (CAECDT). Sus preguntas orientadoras buscaron describir y analizar las acciones educativas realizadas durante la Feria y cómo este proceso educativo contribuye al fortalecimiento del cuidado socioambiental en las comunidades del Territorio de Identidad Metropolitana de Salvador, donde trabajan y residen agricultores/comerciantes justos. El movimiento teórico y metodológico consistió en profundizar los conceptos de Educación en el campo, Agroecología, Territorio Campesino y Ferias Agroecológicas a través de teóricos como: Freire (1999); Ciavatta (2010); Caldart (2021); Alentejo (2021); y en el análisis de proyectos, informes y materiales didácticos elaborados por el CAECDT. En el enfoque de investigación participativa, la dinámica de la feria fue monitoreada a través de círculos de conversación, observaciones y entrevistas semiestructuradas con los clientes de la feria, la coordinación y los agricultores. Se concluye que, al movilizar a la población del campo y articular la educación en el campo y la agroecología, se crean espacios de encuentro y reencuentro entre el campo y la ciudad, en los que campesinos/comercializadores y clientes comparten sus luchas, fatigas, anhelos y anhelos. Esta experiencia materializada en la Feria Agroecológica contribuye a la deconstrucción de prejuicios estigmatizados sobre las poblaciones que viven y resisten en el campo; y la inseparabilidad entre educación en el campo y agroecología permite fortalecer la Agricultura Campesina ya que esta acción también fortalece la ecuación “producir, conservar y preservar”, a pesar de numerosos desafíos.

Palavras-chave: Alimentos; Educación; Agroecología; Territorio; Espacio educativo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Representação Gráfica da Tríade que forma a FAUNEB	66
Figura 2 -	A Feira Agroecológica da UNEB com a participação do MPA e MST (CAECDT, 2019)	70
Figura 3 -	Intercâmbio do Curso de Multiplicadores da agroecologia em uma área em processo de transição agroecológica - Monte Gordo/Camaçari-BA	82
Figura 4 -	Organização na produção de alimentos – Rodas de conversa no Acampamento Paulo Jackson em São Sebastião do Passé - BA	83
Figura 5 -	Etapas do Curso de Formação de Camponeses Multiplicadores em Agroecologia. Produção de biofertilizantes na área em transição agroecológica no Município de Camaçari e à direita, etapa do mesmo curso no acampamento Paulo Jackson em São Sebastião do Passé-Bahia.	91
Figura 6 -	Oficinas de artes	93
Figura 7 -	Rodas de conversa na Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB)	94
Figura 8 -	Valdely Kinupp (de camisa amarela), autografando livro sobre as PANCs na Feira Agroecológica da UNEB	95
Figura 9 -	Cards informativos	98
Figura 10 -	Entrega das cestas na UFBA e na UNEB no Município de Salvador em tempos de pandemia de Covid-19	99
Figura 11 -	Colheita para o dia da feira: acampamento Paulo Jackson - São Sebastião do Passé - BA e o acampamento Recanto da Paz	107
Figura 12 -	Os solos são arenosos no acampamento Recanto da Paz, essa ocorrência também se repete no acampamento Paulo Jackson, Município de São Sebastião do Passé – Bahia.	109
Figura 13 -	Uso de cobertura do solo e adubação produzida na comunidade	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Agricultura familiar (camponesa) no Território de Identidade Metropolitano de Salvador	43
Gráfico 2 -	Categorias que frequentam a Feira Agroecológica da UNEB	75
Gráfico 3 -	Renda dos frequentadores da Feira Agroecológica da UNEB	76

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 -	Localização do Território de Identidade Metropolitano de Salvador	38
Mapa 2 -	A luta pela terra no Território de Identidade Metropolitano	51

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	Acampamentos coordenados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Território de Identidade Metropolitano de Salvador (TIMS)	54
QUADRO 2 -	Feiras agroecológicas de Salvador articulando junto ao território camponês	60
QUADRO 3 -	Movimentos e instituições populares que compõem o Conselho do Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial (CAECDT)	69
QUADRO 4 -	Disciplinas do Curso de Formação de Multiplicadores em Agroecologia	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADUNEB	Associação dos Professores da UNEB
AECOFABA	Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia
CAECDT	Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Paulo Freire
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CET	Coordenação Estadual dos Territórios
CETA	Movimento Estadual dos Trabalhadores Rurais Assentados, Acampados e Quilombolas
CONFREM	Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinheiros
COVID-19	<i>Coronavirus disease</i>
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EdoC	Educação do Campo
EFAs	Escolas Famílias Agrícolas
EFASE	Escola Família Agrícola do Sertão
ENERA	Encontro Nacional de Educadores e Educadoras na Reforma Agrária
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FAUNEB	Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia
FATRES	Federação dos Trabalhadores Rurais
FEEC	Fórum Estadual da educação do campo
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPRI	Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais
IRPAA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
MAB	Museu de Arte da Bahia
MAM	Movimento Pela Soberania Popular na Mineração
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MLT	Movimento de Luta pela Terra
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MUC	Movimento de Unificação Camponesa
NEPPA	Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias
ONU	Organização das Nações Unidas
PANCs	Plantas Alimentícias Não Convencionais
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
REFAISA	Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPLAN-BA	Secretaria do Planejamento da Bahia
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
TIMS	Território de Identidade Metropolitano de Salvador
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	20
1.1	Percurso metodológico.....	23
2	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: LENTES PARA A LEITURA DA REALIDADE.....	27
2.1	Educação e Emancipação Humana.....	27
2.2	Educação do Campo e Agroecologia.....	30
3	CONTEXTO SOCIOESPACIAL DA FEIRA AGROECOLÓGICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (FAUNEB).....	36
3.1	Território de Identidade Metropolitano de Salvador (TIMS).....	37
3.2	Movimentos sociais populares, questão agrária e a luta pela terra no Território de Identidade Metropolitano de Salvador (TIMS).....	46
3.2.1	Os Acampamentos de luta pela terra e a geografia do MST no Território de Identidade Metropolitano de Salvador.....	52
4	A FEIRA AGROECOLÓGICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA NO CONTEXTO DAS FEIRAS AGROECOLÓGICAS EM SALVADOR.....	58
4.1	As feiras agroecológicas como espaço de inovação social rural	61
4.2	Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia e a dialogicidade entre camponeses, universidade e fregueses.....	65
4.2.1	A Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia: uma ação de Extensão da Universidade.....	67
4.2.2	As camponesas feirantes: origens e aproximações espaciais.....	72
4.2.3	Os/as fregueses/as na dinâmica da Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB).....	75
5	OS PROCESSOS EDUCATIVOS QUE OCORREM ARTICULADOS À AÇÃO DA FEIRA AGROECOLÓGICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (FAUNEB).....	79
5.1	Projetos desenvolvidos pelo (CAECDT) em articulação com o coletivo da Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB).....	80
5.1.1	As visitas de acompanhamento às comunidades dos/das agricultores/as feirantes.....	81
5.1.2	Curso de formação de agricultores multiplicadores em agroecologia....	84

5.1.3	As Oficinas realizadas na feira.....	92
5.1.4	A Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia: reorganização e aprendizados com a pandemia de COVID-19, no período entre 2020 e 2021.....	95
5.1.4.1	As cartas e o que elas dizem sobre as mudanças na feira em tempos de pandemia.....	100
5.2	A Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB): aprendizagens e desafios no fortalecimento dos cuidados socioambientais nas comunidades.....	104
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
	REFERÊNCIAS.....	117
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS/AS FREGUESES/AS DA FEIRA AGROECOLÓGICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (FAUNEB).....	124
	APÊNDICE B - ROTEIRO DE QUESTÕES PARA COORDENAÇÃO DA FEIRA AGROECOLÓGICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (FAUNEB) E DO CENTRO ACADÊMICO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PAULO FREIRE (CAECDT).	125
	APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS REFERENTES AOS/AS CAMPONESES/AS FEIRANTES DA FEIRA AGROECOLÓGICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (FAUNEB).	126

1 INTRODUÇÃO

A natureza tem que ser entendida como uma teia de relações e interações ecológicas, a solidariedade dos seres humanos com todos os seres vivos que precisam igualmente da biosfera. (Boff, 2021, p. 322).

A citação de Leonardo Boff (2021), acima, nos instiga a refletir estratégias que nos leve a superar as crises socioambientais contemporâneas, visíveis consequências do desenvolvimento capitalista que busca o lucro a qualquer custo, realidade esta que tem comprometido a relação da humanidade com as “bondades da natureza”¹. Nesse sentido, a educação pode desempenhar um papel fundamental na construção de outro projeto de sociedade e outro projeto de campo², em que os camponeses passam a ser os sujeitos dos cuidados socioambientais, especialmente na ação de conservação dos agroecossistemas e preservação da biodiversidade.

“Produzir, Conservar e Preservar” são dimensões que precisam estar interligadas, garantindo, assim, a saúde dos agroecossistemas em nossas ações. Este posicionamento refere-se ao cuidado no uso dos elementos da natureza de forma equilibrada, ao ponto de garantirmos essa mesma capacidade às gerações futuras para satisfazerem as suas próprias necessidades. Para este trabalho dissertativo, colocamos a seguinte questão orientadora: quais ações educativas são realizadas na Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB) e como esse processo educativo contribui para o fortalecimento do cuidado socioambiental entre aqueles que participam dessa experiência.

Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é compreender os processos educativos que ocorrem na FAUNEB, no Bairro do Cabula³ prestando atenção à

¹ Os recursos naturais são chamados de *bondades da natureza* na perspectiva do *Bem Viver*, filosofia e proposta de vida baseada nos princípios e valores dos povos indígenas da América Latina, especialmente no Equador. Segundo Acosta (2016), o conceito do *Bem Viver*, conhecido como *Sumak Kawsay* na língua quíchua, difere da visão ocidental de progresso e desenvolvimento econômico. Em vez de medir a qualidade de vida pelo aumento do consumo e pela acumulação de bens materiais, o *Bem Viver* valoriza a harmonia entre os seres humanos e as bondades da natureza. Essa abordagem holística do bem viver também enfatiza a importância da espiritualidade, da solidariedade e da cooperação entre os indivíduos e as comunidades.

² Estamos entendendo o campo a partir da leitura de Wanderley (2009), que o descreve como “espaço de vida das populações que residem nas áreas de habitat disperso, ou pequenas aglomerações, oficialmente denominadas pelo IBGE (2017) de espaço rural, são pessoas que vivem e trabalham no campo, longe dos centros urbanos”.

³ Segundo Santos (2007), o cabula é considerado pela população soteropolitana como o grande quilombo de Salvador, homens e mulheres trazidos do continente Africano, contra as suas próprias vontade foram escravizados no Brasil a partir do séc. XVI. Muitos fugiam para o interior das matas, vindo a surgir muitos quilombos onde hoje é o bairro do Cabula.

articulação dos princípios constitutivos da educação do campo e da agroecologia, que por ora, são geradoras de relações socioespaciais estabelecidas pela tríade: *universidade, camponeses e fregueses*, e em que medida essa ação contribui para o fortalecimento do cuidado socioambiental em que os agricultores feirantes trabalham e vivem no Território de Identidade⁴ Metropolitano de Salvador.

Nessa perspectiva, a feira agroecológica foi implantada no espaço do Campus I da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no dia 19 de outubro de 2017, no Município de Salvador, capital do Estado baiano, no bairro do Cabula. Esta ação acontece em parceria com os movimentos sociais e organizações populares do campo, com foco no debate da agroecologia e da reforma agrária, além de, em termos práticos, proporcionar renda às famílias dos agricultores/as feirantes com a comercialização dos alimentos provenientes de suas roças e quintais.

O Centro de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Paulo Freire (CAECDT), ao propor a Feira Agroecológica no Campus I da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), mobilizou os sujeitos da educação do campo e da agroecologia para a realização da feira, como um espaço do encontro entre o campo e a cidade, espaço onde ocorre o comércio de alimentos livres de agrotóxicos⁵ e, muito mais que isso, o lugar do diálogo, de encontros e reencontros da universidade e seu público, dos camponeses e dos fregueses.

A pesquisa acompanhou as roças e quintais de 6 (seis) mulheres feirantes da FAUNEB, as quais trataremos apenas pelas iniciais. No geral, a FAUNEB é composta por mulheres na sua maioria, e os trabalhos desenvolvidos por elas estão

⁴ Para Souza (2007), essa identidade territorial é histórica, processual e transescalar e ela traz consigo elementos concretos (espaço e matéria) e abstratos (representação e idéia) que nós carregamos, além de rugosidade(s) que deixam traços identitários impressos na paisagem. Mas, embora esse conceito tenha gerado muitas discordâncias no meio acadêmico e político. Para o autor, a identidade territorial tem uma forte repercussão no espaço geográfico por que ela produz a territorialização e desterritorialização.

⁵ Segundo a lei dos agrotóxicos, (Lei 7.808, de 11 de julho de 1989), regulamentada pelo decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, os agrotóxicos são produtos e componentes de processos físicos, químicos ou biológicos destinados aos setores da produção, armazenamento e beneficiamento de produtos, nas pastagens, na produção de florestas ou implantadas, e em outros ecossistemas, também, em ambientes urbanos, hídricos e industriais. Fruto desse processo, segundo Flávia Londres (2011), desde 2008, o Brasil tornou-se o maior consumidor mundial de agrotóxico, com um consumo de 725,6 toneladas, em torno de 3,7 kg por habitante. Segundo Londres (2011), o uso indiscriminado de agrotóxico pode levar à contaminação da água e do solo e causar efeitos drásticos em espécies não alvo, causando a morte de animais e plantas, afetando a biodiversidade, as redes alimentares e os ecossistemas aquáticos e terrestres. Essas substâncias podem se deslocar no ambiente através dos ventos e da água da chuva para locais distantes de onde o veneno foi aplicado. A intoxicação por agrotóxico pode ocasionar tonturas, cólicas abdominais, náuseas, vômitos, dificuldade respiratória, tremores, irritações na pele, nariz, garganta e olhos, convulsões, desmaios, coma e até mesmo a morte.

relacionados ao plantio, tratos culturais, colheita, transporte e comercialização dos produtos na feira; e é através do seu trabalho que tendem a organizar estratégias para a sobrevivência do seu território. Convém dizer que as mulheres têm contribuído historicamente para superação dos valores que conferem a este tipo de trabalho um baixo reconhecimento e invisibilidade da participação feminina, que tem tornado a FAUNEB uma experiência, também, da resistência das mulheres camponesas.

A resistência das mulheres camponesas se materializa no espaço acadêmico urbano, referenciado na oferta de alimentos limpos e saudáveis, livres do uso de agrotóxicos, com preços populares, baseada nos princípios da economia solidária⁶.

As participantes da feira estão organizadas nos movimentos sociais populares que se mobilizam no espaço do Território de Identidade Metropolitano de Salvador. Neste caso, as mulheres camponesas, agricultoras e feirantes, são acampadas em dois acampamentos vizinhos, porém, em municípios diferentes. Os/as feirantes/as são do Acampamento Paulo Jackson (Bento), Município de São Sebastião do Passé - BA e do Acampamento Recanto da Paz, Município de Dias D'Ávila, ambos coordenados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ao longo da sua existência, a FAUNEB tem buscado fomentar debates promovendo os princípios da educação do campo e da agroecologia no espaço onde ocorre a feira, bem como nos acampamentos onde ocorre o curso de formação de agricultores multiplicadores da agroecologia.

Os preços praticados tornam esses alimentos acessíveis às camadas populares no Cabula em Salvador - Bahia. O Território do Cabula é um conjunto de bairros situados na região central da cidade de Salvador. O Cabula está localizado no miolo da cidade de Salvador, é conhecido por sua grande diversidade de comércio e serviços e é composto por diversas pequenas localidades e conjuntos habitacionais e até condomínios fechados. Esta estratégia tem perspectivas na segurança alimentar, no combate à fome, na reforma agrária e nos cuidados com a natureza. A prática de preços dos alimentos ofertados na FAUNEB estabelece-se de

⁶ A economia solidária, segundo Cruz *et al* (2022) *apud* Singer (2002), pode ser considerada um movimento de diversidade econômica e social contraposto ao modelo de produção capitalista. É alternativa de relações de produção, compra, venda, poupança, troca e socialização. Também é uma construção de saberes, com base na solidariedade, na cooperação, na reciprocidade, na valorização da diversidade, da cultura e do meio ambiente. Foi impulsionada no Brasil nas décadas de 1980 e 1990, a partir de milhares iniciativas de organizações sociais e dos movimentos populares do campo e da cidade

forma mais acessível, já que são produzidos pelas próprias feirantes em suas roças e quintais produtivos (faixa de terra normalmente localizada nos arredores da casa das agricultoras).

Assim, o objeto em análise foi elaborado a partir da nossa inquietação sobre os processos educativos desenvolvidos pelo coletivo e estabelecidos na relação entre a tríade: camponeses, universidade e fregueses, pressupondo-se que a feira se constitui não somente como um espaço de troca de mercadorias, mas, também, de conhecimentos, a partir das conversas, oficinas, manifestações populares, encontros e sociabilidades e vivências educativas. Por isso, assumimos claramente a visão de Freire (1999, p. 10), de que “a educação é feita com o povo e para o povo”, numa troca dialógica entre os sujeitos.

Vale ressaltar que a FAUNEB, ao promover o debate da educação do campo e da agroecologia, prioritariamente, põe na linha de discussão a questão agrária e a produção de alimentos na perspectiva não somente da segurança alimentar, mas, também, na soberania do que se come, vinculado a outro projeto de sociedade.

1.1 Percurso metodológico

Por se tratar de um objeto em movimento, em que o pesquisador se encontra na dinâmica do fazer cotidiano da FAUNEB, optamos por uma pesquisa de cunho qualitativa, sendo a pesquisa participante a que mais se aproxima das intenções deste estudo, intrinsecamente ligado ao pesquisador. Na pesquisa participante, o pesquisador participa da pesquisa enquanto sujeito em um período de imersão no cotidiano investigado para capturar o movimento processual das relações educativas e formativas pautadas na Educação do Campo e na Agroecologia, a partir da experiência formativa do projeto de extensão Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB).

Netto (2011) define que o ser humano é um sujeito integral na sua totalidade, com todos os aspectos interligados na sua realidade: físicos, psicológicos, sociais e espirituais, sendo, os mesmos aspectos, também, são influenciadores na saúde e no seu bem-estar. Ao mesmo tempo em que o autor chama a atenção para a produção do conhecimento a partir da relação mútua e do compartilhamento de experiências que se complementam, repassados através de processos educativos compartilhados.

Para Netto (2011), a realidade não é um mero reflexo mecânico feito um espelho e o pesquisador não é uma figura passiva; precisa problematizar as contradições dessa realidade que se apresenta sem recortes, pois questões socioespaciais não podem ser analisadas separadamente a partir de um recorte.

Netto (2011), afirma ainda existir uma aparência imediata na realidade (da sociedade), da qual, necessariamente, se inicia o conhecimento, sendo essa aparência portadora de um nível de realidade, e a teoria que dela resulta é algo importante e não descartável. Assim, é indo para além da aparência que poderemos capturar o movimento real dos sujeitos e do objeto a ser analisado. Neste aspecto, as condições materiais e imateriais de existência de uma sociedade, como a economia, as relações de produção e a organização social, são fundamentais para compreender a sua história e a sua dinâmica sócio-espacial⁷ nas contradições da luta de classes.

Desse modo, o movimento teórico e metodológico da pesquisa se constitui em três momentos: o primeiro momento é um aprofundamento conceitual para apreender o objeto na sua dimensão teórica; o segundo é a análise documental, em que foi feito um levantamento dos documentos, projetos, relatórios, material didático, entre outros, produzidos pelo CAECDT; e no terceiro momento, na dinâmica da realidade concreta, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os sujeitos da pesquisa.

Na pesquisa bibliográfica, foram levantadas obras de autores que abordam as seguintes categorias: Educação, Educação do Campo (EdoC), Agroecologia, Território Camponês e Feiras Agroecológicas.

Na pesquisa documental, o olhar se lança sobre as informações dos documentos do CAECDT, a exemplo de relatórios, projetos, cartas enviadas para os clientes no período de pandemia do Covid-19 (de 2020 à 2022), entre outros, relacionados à Feira Agroecológica da UNEB.

A pesquisa de campo foi baseada na pesquisa participante, que tem como referência os estudos e abordagens de Brandão e Borges (2007):

⁷ O debate de socioespacialidade deve considerar a importância das relações sociais condicionadas pelo espaço. Souza (2021) ressalta que o conceito de sócio-espacialidade, aqui representado com um hífen, se refere não apenas ao espaço produzido pela sociedade, mas a todas as relações que se estabelecem nesse processo, seja ele produtivo, recreativo e, nesse entendimento, são relações sociais delimitadas pelo espaço. Neste sentido, para o autor, a organização espacial só pode ser compreendida, quando levado em conta os objetos feitos pela sociedade, mas, evidentemente sem desprezar o que não foi, a exemplo do rio, do solo e da biodiversidade.

[...] a partir da realidade concreta da vida cotidiana dos próprios participantes individuais e coletivos do processo, em suas diferentes dimensões e interações – a vida real, as experiências reais, as interpretações dadas a estas vidas e experiências, tais como são vividas e experiências tais como são vividas e pensadas pelas pessoas com quem interagimos (Brandão, 2007, p. 54).

Para coleta de dados primários, durante a realização dos trabalhos de campo, optou-se pela técnica de entrevistas⁸ aos fregueses, feirantes e coordenação da feira por meio de roteiros semi estruturados específicos para cada uma dessas categorias. O trabalho da pesquisa em campo é fundamental para a captura dos dados, sobretudo, quando exige o mergulho do pesquisador na investigação do objeto para que sejam dadas as interpretações a essas experiências, tais como são vividas e pensadas. Para a utilização dessa metodologia, é necessário criar vínculos de confiança, a fim de criar as condições favoráveis para a apreensão dos dados e das informações da feira e das comunidades dos feirantes.

A pesquisa foi realizada entre os anos de 2021 e 2022, tempo em que foram realizadas idas e vindas aos acampamentos (roças e quintais produtivos) para acompanhamento técnico, realização de cursos e entrevistas. Como instrumentos de pesquisa de campo foram utilizados roteiros semiestruturados, cadernos de campo e fotografias. A pesquisa acompanhou seis mulheres camponesas feirantes, moradores do acampamento Paulo Jackson (Bento) em São Sebastião do Passé, Bahia - Brasil e do acampamento Recanto da Paz, em Dias D'Ávila, Bahia - Brasil.

Posto isto, esta/ dissertação está organizada em seis capítulos, que se complementam, a fim de trazer aos olhos da sociedade, sobretudo da academia, os processos de aprendizagem que ocorrem entre a tríade: camponeses/as, universidade e fregueses, no espaço e na ação da Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB). São aprendizagens sobre alimentação saudável, consumo consciente, Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs)⁹ ervas medicinais, enfim, elementos da autonomia camponesa.

No segundo capítulo, a partir dos elementos constituintes da espacialidade camponesa, da questão agrária, da agroecologia e da urgência da reforma agrária

⁸ Roteiros de entrevistas: Apêndice A – entrevistas com as feirantes; Apêndice B – entrevista com os fregueses; Apêndice C – entrevista com a coordenação da feira.

⁹ PANCs é a sigla para plantas alimentícias não convencionais, ou seja, são plantas que geralmente não são tão conhecidas ou utilizadas na alimentação diária, no entanto, possuem um grande potencial nutritivo e benefícios para a saúde. As PANCs podem incluir diversas espécies vegetais como folhas, flores, frutos, raízes e sementes que podem ser consumidas de diferentes formas como saladas, sucos, chás, refogados, entre outros. (Kinupp, 2007).

enquanto justiça social no campo há um esforço reflexivo e teórico para compreendermos as categorias e conceitos epistemológicos da educação do campo e da agroecologia, a partir do olhar das ciências geográficas, enquanto projetos indissociáveis, e a partir de dimensões educativas freiriana, que considera não somente os aspectos técnicos da educação, mas, também, os aspectos culturais, sociais e ambientais.

No terceiro capítulo, são apresentados os aspectos socioespaciais que possibilitaram o surgimento da FAUNEB, a história de formação da feira. Também são discutidos os aspectos socioeconômicos e pedagógicos que influenciam a sua criação, a qual, no primeiro momento, como uma demanda por alimento sem agrotóxico, evolui para a preocupação com a preservação da natureza. Um fator importante apresentado neste segundo capítulo é o papel da Universidade do Estado da Bahia na promoção desta feira.

No quarto capítulo, abordamos as feiras agroecológicas enquanto espaços de resistência da agricultura familiar camponesa, uma presença que tem se materializado na oferta constante de alimentos saudáveis no espaço urbano/acadêmico. São trabalhadoras e trabalhadores produzindo alimentos limpos sem a presença de agrotóxicos, conservando agroecossistemas e preservando a biodiversidade. Neste capítulo, procuramos fazer uma distinção entre feiras de orgânicos e feiras agroecológicas.

No quinto capítulo, analisamos os processos educativos que ocorrem na FAUNEB, como manifestações da valorização da identidade e preservação da cultura camponesa, que hoje se apoiam em conceitos como agroecologia e educação do campo. Conforme exposto anteriormente, partimos dos princípios e conceitos da Agroecologia e da Educação do Campo para compreender em que medida os processos educativos desenvolvidos na FAUNEB fortalecem os cuidados socioambientais nas comunidades dos feirantes no Território de Identidade.

No sexto capítulo, nas considerações finais, a pesquisa aponta algumas questões que resultaram deste estudo e que precisam ser refletidas pelo conjunto dos sujeitos envolvidos na articulação da Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia e, ainda, algumas sugestões que talvez possam contribuir com a ampliação desse debate de defesa da agroecologia.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: LENTES PARA A LEITURA DA REALIDADE

Acercar as ações educativas realizadas pelo coletivo da FAUNEB, de modo a dar sua contribuição para o fortalecimento das comunidades envolvidas no que se refere ao cuidado socioambiental na produção, supõe a apropriação de um conjunto de chaves teóricas, que serviram como lentes para leitura da realidade estudada. Neste sentido, este capítulo apresenta as abordagens acerca da Educação na perspectiva da Emancipação Humana, Educação do Campo e Agroecologia como projetos indissociáveis.

2.1 Educação e Emancipação Humana

Segundo Freire (1999), a emancipação humana refere-se ao processo de libertação das pessoas da condição de alienação e exploração, que não pode simplesmente ser alcançado apenas por mudanças políticas, mas, também, é preciso que haja transformações sociais, econômicas e culturais. E é justamente aí, onde entra o papel da educação do campo e da agroecologia na formação de sujeitos autônomos e conscientes neste processo histórico de oposição contra hegemônica.

Tonet (2007) aponta a educação como um instrumento de transformação e emancipação dos sujeitos através da formação de indivíduos autônomos e críticos, capazes de pensar por si mesmos para agirem de forma consciente e responsável, possibilitando a superação de desigualdades e injustiças. O autor chama atenção para a junção do trabalho como parte do processo educativo. Ciavatta (2010) compreende que a educação é uma ação humanizadora e que efetivamente se afirma no caráter formativo do trabalho, este, produtor dos meios de vida, tanto nos aspectos materiais como culturais, sobretudo, nas formas de sociabilidades,

Frigotto (2021), baseado nas ideias de Marx e Engels, afirma que:

[...] o processo de emancipação humana se fundamenta no ser humano, na ciência ou no conhecimento de ação prática ou a práxis transformadora das relações de classe [...] A concepção de que o ser humano busca legitimar a desigualdade social nos processos de exploração e de alienação que as relações capitalistas produzem são assimilados desde a infância. (Frigotto, 2021, p. 384).

Nesta mesma linha de pensamento, Alentejano (2021) afirma que é o conhecimento da práxis que orienta o processo de emancipação humana. Com essa perspectiva, a educação popular tem buscado promover a conscientização e o empoderamento dos povos, através de uma pedagogia voltada para uma reflexão crítica da realidade tal qual se apresenta com as suas novidades e contradições. Neste sentido, a educação popular e a educação do campo, orientadas nas fontes do materialismo histórico-dialético, buscam superar a dicotomia entre teoria e prática, promovendo a construção coletiva do conhecimento. A ideia é que essa ação seja capaz de refletir, compreender e transformar a realidade socioespacial, por isso, enfatiza-se a importância das contradições que surgem a partir das relações de produção e/ou em outros aspectos da sociedade.

Segundo Freire (1999), a emancipação humana trata de um processo de libertação das restrições, opressões e limitações que impedem as pessoas de alcançarem igualdade e autonomia. Isso envolve a luta pelos direitos civis, políticos, sociais e econômicos, pois, na relação dos/as camponeses/as com o mercado, está incluída a relação de exploração que pode comprometer a autonomia desses sujeitos.

Paulo Freire (1999) nos lembra, ainda, que a educação necessita de um esforço de mobilização, organização para a formação das classes populares, para que desenhem outro projeto de educação e sociedade e permita aos oprimidos a superação da condição de dominação imposta pelos opressores. Nessa mesma linha de discussão, Caldart (2022) compreende que a educação poderá desempenhar um papel fundamental na superação da condição de dominação e opressão dos trabalhadores.

Assim, para esses autores, é fundamental que os oprimidos alcancem a superação por meio da educação. Dessa forma, é fundamental a garantia de que todos os indivíduos, independentemente de sua origem étnica, socioeconômica ou outra forma de opressão, tenham direito à educação de qualidade e que esta esteja vinculada ao seu contexto.

Freire (1987) propõe uma *Pedagogia do oprimido* “forjada com ele e não para ele”; uma pedagogia construída a partir da realidade e da vida concreta dos oprimidos, das suas práticas, sentimentos, sonhos, respeitando o contexto histórico e a cultura dos sujeitos, reconhecendo que estes já trazem consigo um saber construído a partir da sua prática. Nesse caso, quando propõe uma pedagogia do

oprimido, está reafirmando a necessidade de educar o indivíduo para que este conhecedor da sua realidade e das suas condições possa atuar como sujeito histórico, repensando-a e contribuindo para sua mudança e melhoria nos aspectos gerais da sua vida cotidiana.

Na perspectiva freiriana, a educação se faz nas trocas dialógicas dos conhecimentos, de forma horizontalizada. Nesse sentido, a sua concepção de educação compreende que “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1987, p. 79). Segundo seu raciocínio, não há saber mais ou saber menos: há “diferentes saberes”, ou seja, saberes que se complementam.

Segundo Freire (1999), a educação popular foi sendo elaborada ao longo do tempo histórico, tendo a ação-reflexão-ação como uma premissa da sua tese: “não foi a teoria que criou a prática, nem a prática que criou uma teoria”, mas ambas, na vivência educativa, são determinantes na elaboração da práxis pedagógica e evidenciam o papel da educação na construção de um novo projeto histórico, fundamentado na teoria do conhecimento que parte da prática concreta da construção do saber do educando.

Freire (1999) sugere “o diálogo” entre os sujeitos do processo educativo, sendo que, a ação e reflexão, dos intelectuais e das lideranças, não podem dar-se sem ação e reflexão dos oprimidos. Nesse sentido, essa visão de educação em Freire está articulada com um projeto popular de exercício do poder, perpassa, portanto, por uma formação para a ação transformadora da sociedade.

Outra ideia trazida por Freire (1999) e que orienta esta pesquisa, como apontado no primeiro parágrafo desse capítulo, é conceber o trabalho como um princípio educativo fundamental, visto não apenas como uma forma de obtenção de renda, mas como uma atividade que permite o desenvolvimento integral do ser humano. Segundo o autor, trabalho é um importante meio de aprendizagem, pois permite aos sujeitos colocarem em prática os conhecimentos adquiridos para desenvolver habilidades específicas e adquirir experiências que contribuem para o seu aprimoramento sócio-espacial. Dessa forma, a educação popular, bem como a educação do campo, busca resgatar o trabalho como um elemento central na formação das pessoas, visando superar a visão de trabalho explorado, no sistema capitalista.

Assim, a educação popular e a educação do campo, enquanto processos de formação emancipatórios, têm o trabalho como um princípio educativo. Corroborando Freire (1999), apontam a educação como prática social (cultura, religião, saúde, moradia, dentre outras questões) como o principal elemento para uma educação mediadora da realidade dos seus sujeitos e transformadora da sociedade.

2.2 Educação do Campo e Agroecologia

Apresentamos aqui, conceitualmente, a Educação do Campo e a Agroecologia, em seus contextos de insurgência e de emancipação das pessoas, diante de um projeto de educação baseado no paradigma urbano-industrial, que produziu a exclusão dos povos do campo, bem como um modelo de agricultura comercial e industrial que tem avançado sobre os territórios, produzindo a expulsão das populações que vivem e moram no meio rural. Para tanto, trazemos brevemente as bases históricas que deram origem à luta pela Educação do Campo e a Agroecologia no Brasil.

Rodrigues e Santos (2012) apontam a necessidade de mudança do modelo da educação rural, pautado no modelo urbano/industrial, e reforçam a necessidade de existência de um movimento da educação popular com o objetivo de articular os sujeitos sociais do campo para o debate e construção de políticas públicas de educação voltadas para a agroecologia, bem como escrever os pilares para uma educação do/no campo.

O I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras na Reforma Agrária (ENERA), em 1987; a I Conferência Nacional Por uma Educação do Campo, em 1998; e a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em 1987, foram espaços importantes para delinear o que vinha a ser a Política Pública de Educação do Campo e PRONERA decretada em 2010 (Brasil, 2010).

Vale ressaltar que o PRONERA é um instrumento importante na luta por uma educação do e no campo, pois possibilitou uma rede de articulação nacional composta por agentes do governo, universidades e movimentos sociais e sindicais.

No escopo do debate sobre Educação do e no Campo, encontram-se abordagens teóricas e metodológicas vinculadas a uma perspectiva emancipatória

dos sujeitos sociais e superação de um modelo de “educação rural”. Segundo Caldart (2012), a Educação do Campo como prática social possui as seguintes características: luta social pelo direito dos trabalhadores/as ao acesso à educação, e não qualquer educação, mas uma educação construída com os camponeses/as e para os camponeses/as; e luta coletiva por políticas públicas mais abrangentes; combina luta por educação com a luta pela terra, reforma agrária, trabalho, cultura, soberania alimentar e defesa dos territórios.

[...] a educação do campo projeta o futuro, quando recuperar o vínculo essencial entre formação humana e produção material da existência, quando concebe a intencionalidade educativa na direção de novos padrões de relações sociais, pelos vínculos com novas formas de produção, com o trabalho associado livre, com outros valores e compromissos políticos, com lutas sociais que enfrentam as contradições da sociedade capitalista. (Caldart, 2012, p. 261).

Para a autora, a Educação do Campo projeta o futuro, porque busca estabelecer uma conexão vital entre a formação humana e a produção material da existência e, ao reconhecer a importância do trabalho na vida das pessoas, ela busca promover uma educação que esteja diretamente relacionada com a realidade e as necessidades dos camponeses. Para a autora, essa abordagem educativa tem como objetivo romper com os padrões tradicionais nas relações sociais e promover outros valores e compromissos políticos, como a valorização da cultura local, a preservação da natureza e a luta por justiça social.

Para Caldart (2022), a educação enquanto prática social deve ser pensada para a formação da consciência, pois a atividade educativa faz parte da nossa evolução histórica. O que deve ser lembrado é que a educação popular e a educação do campo têm como propósito a transformação social, em que se busca a superação da desigualdade socioespacial e injustiça na sociedade. Segundo a autora, a Educação do Campo pode ser uma proposta pedagógica em que se busca o atendimento às especificidades e demandas das populações que vivem no campo, e, de certa forma, busca fortalecer a identidade e os valores culturais. Para isso, a educação precisa ser exercida com o intuito de formação da consciência na perspectiva da emancipação social.

Ainda, para Caldart (2012), a educação do campo é um conceito que destaca a importância de abordagens educacionais específicas para a realidade do campo, acompanhando os desafios enfrentados pelos agricultores camponeses nas suas comunidades. Nesse sentido, a Educação do Campo e a Agroecologia têm

objetivos claros em seus projetos, porque ambos estão relacionados a um projeto de país, e se entrecruzam, pois defendem a educação como um importante elemento de emancipação humana.

A autora define a agroecologia e a educação do campo como projetos indissociáveis de campo e de sociedade, ambas projetam o futuro no vínculo essencial, que é a produção material do existir camponês, que se concretizam na produção de alimentos, cujos princípios agroecológicos envolvidos condizem não somente com a oferta desses alimentos, mas com toda uma teia que decorre das relações sociais e valores políticos vinculados à luta social.

Para Machado e Machado Filho (2014), o movimento da agroecologia é um movimento ambiental, político, econômico e social, em resposta às consequências geradas pelo agronegócio, com a sua lógica produtivista, positivista e cartesiana, centralizada na subjugação e no controle da natureza.

Machado e Machado Filho (2014) apontam que a agroecologia nos ajuda a refletir a relação homem/natureza no nosso presente e que, através dessa reflexão, seja possível avaliar as nossas práticas que nos trouxeram até aqui, a degradação da vida no planeta. Assim, o fazer agroecológico se articula com os processos educativos não escolares e se espera que a educação fortaleça a luta dos povos do campo com a agroecologia, orientando o novo projeto de sociedade.

Trata-se de um movimento necessário e urgente para a manutenção de sistemas produtivos, de modo que contribuam com a preservação local dos recursos naturais, dos elementos que provêm da terra, da água, do clima e da vegetação natural ou cultivada.

Outra grande questão que justifica o avançar na construção desse movimento pela agroecologia, conforme apontado por Machado e Machado Filho (2014), é que a Agroecologia promove autonomia dos agricultores, fortalecendo suas organizações, incentivando a produção e o consumo local, o que, provavelmente, garantirá a segurança alimentar nas comunidades camponesas.

Segundo os autores, a Agroecologia é uma ciência, uma vez que a sua epistemologia parte da sistematização dos saberes populares que se somam aos conhecimentos de diversas áreas, como biologia, geografia, história, agronomia, biologia, antropologia, sociologia e outras, suas decisões são produzidas pela pesquisa interdisciplinar, sobretudo, nos aspectos sociais, culturais, políticos e

econômicos, ou seja, a agroecologia tem muito a contribuir para um novo projeto de sociedade, tendo a agricultura familiar camponesa por sua base.

Para Gabriel Troilo e Bogo (2022),

A ascensão da agroecologia enquanto ciência acadêmica torna-se uma necessidade urgente para sustentar a sua consolidação como modelo contra hegemônico de agricultura na luta empreendida pelos movimentos camponeses contra o modelo dominante. Para tanto, há a necessidade de desenvolver cientificamente os saberes acumulados historicamente pela agricultura camponesa (Troilo; Bogo, 2022, p. 88).

Para Roseli Caldart (2012), a Educação do Campo e a Agroecologia são projetos que se articulam e:

[...] estão ligadas às questões do trabalho, da cultura, dos conhecimentos e das lutas sociais dos camponeses dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que tem implicação no projeto de país e de sociedade, e nas concepções de política pública de educação e formação humana. (Caldart, 2012, p. 257).

A Educação do Campo e a Agroecologia articulam as políticas públicas de educação com outras políticas de melhoria das condições socioespaciais do campo. Dessa forma, ambas contribuem para a formação dos sujeitos conscientes e responsáveis, que compreendem a importância da conservação dos recursos naturais para a nossa existência.

A Agroecologia e a Educação do Campo possuem dimensões educativas que buscam destacar a importância de uma abordagem holística, e que consideram não somente os aspectos técnicos da agricultura, mas também os aspectos culturais, sociais e ambientais, reconhecendo o papel central dos camponeses.

Outra questão que vale a pena destacar é a importância dos conhecimentos produzidos historicamente pelos camponeses na construção do pensamento agroecológico, porque, diferente da engenharia agrônoma e outras áreas, forjadas para difundir tecnologias da revolução verde, a agroecologia busca o diálogo com as populações camponesas para se constituir, enquanto ciência.

Para Guhur e Silva (2021):

A agroecologia tem sido reafirmada por um conjunto de sujeitos sociais, organizações, instituições de pesquisa e ensino como uma ciência, um enfoque ou disciplina científica, como prática (social) e como movimento e luta política [...] O que chamamos de agroecologia tem a sua origem nas práticas camponesas e dos povos originários ao longo de aproximadamente 12 mil anos de criação e recriação das 'agriculturas', as quais se encontram, dialeticamente, com a ciência moderna desenvolvida a partir do século XVII, em processo de tensão, saltos e regressões. Resulta das contradições do

próprio capitalismo que para se reproduzir, degrada as bases materiais de produção: a natureza e o trabalho/trabalhador. (Guhur; Silva, 2021, p. 60).

A partir das estratégias da educação popular freireana e da Educação do Campo enquanto projeto, a Agroecologia tem buscado uma abordagem mais holística, voltada para o desenvolvimento integral dos indivíduos, em que a educação desempenha um papel importante na promoção da emancipação humana.

Caldart (2021) nos lembra que a Agroecologia não é apenas uma forma de produzir alimento, mas também de viver em harmonia com a natureza, respeitando ciclos naturais e saberes ancestrais, além de ser um modelo de produção agropecuária que busca conciliar a produção de alimentos com a preservação da natureza e a melhoria da qualidade de vida das comunidades camponesas. Para a autora, a Agroecologia e a Educação do Campo têm os pés (bases epistemológicas) fincados na ciência acadêmica, mas, sobretudo, nos saberes populares. E é da Agroecologia a proposta para uma convivência menos predatória com os aspectos da natureza.

A Agroecologia e a Educação do Campo possuem projetos em comum, com muitos pontos de interseções. Para Caldart (2021), ambas compartilham um mesmo objetivo, ou seja, a melhoria das condições socioespaciais dos povos do campo e a vinculação do campo em um projeto de sociedade. Costa e Carvalho (2012) definem os camponeses como sujeitos sociais e concretos, uma vez que, tendo acesso à terra e aos seus recursos, resolvem as suas necessidades imediatas de consumo e de reprodução social, o que permite o encaminhamento de seus projetos, a luta pela terra, a defesa do seu território, espaço onde se desenvolvem as relações de trabalho, de modo que não se diferencia quem decide sobre o trabalho de quem se beneficia dos seus resultados.

Caldart (2021) defende que, a demanda da Educação do Campo e da Agroecologia significa a promoção de estratégias educativas para a gestão social dos recursos naturais e a produção de alimentos saudáveis com políticas públicas que tragam dignidade aos sujeitos do campo. Dentro desse contexto, interligam-se e ambas buscam promover a autonomia e o fortalecimento das comunidades do campo por meio da valorização dos saberes locais, das lutas populares e da participação e organização coletiva dos camponeses.

A Feira Agroecológica no espaço da Universidade do Estado da Bahia, em Salvador, propõe desenvolver ações educativas orientadas na base teórica e

metodológica da Educação do Campo e na Agroecologia, abordada neste capítulo. Nesse sentido, a pesquisa buscou a FAUNEB como um espaço em que são desenvolvidas ações com os/as camponeses/as e frequentadores/as da Feira, bem como condições espaciais necessárias para as suas trocas, diálogo, compartilhamento de saberes e produção de conhecimento entre os sujeitos da Feira.

3 CONTEXTO SOCIOESPACIAL DA FEIRA AGROECOLÓGICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (FAUNEB)

O contexto em que acontece a Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB) engloba fatores de interação com o Território de Identidade Metropolitano de Salvador no que diz respeito às trocas de saberes entre feirantes, público universitário e fregueses, envolvendo temas como tradição cultural e formas de relacionamento com a natureza. Ao considerar o contexto socioespacial da FAUNEB, torna-se possível compreender os aspectos tanto sociais quanto espaciais que podem interferir nos resultados da pesquisa.

Neste capítulo, são apresentados aspectos sociais e espaciais do Território de Identidade Metropolitano de Salvador (Mapa 1.), fatores que possibilitam o surgimento da Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB) como mais uma alternativa de escoamento dos alimentos que são produzidos pelos/as camponeses/as residentes nos municípios desse território, bem como lugar de produção e socialização de conhecimentos sobre agroecologia e alimentação saudável, movimentos sociais e lutas sociais.

Para Souza (2021), o contexto social é formado pelos valores, normas, aspectos culturais e as instituições de uma determinada sociedade, o que inclui entender como as pessoas interagem e se relacionam umas com as outras, nas trocas de experiências ou nas relações de poder. Já o contexto espacial se refere às características físicas e geográficas do local onde ocorre a pesquisa, envolvendo a localização geográfica, o clima, o relevo, o tipo de ambiente, a infraestrutura disponível, entre outros aspectos.

Segundo Brandão (1989), existem diversas formas de educar porque existem diversas formas de organização dos homens¹⁰, partindo desse entendimento, consideramos a FAUNEB um lugar privilegiado para a análise de contextos sociais e espaciais. Essa experiência é fruto da movimentação da universidade em defesa de espaços em que as camponesas possam expor os alimentos produzidos em suas roças e quintais produtivos. Nesse movimento, trazem seus conhecimentos e

¹⁰Brandão (1989) aponta a importância da educação desde a família até a comunidade. Para o autor, a educação existe difusamente, em todos os mundos sociais, entre incontáveis práticas dos mistérios de aprender; primeiro sem classes de alunos, sem livros e sem professores especialistas, mais adiante com escolas, salas de professores e métodos pedagógicos.

experiências para compartilhar com os frequentadores e vice-versa, portanto, espaço profícuo para que a educação ocorra na sua dimensão mais ampla, das trocas mútuas entre os sujeitos que compõem a feira, quais sejam: feirantes, fregueses e a universidade.

A espacialização da FAUNEB, segundo dados das ações do CAECDT (2022), cria um movimento que intenciona buscar o equilíbrio na equação “produzir, conservar e preservar” nas comunidades das feirantes/camponesas/agricultoras, como também o de provocar o debate que ocorre nas relações socioespaciais, entre o campo e a cidade, numa perspectiva dialógica de compartilhamento de conhecimentos e construção de processos educativos intencionais, baseados nos princípios da Educação do Campo e da Agroecologia.

3.1 Território de Identidade Metropolitano de Salvador (TIMS)

Neste tópico, trataremos de forma mais específica do Território de Identidade Metropolitano de Salvador (TIMS) no contexto da pesquisa (Mapa 1). No entanto, faremos uma breve digressão para explicar a constituição da espacialização da Bahia em “Territórios de Identidade” (IBGE, 2017).

Para Sousa (2007), o conceito de território tem um duplo sentido, material e simbólico, no primeiro, se apresenta como dominação (jurídico, político e econômico), pois, o seu significado é de terra e controle, já no segundo, o território tem características de apropriação no sentido simbólico e cultural, resultado do processo histórico das relações sociais de múltiplas dimensões: econômica, político e cultural.

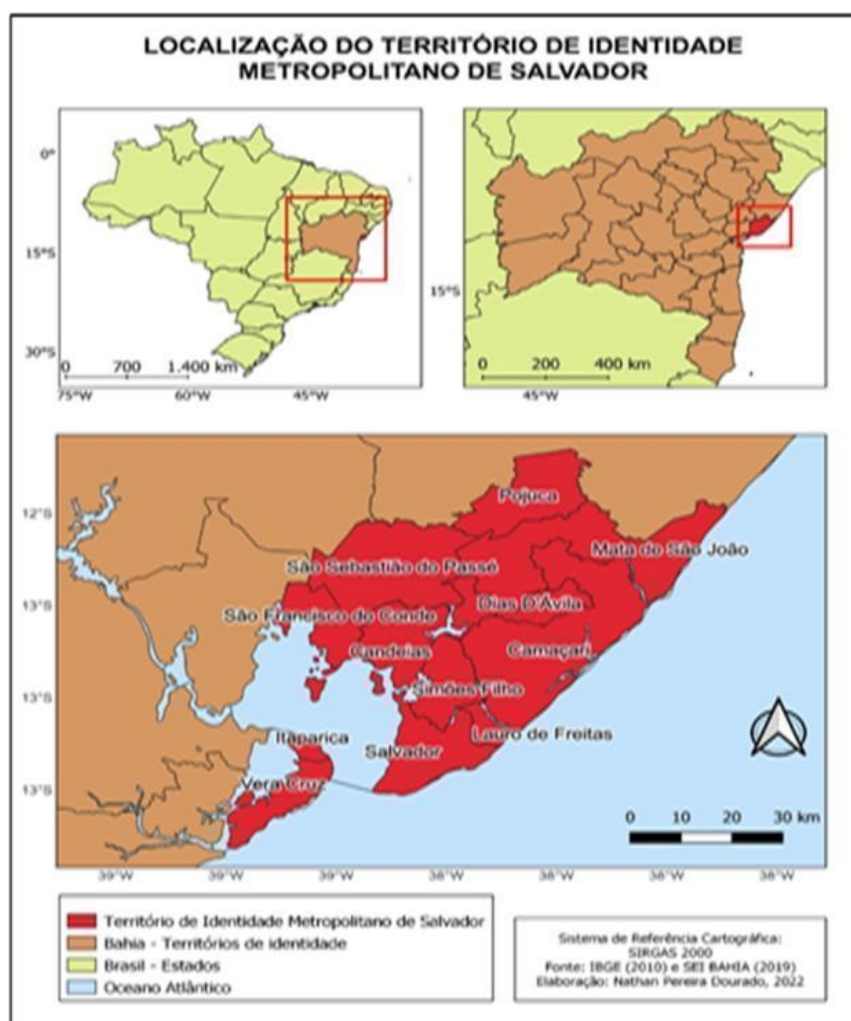
Assumimos, neste trabalho, a ideia de Território apresentada por Alentejano e Chuva (2021), que descrevem o território como um espaço físico, caracterizado por critérios multidimensionais: o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições e tem seu uso generalizado em muitas ciências, sendo uma expressão cada vez mais utilizada pelos movimentos sociais nas suas reivindicações por espaços que assegurem as condições materiais para a sua reprodução social, conforme relatado, a seguir:

[...] é um domínio espacial sobre o qual diferentes atores sociais afirmam ter o controle político, que significa na realidade uma forma de ordenamento territorial que propõe um determinado modo de organização das relações sociais e de apropriação da natureza. O território seria desta forma, uma

parcela do espaço ao se incidir uma dominação econômica, política ou ideológica. Pode ser contínuo ou descontínuo, traduzir-se em lugar ou região, estar ou não articulado em rede. (Alentejano; Chuva, 2021, p. 753).

Na perspectiva desses autores o território é discutido como domínio espacial, pelo fato, de que nele se estabelecem as relações políticas, econômicas, sociais e culturais de uma determinada sociedade. Nesse sentido, o controle político sobre o território implica na imposição de uma forma de ordenamento territorial, ou seja, de um modo de organizar as relações sociais e de apropriação da natureza, o que significa, estabelecer regras, normas e estruturas que regulam a distribuição do poder. Essa forma de ordenamento territorial pode variar de acordo com os interesses dos diferentes atores sociais (Governo, empresas, comunidades e indivíduos).

Mapa 1 - Localização do Território de Identidade Metropolitano de Salvador



Fonte: Elaboração do pesquisador, com base em dados do IBGE (2017).

Na Bahia, esse conceito de território se traduz, em grande medida, na sua política territorial, sendo o estado dividido em 27 Territórios de Identidade: Velho Chico, Chapada Diamantina, Sisal, Litoral Sul, Baixo Sul, Extremo Sul, Médio Sudoeste da Bahia, Vale do Jiquiriçá, Sertão do São Francisco, Bacia do Rio Grande, Bacia do Paramirim, Sertão Produtivo, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina, Semiárido Nordeste II, Litoral Norte e Agreste Baiano, Portal do Sertão, Sudoeste Baiano, Recôncavo, Médio Rio de Contas, Bacia do Rio Corrente, Itaparica, Piemonte Norte do Itapicuru, Metropolitano de Salvador e Costa do Descobrimento (Bahia, 2015). Essa política emerge da discussão ocorrida em âmbito federal, no ano de 2003, que culminou na criação dos territórios de cidadania em todo o Brasil. Na Bahia, essa política ganhou novos contornos, pois foram levadas em consideração características do estado, sendo denominados como Territórios de Identidade.

O Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar. (Bahia, 2017).

Neste sentido, é necessário pensar a identidade territorial como um instrumento de luta política para a conquista e manutenção do território. Sendo assim, Germani (2021) ressalta a dimensão geográfica da política de desenvolvimento territorial ao denominar o território como unidade de planejamento e, portanto, como um espaço em disputa. Assim, a concepção de Territórios de Identidade¹¹ que estamos trabalhando é definida pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. Essa política foi reconhecida na Bahia, desde 2010, como unidades socioespaciais de planejamento das políticas públicas do Estado, uma configuração que foi articulada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, em 2003.

Para alcançar o propósito da desconcentração da riqueza e renda no estado, a adoção dos Territórios de Identidade como unidades de

¹¹ Di Lauro (2009), tece críticas à política de territórios de identidade no Estado baiano, por não estabelecer uma conexão clara entre desenvolvimento econômico, social e cultural, além, da falta de participação efetiva da sociedade civil e das comunidades locais na definição e implementação das políticas territoriais, o que contribui para a fragilidade do modelo adotado.

planejamento e a instituição de uma Política Estadual de Desenvolvimento Territorial foi uma importante escolha histórica e estratégica. Seus instrumentos visam reconhecer a diversidade e as potencialidades espacialmente distribuídas no território baiano, introduzindo a participação e articulação social, desenvolvendo políticas públicas mais efetivas e afins às necessidades e possibilidades de cada Território (Bahia, 2021, p. 3).

O programa no Estado da Bahia foi executado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, que organizou oficinas com representações de órgãos federais, estaduais e das organizações da sociedade civil.

Nesse período, podemos ainda destacar: o movimento de outras organizações, além da SDT, para apoiar os territórios e sua organização como a Secretaria da Agricultura Familiar – SAF/MDA, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC. Nessa ocasião também se deu a criação da Coordenação Estadual dos Territórios – CET, formada inicialmente pelos membros de um Grupo de Trabalho - GT criado pelo PRONAT e que hoje é uma rede estadual de representação política dos colegiados territoriais. A Bahia foi pioneira na criação dessa rede estadual (Bahia, 2012, p. 4).

A configuração dos territórios de identidade na Bahia foi estabelecida através da Lei nº 13214, de 29/12/2001, na qual o governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade identitária local. Segundo a SEPLAN-BA (2021), foi deliberada a formação de um grupo de trabalho para mapear os territórios existentes no Estado e, ao mesmo tempo, construir uma formatação territorial a partir dos territórios já constituídos enquanto identitários para que se obtivessem parâmetros de arrumação ou gestão territorial, sendo que os primeiros territórios de identidade a se estruturarem no Estado da Bahia foram: Chapada Diamantina, Irecê, Sisal, Litoral Sul e Velho Chico. O Território de Identidade Metropolitano de Salvador foi o 26º a ser criado (Bahia, 2010).

O Território de Identidade Metropolitano de Salvador é constituído pelos seguintes municípios: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz. Limita-se com os seguintes territórios: Litoral Norte do Agreste Baiano, Recôncavo e Baixo Sul e está inserido no bioma da Mata Atlântica, o que inclui a Baía de Todos os Santos, Baía de Aratu, manguezais, restingas e zonas costeiras. As principais bacias hidrográficas são as dos rios Jaguaribe e Joanes, responsáveis pelo abastecimento de Salvador e adjacências. Neste território, destacam-se também os Rios Jacuípe, Imbassaí e Pojuca.

No Território de Identidade Metropolitano de Salvador se concentra a maior oferta de serviços e mercadorias e o maior polo industrial do Estado – o Polo Petroquímico de Camaçari. A capital do Estado, Salvador, concentra o centro administrativo e político da Bahia e os serviços de saúde de alta complexidade. Este território ostenta um litoral com fronteiras no Atlântico, ilhas e ilhotas, dentre elas, destaque para a ilha de Itaparica, a maior do estado; é servido por várias rodovias estaduais e pela BR-324, que interliga a região aos dois principais eixos viários do estado e do país, BR-101 e BR-116.

Segundo o IBGE (2010), no referido território havia apenas 67.821 habitantes morando na área rural, mesmo sendo o mais populoso do Estado baiano, com 25% da população (Figura 1). No entanto, para Fernandes (2010), essa densidade demográfica está mal distribuída no espaço territorial. Em Salvador reside a maior parte da população: 2.675 milhões de habitantes, sendo Camaçari o segundo mais populoso, com 309.208 habitantes.

Cabe destacar que a maior concentração populacional se encontra nos municípios de Salvador, Simões Filho e Lauro de Freitas, onde ocorre o fenômeno de conurbação¹². Fernandes (2010) chama a atenção para essa desuniformidade na densidade populacional do território metropolitano, sendo que 74,86% da população vive no Município de Salvador (IPEA, 2015). Entre os territórios de identidade, “o Metropolitano de Salvador é o que possui a menor extensão territorial (0,05% da área total da Bahia) e concentra a maior população, 25,5% dos baianos” (IBGE, 2010). Em 2010, contava com cerca de 3.573.973 habitantes para uma extensão territorial de 2,7 mil km², segundo o IBGE (2010), resultando em uma densidade demográfica de 817 hab./Km², superior aos índices do interior do estado, que é de 25 hab./Km².

Uma das características desse território é a presença de comunidades remanescentes de quilombos e se apresenta como o mais dinâmico do Estado da Bahia. O Território de Identidade Metropolitano de Salvador (TIMS) abriga, dentre outras, as seguintes comunidades: Pitanga dos Palmares, em Simões Filho; comunidades de pescadores e marisqueiras em Salinas da Margarida, Itaparica e Vera Cruz; a comunidade indígena Kariri - Xocó, em Lauro de Freitas; comunidade

¹² Trata-se de um fenômeno de crescimento geográfico caracterizado pela união de dois ou mais municípios, em consequência de seu crescimento geográfico; geralmente esse processo dá origem às regiões metropolitanas (SEPLAN-BA, 2022).

hippie de Arembepe; acampamentos e assentamentos em São Sebastião do Passé e Dias D'Ávila. De localização privilegiada, o TIMS é banhado pelo Oceano Atlântico. Santos (2010) destaca essa condição geográfica privilegiada, que contribui para a sua atratividade como destino turístico e para o crescimento populacional; e do ponto de vista social, a dinâmica populacional do Território de Identidade Metropolitano de Salvador é influenciada pela desigualdade social e pela concentração de renda.

No aspecto econômico, o TIMS constitui o mais importante polo industrial, comercial e turístico. Por isso, muitas pessoas migram para o território metropolitano em busca de melhores condições de vida, de oportunidade e trabalho. No entanto, para Santos (2010), essa dinâmica populacional também traz desafios, como a necessidade de infraestrutura urbana, como habitação, saneamento básico, saúde, educação e transporte para atender à população.

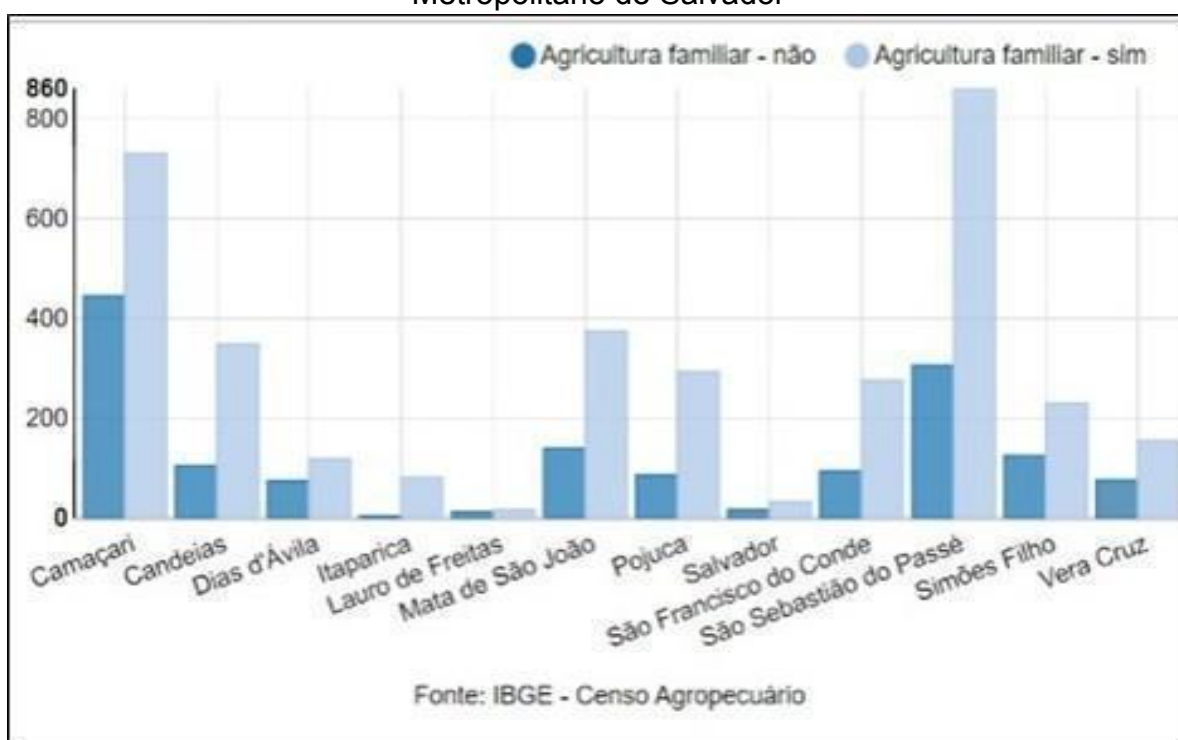
Segundo o IPEA (2015), o número de crianças e adolescentes até 14 anos foi bem inferior à média verificada no restante do Estado, que foi de 21,8% contra 25,6%. O número de idosos foi menor, 8,7% contra 10,3%. Há no TIMS uma maior oferta de educação de nível superior, cursos de pós-graduação e elevada oferta de mercadorias, além da atividade turística (IPEA, 2015).

A taxa média de crescimento populacional anual do Território de Identidade Metropolitano de Salvador, entre 2000 e 2010, correspondeu ao dobro do índice verificado na Bahia (IBGE, 2010), enquanto esse território cresceu 1,4%, o estado registrou 0,7%. Salvador cresceu 0,9%, sendo que alguns municípios do TIMS também se sobressaíram em termos de altos índices populacionais (Figura 1), são os casos de Camaçari, com 4,2%; Dias D'Ávila, com 3,9% e Lauro de Freitas, com 3,7%. O índice de migração nesse período foi negativo ou sem muita expressão, - 0,71% contra - 1,83%, entre 2005 e 2010, 66,6 mil deixaram o TIMS, mas foi registrada a chegada de 44 mil novos moradores.

A principal atividade agropecuária desenvolvida nesse território é a criação de gado bovino, que contava com um total de 45.329 mil cabeças. Desse total, 8.572 mil cabeças estão com a agricultura familiar/camponesa (IBGE, 2017). Conforme fica evidenciado no Gráfico 1, os municípios que apresentaram os menores números de estabelecimentos agropecuários no Metropolitano em 2017, foram: Lauro de Freitas, com 17 unidades, e a Grande Salvador, com 33 unidades. Embora esse território seja o mais populoso do Estado da Bahia, de acordo os dados, é o menor

em número de agricultores, até porque se trata de um território de socioespacialidade com uma maior concentração de indústrias, comércio e serviços, portanto, de elevada urbanização.

Gráfico 1 - Agricultura familiar (camponesa) no Território de Identidade Metropolitano de Salvador



Fonte: IBGE/SIDRA (2017).

O TIMS tem um total de 1,7 mil estabelecimentos agropecuários, cujo maior número encontra-se em São Sebastião do Passé, com 860 unidades, seguido por Camaçari (730 unidades) e Mata de São João (375 unidades). Como vemos no gráfico, a maior parte desses estabelecimentos é enquadrada como agricultura familiar (entendida nessa pesquisa como agricultura camponesa).

Como afirma Wanderley (1996), a agricultura familiar é uma categoria genérica e se refere ao fato de que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume, também, o trabalho no estabelecimento produtivo, caracterizado pelo trabalho da família e pela autogestão da produção, que é bastante diversificada.

A figura 2 localiza os municípios onde estão os acampamentos que integram a FAUNEB no Território de Identidade Metropolitano de Salvador (TIMS). O primeiro município que abordaremos é o de São Sebastião do Passé, no qual está o

acampamento Paulo Jackson (Bento). Este território, conta com uma população estimada em 40.958 habitantes, em uma área de 536,678 Km², com uma densidade geográfica de 76,32 hab./Km², com uma altitude de 37 m, em relação ao nível do mar, sua localização fica a 66,6 Km de Salvador” (IBGE, 2022).

Sobre São Sebastião do Passé, destaca-se que este município possui os maiores índices agropecuários do Território Metropolitano de Salvador. Segundo o IBGE (2017), o município totaliza 1.166 estabelecimentos agropecuários, estando a Agricultura Familiar com 860 estabelecimentos, enquanto a Agricultura não familiar possui 306 estabelecimentos.

Embora no referido município a Agricultura Familiar esteja em superioridade no número de estabelecimentos, ela é inferior na quantidade de terras, evidenciando, mesmo em um território metropolitano, a concentração fundiária tão marcante na realidade brasileira. A agricultura não familiar, com 306 estabelecimentos, possui 20.330 hectares, enquanto a agricultura familiar, com 860 estabelecimentos, possui somente 6.286 hectares.

Segundo o IBGE (2022), o salário médio mensal em São Sebastião do Passé em 2021 era de 3,2 salários-mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total é de 13,5%, e, considerando os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, são 47,9% da população. A taxa de mortalidade infantil média no município é de 15,35 para 100 nascidos vivos e as internações devido a diarreias são de 0,1 para cada 1000 habitantes. O município apresenta 66,6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado.

A partir da análise dos dados históricos do índice da estrutura fundiária do Município de São Sebastião do Passé (GEOGRAFAR, 2022), entre 1996 e 2006, ocorre uma diminuição na média de 10% nas áreas de 1 a 5 hectares, um aumento de 8% nos estabelecimentos de 20 a 100 hectares e aumento de 3% nas áreas de 200 a 500 hectares. Os dados de 2006 foram bem mais amplos que os de 1996, pois trouxeram extensões de terra a partir de 0,1 hectares. De 2006 para 2017, houve um aumento no extrato da quantidade de estabelecimentos de 0,1 hectares em 9%, mas, também, um aumento de 20% na área ocupada por estabelecimentos acima de 200 hectares, demonstrando a concentração de terras no município.

Em relação aos indicadores socioeconômicos, o IDHM¹³ do Município é considerado médio, com 0,66. O Índice de Gini¹⁴ do município saiu de 0,807, em 1996, para 0,864, em 2006, ficando com 0,851 em 2017. Este coeficiente varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de zero, menos desigual é o município.

O segundo acampamento do qual tratamos na pesquisa é o Recanto da Paz, este localizado no Município de Dias D'Ávila-BA, no Território da Identidade Metropolitano de Salvador, a 56 km de Salvador, capital da Bahia. Segundo o IBGE (2022), o município possui uma área territorial de 184.230 Km², uma população de 71.485 habitantes e densidade populacional de 423,7 hab/Km². Sua altitude é de 35 m acima do nível do mar. Em relação aos indicadores socioeconômicos, o IDHM do Município é considerado médio, com 0,676 (IDHM, 2010) e o coeficiente de Gini em 0,5.

O salário médio mensal em Dias D'Ávila em 2021 era de 2,5 salários-mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total é de 18%, e considerando os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, são 44,5% da população. A taxa de mortalidade infantil média no município é de 12,43 para 1000 nascidos vivos e as internações devido às diarreias são de 0,1 para cada 1000 habitantes. O município apresenta 59,6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado.

Segundo o GEOGRAFAR (2022), corroborando com o IBGE (2017), a estrutura fundiária das áreas de estabelecimentos agropecuários do município de Dias D'Ávila-BA em 2017 estava com um total 194 estabelecimentos com uma área total de 4.400 hectares. Os 3,61% dos grandes estabelecimentos detinham, em 2017, 81,9% das terras do município. Para os pequenos estabelecimentos, onde sobrevivem o povo camponês e outros povos tradicionais, estes possuíam um percentual de 73,2% dos estabelecimentos agropecuários de até 10 hectares, porém

¹³ Segundo a Organização das Nações Unidas (2023), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é composto de indicadores nas três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. O valor do IDHM é uma medida resumo que avalia o progresso de longo prazo em dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um padrão de vida decente.

¹⁴ Segundo o IPEA (2004), o índice de Gini foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente varia de 0 a 1. O valor zero significa uma situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor 1 está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda riqueza. Na prática, o índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. Em 2022, o Brasil está com o índice de 0,518.

ocupando apenas 2,93% das terras do município. Essa é a realidade da concentração fundiária que se apresenta na grande maioria dos municípios baianos.

Segundo o IBGE (2022), antigamente, Dias D'Ávila era considerada uma das melhores cidades de veraneio devido às suas paisagens e clima. Seu principal ponto turístico era a praia de Imbassaí, localizada próximo à foz de um rio. Atualmente, a cidade é conhecida como cidade dormitório, com a maioria de seus habitantes sendo trabalhadores, muitos deles vindos de outras regiões, após a implantação e ampliação do Polo Petroquímico de Camaçari, cidade vizinha.

A emancipação de Dias D'Ávila ocorreu em 25 de fevereiro de 1985, quando se tornou um município independente de Camaçari. Antes disso, a cidade era considerada apenas uma estância, um distrito abandonado de Camaçari.

O anteriormente chamado distrito de Dias D'Ávila pertencente a Camaçari passa a ser considerada uma estância hidromineral com a descoberta das qualidades terapêuticas das águas do Rio Imbassaí atraindo milhares de veranistas. Tudo isso graças ao Padre Torrent, grande divulgador dessas virtudes, que as considerava como uma das melhores do mundo. Após a implantação do Polo Petroquímico de Camaçari, nos idos dos anos 1980, passou a ser considerado um local de descanso e lazer, já não somente de veranistas, mas também de moradores, formando uma população estável que resolveu se unir e lutar pela emancipação de Camaçari.

Vale ressaltar que boa parte do Território se encontra no litoral norte baiano, área de expansão turística, e essa situação geográfica, segundo Brito (2022), produziu um paradoxo na vida dessa população. Para o autor, a sua economia baseada no cultivo de subsistência, na coleta e na pesca, ficou obrigada a conviver com uma espécie de turismo ecológico, que a impede de circular, plantar e colher. Isso implicará uma questão agrária, nesse território, o que produzirá conflitos entre os trabalhadores do campo e o grande capital, questão melhor explorada no próximo tópico deste trabalho.

3.2 Movimentos sociais populares, questão agrária e a luta pela terra no Território de Identidade Metropolitano de Salvador (TIMS)

O Território de Identidade Metropolitano de Salvador é, historicamente, um território de muitas revoltas e disputas socioterritoriais. Assim foi com os povos

indígenas nas lutas contra os colonizadores, ou com os escravizados na luta por liberdade. O movimento camponês é fruto dessa herança de lutas, também presentes neste território. São movimentos que têm como objetivo principal lutar pela reforma agrária e pela justa distribuição de terras. Eles atuam tanto na ocupação de terras não utilizadas ou improdutivas como forma de pressão política, quanto na realização de ações de conscientização e organização dos trabalhadores do campo. Assim, movimentos camponeses, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros movimentos sociais populares, se apresentam no Território de Identidade Metropolitano de Salvador para a disputa socioterritorial contra forças hegemônicas. Esse tipo de luta e resistência só pode ser entendida como fruto amargo da chamada questão agrária brasileira.

A questão agrária é um dos principais temas debatidos entre pesquisadores e estudiosos dos estudos agrários no Brasil, sendo o problema da concentração fundiária gerador de injustiças e situações de miséria da população camponesa. Para Fernandes (2012), esses movimentos sociais e populares atuam como forma de enfrentar o projeto do grande capital, que é de esvaziamento do campo. Para Germani (2021), a questão agrária pode ser entendida como questões referentes às relações sociais de produção, ou seja, como se produz no campo e as relações de sociabilidades que ali se estabelecem.

De acordo com Mitidiero Junior (2021), a reforma agrária é a principal política pública de que o Estado brasileiro dispõe para resolução da questão agrária, inclusive para melhor disponibilidade de alimentos para a população brasileira, visto que o Censo Agropecuário de 2017 revelou que são os pequenos produtores, parte destes, oriundos da luta pela terra, que produzem boa parte da alimentação que chega à mesa dos brasileiros. Para o autor, o agronegócio “não é tech, não é pop e muito menos tudo” e, traz altos custos ao Estado, gera poucos empregos, é o grande responsável por devastações ambientais, e é o que menos contribui com a produção de riqueza no País, sendo sua média de participação do Produto Interno Bruto um pouco mais de 5% do total.

Segundo Wanderley (2014), em toda a história brasileira, a grande propriedade foi dominante e se impôs como modelo socialmente reconhecido e com muito estímulo governamental expresso na política agrícola que viabilizou a sua modernização. Para a autora, a agricultura familiar camponesa sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira, por isso, a história do

campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço na economia e na sociedade.

Miralha (2006), nos traz uma reflexão, pois, apesar das derrotas no campo político, os movimentos sociais de luta pela terra seguiram crescendo e se expandido pelo país, aumentando o número de integrantes e, com isso, aumentando o poder de pressão, principalmente por meio de ocupações e realização de acampamentos em fazendas improdutivas. Assim, com muita pressão dos movimentos sociais de luta pela terra, o Estado brasileiro começa a acelerar a implantação de assentamentos rurais a partir da segunda metade dos anos 1990.

No entanto, para Miralha (2006):

Essa política de assentamentos rurais não se constitui em uma verdadeira reforma agrária, também, pelo fato de, na maioria das desapropriações ocorre a indenização dos 'proprietários' a preços que incluem a especulação imobiliária, o que impede um melhor investimento nos assentamentos e dificultando uma reforma ampla na estrutura agrária. Dessa maneira, a desapropriação de latifúndios para a realização de assentamentos rurais por meio da compra de terras pelo Estado com pagamento da dívida agrária, com preços que só interessam aos grandes proprietários, não é reforma agrária e sim um negócio agrário. (Miralha, 2006, p. 163).

Nesse sentido, pode-se afirmar que o Estado não realiza a reforma agrária no Brasil, mas uma política de distribuição de terras com pouca ou nenhuma preocupação quanto às condições dos/as camponeses/as, para que os mesmos produzam conforme a resiliência da natureza e se reproduzam socialmente garantindo a sua existência. De acordo com o autor, pensando formas alternativas ao modelo dominante, para que o/a agricultor/a familiar camponês/a adote as práticas agroecológicas, é preciso que ele tenha os meios de produção e a posse da terra, portanto, é preciso que seja feita a reforma agrária.

Santos (2021) tem chamado atenção para a presença do agronegócio no Território de Identidade Metropolitano de Salvador e nos lembra de que a luta dos camponeses adquiriu um novo fôlego a partir dos anos 1980, com a formação dos "novos movimentos", que assim são chamados porque apresentam algumas diferenças em relação aos movimentos tradicionais ou clássicos e, em especial, o movimento operário.

Dentre esses novos movimentos¹⁵, eis que surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), uma organização de trabalhadores camponeses fundada nos anos de 1980, o que culminou na articulação dos camponeses sem terra no Brasil.

Para Stédile (2021), a questão agrária no Brasil, interpretada como a análise das condições de uso, posse e propriedade da terra:

[...] em pleno século XXI, [...] continua presente na história do país e a não resolução do problema agrário tem inquietado, tanto à sociedade, quanto aos estudiosos que procuram nas mais diversas áreas das ciências. Entender a complexidade das relações que produziram a condição de demandantes de extensas áreas de terra [...] a questão energética, a questão indígena, a questão ecológica, as desigualdades regionais e a própria questão agrária. [...] a reforma Agrária, assim como as outras questões demandadas pela classe trabalhadora para a sua existência, em resumo é a expressão da reivindicação dos trabalhadores pela apropriação dos frutos do seu trabalho (Stédile, 2021, p. 627).

Segundo o autor, a questão agrária permanece na conjuntura contemporânea do Brasil, com evidências de grandes contradições na sociedade brasileira, agravando-se com o passar do tempo a ponto de termos, hoje, o agronegócio se consolidando como matriz produtiva. O aumento do número de conflitos no campo brasileiro por terra e território coincide com o avanço do agronegócio, aliado à falta de políticas públicas de acesso e posse da terra para fins de reprodução socioespacial das famílias camponesas.

Para Santos (2010),

[...] as contradições são inerentes ao modo capitalista de produção e materializam-se na realidade brasileira em suas mais variadas formas e intensidades. Especificamente no campo essas contradições se destacam de um lado pela expansão do mercado agroexportador brasileiro, tendo o país configurado entre os primeiros nos rankings de produção de determinados produtos (como a soja, o algodão, o milho, a cana-de-açúcar, entre outros) – e de outro lado pela exclusão de uma massa de

¹⁵ Segundo Gohn (2000, p. 12), “os novos movimentos sociais (ecológico, pela paz, direitos humanos, das mulheres, negros, índios, de luta pela terra e tantos outros) colocaram na agenda da sociedade novos valores e transformaram o lugar que a sociedade lhes reservara tradicionalmente”. Transformaram-se em sujeitos, saíram das margens e bordas do social e migraram para o centro, tornando-se fonte de criatividade e referência. Criaram e desenvolveram identidades culturais e políticas a partir da constituição de redes: inovaram ao construir novos valores e significados novos aos já existentes, reformularam as formas de atuar e interagir com a sociedade. “Produziram o que se constitui um dos pilares da práxis humana: conhecimentos, novos conhecimentos, por isso, os movimentos sociais têm sido vistos como fontes de inovação, revitalização das energias do social”. Para a autora, fica evidente que a grande força impulsionadora dos processos sociais não advém somente da política partidária, ou da reação aos mecanismos de privação socioeconômica, mas, também, nascem da educação e da cultura, pois, raízes culturais têm sido resgatadas, não para cultivar a memória de um passado, mas para dar amálgama às práticas novas.

camponeses da posse e do uso da terra, conforme comprova o expressivo número de acampamentos e outras formas de luta pelo acesso à terra (Santos, 2010, p. 15).

O autor evidencia a concentração de terras nas mãos de latifundiários e empresas agroindustriais, que exploram os recursos da natureza de forma intensiva e predatória, muitas vezes, causando impactos socioambientais significativos. Uma contradição político-econômica é a dependência do modelo agroexportador de insumos e tecnologias importadas, o que acarreta em altos custos e vulnerabilidade aos preços internacionais. Isso afeta os camponeses, que não possuem recursos para investir em tecnologias. Além disso, a expansão do agronegócio no país está associada à exploração e precarização do trabalho camponês. Os trabalhadores são submetidos a péssimas condições de trabalho, baixos salários e falta de direitos trabalhistas.

Por fim, é importante ressaltar a questão de a segurança alimentar. Apesar de o país ser um grande produtor agrícola, muitas comunidades do campo, e parte da população urbana brasileira, ainda sofrem com a falta de acesso aos alimentos básicos. Isso ocorre, em parte, devido à produção não familiar voltada para a exportação em detrimento ao abastecimento interno.

Em suma, as contradições do modo capitalista de produção no campo são expressas pela expansão do agronegócio, concentração de terras, exploração do trabalho, dependência de insumos importados e problemas relacionados à segurança alimentar. Essas contradições evidenciam a necessidade de se pensar o modelo produtivo atual e buscar alternativas mais justas e equilibradas do ponto de vista socioambiental.

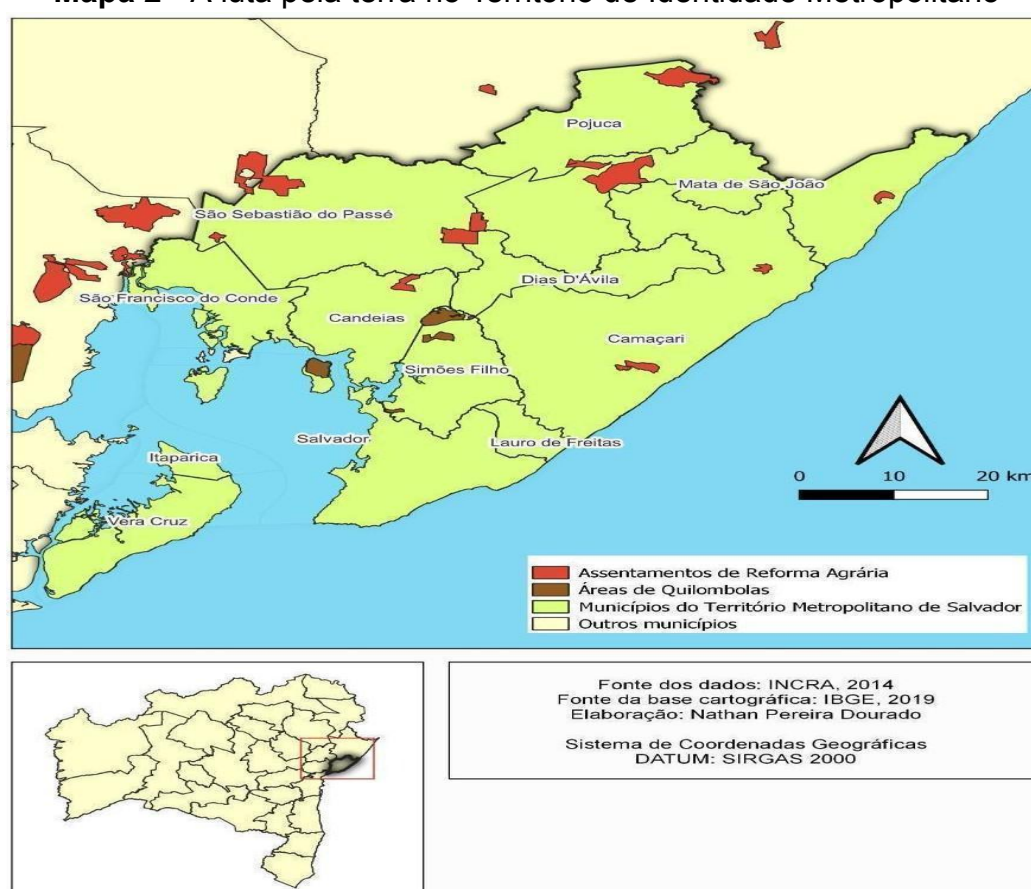
Para o autor, a distribuição desigual das terras também está diretamente relacionada com os conflitos agrários. A concentração de terras nas mãos de poucos proprietários implica em uma série de problemas sociais e econômicos nos municípios. Primeiramente, a falta de acesso à terra impede que uma grande parcela da população do campo exerça atividades produtivas que garantam a sua subsistência. Isso contribui para o aumento dos índices de pobreza e acentua a desigualdade social no país, dificultando o desenvolvimento de uma agricultura diversificada e mais apropriada ao agroecossistema.

Segundo Stédile (2021), o vocábulo “questão” pode designar problema, tema ou mesmo pergunta e que, certamente, teve início com a distribuição desigual das

terras do Brasil no período de colonização, devido a uma estratégia dos colonizadores, que era explorar o máximo de recursos da colônia.

Neste sentido, a distribuição desigual das terras resultou em muita injustiça social, pois a maior parte da população brasileira foi privada do acesso à terra, uma situação que se agravou ao longo do tempo com a concentração da propriedade privada nas mãos de poucos e a marginalização socioeconômica de um grande número de pessoas.

Mapa 2 - A luta pela terra no Território de Identidade Metropolitano



Fonte: IBGE (2019).

Existem diferentes realidades de luta pela terra no Território de Identidade Metropolitano de Salvador. No Mapa 2, podemos observar a distribuição espacial de assentamentos. Os assentamentos se originam das ocupações, geralmente, realizadas por movimentos sociais, a exemplo, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Estes, buscam pressionar o Estado para promover a reforma agrária pautada a partir de várias problemáticas sócio-econômicas e políticas no campo. Vale ressaltar que os Movimentos Sociais, também, cumprem o

papel de promover o debate sobre a função social da terra e a implementação de políticas públicas inclusivas e sustentáveis a partir de cuidados socioambientais. A luta pela terra, nesse contexto, envolve a mobilização dos movimentos sociais, o diálogo com as autoridades governamentais, a busca por alternativas legais e a resistência frente a despejos e violência.

As comunidades que compõem o Território são formadas por agricultores familiares, remanescentes quilombolas e agricultores tradicionais, e têm na luta social a garantia do seu território através da mobilização por ocupação e reivindicação de terras por parte dos movimentos sociais. A distribuição desigual das terras no Brasil também se expressa no Território de Identidade Metropolitano de Salvador.

É possível que a questão agrária brasileira seja a nossa causa central da injustiça social e da marginalização socioeconômica de uma parte significativa da população. Eis a urgência de se promover a reforma agrária que redistribua a terra de forma mais equitativa, garantindo a terra para os que dependem dela.

3.2.1 Os Acampamentos de luta pela terra e a geografia do MST no Território de Identidade Metropolitano de Salvador

Antes de adentrar na geografia do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Território de Identidade Metropolitano Salvador (TIMS), trataremos, brevemente, do significado do MST no Brasil e na Bahia.

Para Gohn (2000), o MST é o maior movimento social popular organizado do Brasil, sendo, possivelmente, o maior da América Latina, capaz de aglutinar redes de sociabilidades e de participação socioespacial no campo, englobando trabalhadores de origens diversas associadas à luta pela Reforma Agrária no Brasil desde o seu surgimento, em 1984, no Município de Cascavel. Atualmente, “o MST se destaca como um dos maiores produtores de arroz orgânico do Brasil” (MST, 2022).

Para Fernandes (2012), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento socioterritorial e tem como principais objetivos a luta pela realização da reforma agrária e a democratização do acesso à terra no Brasil. Reúne em sua base diferentes categorias de camponeses: parceiros, meeiros, posseiros e trabalhadores assalariados chamados de “sem terra”. Segundo o autor, o MST é um

movimento social que existe no Brasil desde 1984, devido às expulsões provocadas pela construção da Barragem de Itaipu na tríplice fronteira: Argentina, Brasil e Uruguai.

Segundo Rodrigues (2003), o MST nasceu quando o Brasil vivia a abertura política pós-ditadura do regime civil militar e as políticas governamentais não conseguiam mais ocultar as contradições geradas pelo avanço do capitalismo no campo. A concentração de terras, a expulsão dos/as camponeses/as dos seus territórios e, sobretudo, a modernização da agricultura, possibilitando o avanço do agronegócio. Nesse contexto, surgem várias lutas que, aos poucos, vão se articulando e dessa articulação se delineia e se estrutura o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tendo como sua principal estratégia a ocupação.

Fernandes (2012) afirma que:

O MST está organizado em 24 das 27 unidades federativas. Seu processo de formação começou por meio de diferentes formas de luta pela terra, realizadas por grupos de camponeses em todo país, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no período de 1978 a 1983. Das lideranças que surgiram nesse processo, constituíram, então, um movimento nacional. Na região centro-sul do Brasil, a CPT apoiou as famílias camponesas que realizavam as ocupações de terras que deram origem ao MST. O 1º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aconteceu entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984, em Cascavel, e considera-se o dia 21 de janeiro como a data oficial de fundação do MST. Todavia, sua gênese teve um período de gestação que começou nos últimos anos da década de 1970, com lutas por terra nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul (Fernandes, 2012, p. 496).

Na Bahia, segundo o GEOGRAFAR (2022), havia 444 acampamentos coordenados pelos Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com 40.306 famílias acampadas. Somente o atual Território de Identidade Metropolitano de Salvador (TIMS) responde por 30 acampamentos, com um número de 2.175 famílias acampadas. Esses dados mostram a grande presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na Bahia, sobretudo no Território Metropolitano de Salvador, e a importante luta por reforma agrária e pela garantia do direito à terra para os trabalhadores sem terra. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na Bahia, é o movimento social que lidera com o maior número de acampamentos, o que se reflete nas ocupações do Território Metropolitano de Salvador.

No quadro a seguir, apresentamos os números dos acampamentos ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizados no Território de Identidade Metropolitano de Salvador (TIMS).

Quadro 1 - Acampamentos coordenados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Território de Identidade Metropolitano de Salvador (TIMS)

Municípios	Acampamentos	Número De Famílias Acampadas
Camaçari	Araticum	49
	Repouso	87
	Pindaíba	100
	Avestruz	158
	Monte Cristo	61
		455
Candeias	Estopa União	54
	Faz. Pasto Novo	74
	Faz. São Francisco	70
	Nova Esperança	18
	Pindoba	
		216
Dias D'ávila	Recanto Da Paz	38
	Cajazeiras	47
	Che Guevara	50
		135
Lauro de Freitas	Ciamar	25
Mata de São João	Santa Maria	4
	Faz. Coqueiral	87
	Vargem Grande	228
	Sohem Davi	96
	2o Mil	31
		446
Pojuca	Faz. Central Miranga	90
		150
		240

São Francisco do Conde	Milton Santos	100
São Sebastião do Passé	Paulo Jackson (Bento) Bento Bento 17 Santa Rosa Reiro Cinco Rios	72 85 90 90 43 290
Simões Filho	Guerreiro	60

Fonte: GEOGRAFAR (2022).

No quadro acima (Quadro 1), podemos visualizar a espacialização da luta pela terra refletida no número de acampamentos existentes no Território de Identidade Metropolitano de Salvador. É importante destacar que esses números são referentes a um levantamento realizado em 2015, e podem ter sofrido alterações desde então.

Para Fernandes (2012), o acampamento é o espaço de resistência e a materialização da ação coletiva e da intencionalidade de reivindicar o direito à terra para a produção e moradia, sendo ele uma manifestação permanente para pressionar os governos na realização da Reforma Agrária.

As famílias que formam os acampamentos vivem em condições precárias e a conquista da terra é a esperança para melhorar a vida dessas famílias, ao menos no que diz respeito à segurança alimentar dos seus membros.

O acampamento é o espaço da formação para esses sujeitos que se desafiaram na conquista de um pedaço de chão. É nesse espaço que se aprende a valorizar o trabalho coletivo, a superar obstáculos e a desenvolver habilidades essenciais como aprendizados, a exemplo das práticas de cooperação e cuidados com a natureza, na confiança que se desenvolve entre os/as companheiros/as a partir do compartilhamento de experiências, mediados pelos educadores/as e militantes dos movimentos.

Na visão de Fernandes (2012),

Os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação, uma forma da materialização do sem terra, trazendo em si os principais elementos organizacionais do movimento. Os acampamentos são, predominantemente, resultado de ocupações. Assim sendo, demarcam nos

latifúndios e nos territórios do agronegócio os primeiros momentos do processo de territorialização dos camponeses (Fernandes, 2012, p. 21).

Neste contexto, o acampamento é uma ferramenta fundamental na transição para o assentamento, porque se traduz em espaço de luta pela terra e a partir da luta, vai formando as pessoas, que irão formar uma nova comunidade, o assentamento.

Nesse sentido, o acampamento é o lugar da mobilização constante, mas, além de ser o espaço de luta e resistência, também é o espaço pedagógico do aprendizado e das experiências. Muitos acampamentos ficam anos nas beiras de rodovias sem que os camponeses consigam ser assentados. Já os assentamentos representam a conquista da terra. Mas tudo começa pelo acampamento.

O assentamento de Reforma Agrária, segundo o INCRA (2022), é um conjunto de unidades agrícolas instaladas pelo próprio INCRA em um imóvel rural. Cada uma dessas unidades é chamada de parcela ou lote, e é destinada a uma família de agricultores. A família beneficiada deve residir e explorar o lote com o desenvolvimento de atividades produtivas diversas. A quantidade de lote e parcelas num assentamento é definida a partir de estudo de capacidade de geração de renda do imóvel.

O relatório do INCRA supracitado aponta a destinação agropecuária dos lotes, a quantidade de famílias assentadas, a viabilidade econômica da exploração, a disponibilidade de água e outras condições com impactos na cadeia produtiva. O tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o espaço oferece. Os agricultores que recebem o lote comprometem-se a morar na parcela e a explorá-la para seu sustento, utilizando mão de obra familiar. Até a emissão do título de domínio, o lote pertence ao INCRA, nesse caso, ao Estado brasileiro.

O MST na Bahia está estruturado em 10 regionais: Sul, Extremo Sul, Baixo Sul, Sudoeste, Chapada Diamantina, Recôncavo, Oeste, Norte, Nordeste e São Francisco. Possui em cada regional uma secretaria que funciona como ponto de apoio para assentados e acampados. Cada assentamento e acampamento estão organizados em grupos de família e cada grupo é composto por dez famílias, com um coordenador e uma coordenadora. Cada regional do MST possui as seguintes instâncias deliberativas: Encontro de Brigada, Encontro Regional, Encontro Estadual e o Encontro Nacional, realizados todo ano, quando se reúnem coordenadores e

representantes de setores com o objetivo de avaliar as ações desenvolvidas e planejar as atividades que serão desenvolvidas pelo movimento para o período subsequente, eleger a direção regional, estadual e nacional. Esta estrutura organizativa do MST, segundo seus dirigentes, é que assegura a participação efetiva dos militantes, da base a distâncias maiores, que é a Direção Nacional.

4 A FEIRA AGROECOLÓGICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA NO CONTEXTO DAS FEIRAS AGROECOLÓGICAS EM SALVADOR

Há um apelo constante na sociedade pela aquisição de alimentos limpos e sem os venenos¹⁶ largamente utilizados pelo agronegócio. Assim, além da Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB), construída nas relações educativas da tríade (feirantes, universidade e fregueses) que estudamos nesta pesquisa, há outras feiras que acontecem no Município de Salvador com os alimentos provenientes dos municípios do TMS, articulando praticamente os mesmos produtores. De acordo com os dados da Secretaria Municipal de Saúde de Salvador (2023), foram listadas 21 feiras de alimentos orgânicos no Município. Uma lista que, de certa forma, atende ao nicho do crescente mercado de orgânicos.

Vale ressaltar que, entre 2006 e 2017 o número de estabelecimentos agropecuários com certificação de produção orgânica cresceu 1.346% no Brasil, saltando de 5.116 para 68.716 (IBGE, 2017). O atendimento a esse nicho de mercado tem sido bastante lucrativo para os produtores, em função da demanda que tem se apresentado na sociedade brasileira, sobretudo, nas grandes capitais.

No entanto, entre as 21 feiras, além da **Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB)**, destacam dessa lista duas feiras: a da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no Bairro de Ondina, e a do Museu de Arte da Bahia (MAB), no Corredor da Vitória que, como a FAUNEB, são feiras baseadas em estratégias, como: cooperação, educação, cuidados socioambientais e fortalecimento da agricultura familiar camponesa e suas lutas por políticas públicas e pela reforma agrária no território, entretanto, são feiras que atendem a um “nicho de mercado”.¹⁷

¹⁶ Segundo a Organização Mundial de Saúde (2023), a ingestão de doses de agrotóxico na alimentação tem sido uma constante preocupação na sociedade. Embora muitas notícias digam que basta lavar as frutas e verduras ou deixá-las de molho por um dia no bicarbonato, estas medidas são apenas lendas urbanas, não apresentando eficácia para retirar o veneno dos alimentos. Os agrotóxicos não ficam apenas na superfície dos alimentos, mas estão em toda parte da planta, inclusive na polpa das frutas e no interior das verduras. Isso ocorre porque muitos agrotóxicos são sistêmicos, ou seja, penetram em toda planta. Dessa forma, não existe nada que possa remover os agrotóxicos dos alimentos. Vários estudos científicos apontam que os agrotóxicos são responsáveis não apenas pela intoxicação alimentar, mas como causa do câncer, da microcefalia e do Alzheimer.

¹⁷ Nicho de mercado é uma parcela específica e especializada do mercado consumidor, em que os consumidores têm necessidades, preferências e características semelhantes. É um segmento de mercado menor e mais específico, com um grupo de consumidores com interesses particulares em comum. O nicho de mercado geralmente atende a uma demanda específica, oferecendo

Embora estejam próximas na orientação da agroecologia, a Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB) é a única que se encontra localizada em bairro popular, no território do Cabula, marcado por um histórico de resistência das comunidades negras de Salvador.

O Cabula é, historicamente, reconhecido como território de resistência negra, conforme nos informa Fernandes (2003). Durante o período de escravidão, os africanos escravizados em Salvador criaram um território próprio de resistência ao poder dos donos de fazenda, cujos limites ainda são desconhecidos. Convencionou-se chamar de Cabula os diversos grupos de quilombos nesse espaço central da cidade de Salvador, os quais resistiam fortemente ao processo de dominação dos senhores de escravos e que, atualmente, são bairros.

O Território Cabula é formado por um conjunto de bairros populares: Arenoso, Arraial do Retiro, Doron, Engomadeira, Mata Escura, Narandiba, Saboeiro, Cabula, Pernambués, Saramandaia, Resgate, Velha Suçuarana, Jardim Santo Inácio, Cabula VI e Tancredo Neves. Segundo o observatório dos Bairros de Salvador (2024), a renda média de um bairro do território do Cabula se encontra na faixa entre 1 a 3 salários mínimos, reforçando o seu caráter popular, enquanto a renda média dos bairros das feiras de Ondina e Vitória pode chegar a 60 vezes mais.

Segundo Fernandes (2003), o nome Cabula “Kabula” é de origem africana e o termo Cabula vem do quicongo Kabula, que além de ser verbo, é nome próprio, personagem feminino, e também um ritmo religioso muito tocado, cantado e dançado. Atualmente, todos esses bairros que juntos formam o território do Cabula continuam sendo uma área de grande concentração de negros e terreiros de candomblé, constituindo um grande quilombo urbano. Apesar das transformações promovidas nesse espaço e de tentativas de apagar a história negra afro-cultural de origem quilombola, o espaço do Cabula conserva profundos traços dessa herança, que se misturam ao tecido urbano nesse período contemporâneo.

Desse modo, a Feira da UNEB se estrutura em um bairro popular, com suas bases agroecológicas, articulando campo e cidade, trazendo para o cotidiano da feira o diálogo sobre questões de interesse dos grupos envolvidos. Essa estruturação de uma feira agroecológica em um bairro popular promove a inclusão social, a valorização da agricultura familiar camponesa, a conscientização ambiental

produtos e serviços direcionados para atender às necessidades desse grupo específico de consumidores (Sebrae, 2024).

e a promoção de uma alimentação saudável entre a população mais pobre.

Nesse sentido, o surgimento de outras feiras, com base na orientação agroecológica, é fundamental para os camponeses do TIMS, pois assegura a comercialização dos produtos excedentes, neste caso, após retirar o que será destinado à alimentação familiar.

Esse movimento das feiras agroecológicas garante o acesso da socioespacialidade urbana, uma alimentação livre de venenos e a preços populares. Segundo a Secretaria de Saúde do Município de Salvador (SMS), foram identificadas 21 feiras de orgânicos no município (SMS, 2023). No entanto, dessa lista, podemos destacar além da Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB), mais duas feiras que se mostraram articuladas às orientações da agroecologia e à luta dos trabalhadores camponeses. Neste caso, podemos destacar, a Feira Agroecológica da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA) e a Feira Agroecológica do Museu de Arte da Bahia (FAMAB).

Quadro 2 - Feiras agroecológicas de Salvador articulando junto ao território camponês

FEIRA	LOCAL
Feira Agroecológica da Reforma Agrária	Universidade Federal da Bahia (UFBA) Campus de Ondina-Salvador
Feira Agroecológica do Museu de Arte da Bahia	Corredor da Vitória
Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB)	Território do Cabula

Fonte: autoria da pesquisa

Esse movimento das feiras agroecológicas no Município de Salvador, capital baiana, tem como um dos seus objetivos, promover a comercialização dos alimentos que são produzidos pelos camponeses do TIMS, ao tempo, em que se busca a conscientização coletiva em relação a fragilidade dos ecossistemas ao serem transformados em agroecossistema e a importância da sua conservação na produção desses alimentos, que por sua vez, garante a segurança alimentar das famílias camponesas. Vale ressaltar que o funcionamento das feiras agroecológicas, tem cumprido um papel importante na formação e informação sobre os camponeses e suas produções, bem como as lutas por políticas agrárias e agrícolas.

A Feira Agroecológica da Reforma Agrária é uma iniciativa da

Universidade Federal da Bahia (UFBA) que acontece semanalmente no Campus de Ondina, promovendo a comercialização de produtos agroecológicos. Ela tem como objetivo principal incentivar a produção e consumo de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos. Além da comercialização, a feira promove a conscientização sobre a importância da agroecologia e da alimentação saudável por meio de eventos, palestras, debates e oficinas. A feira tem o objetivo de promover a comercialização de produtos agroecológicos produzidos por acampamentos, assentamentos e cooperativas da reforma agrária articulados no Território Metropolitano de Salvador.

A Feira Agroecológica do Museu de Arte da Bahia é uma iniciativa da Rede Moinho¹⁸, que tem como objetivo comercializar alimentos como fonte de vida e não de morte, onde a cultura, a agricultura e a arte, têm ocupado os mesmos espaços, atraindo visitantes de vários lugares. Nesse espaço, os produtores comercializam seus cultivos diretamente com os consumidores. A feira tem buscado promover o diálogo sobre a temática da importância de uma alimentação saudável e as consequências do modo de produção hegemônico que nos trouxe tantas crises: ambiental, social, política, racial e de gênero.

Podemos afirmar, sem pretensão de aprofundar nesse momento, que o público dessas duas feiras (UFBA e MAM) tem seus interesses bem definidos, que é a busca do produto livre de venenos. Já na UNEB, o público é mais heterogêneo, parte deles precisam ser esclarecidos sobre produtos com veneno, a sazonalidade dos produtos, entre outras coisas.

4.1 As feiras agroecológicas como espaço de inovação social rural

A palavra “feira”, segundo Barbosa (2014), tem origem no termo latino *feria*, que tem o significado de “o dia de festa”, e é assim que a feira livre se apresenta como uma alternativa que faz frente às formas de concentração, de homogeneização dos espaços, do trabalho explorado, da lógica mercantil. Ainda segundo o autor, o termo “dia de festa”, não por acaso, faz alusão aos aspectos festivos presentes nessa experiência da cidade, bem como à sua capacidade de atrair pessoas de vários lugares para povoar o espaço inquietante e efervescente

¹⁸ A rede Moinho é uma associação composta por produtores do Território de Identidade Metropolitano de Salvador que cultivam alimentos seguindo os princípios da agricultura agroflorestal.

que lhe é próprio e singular.

A *feira*, como conhecemos, é um espaço que envolve o comércio, e onde se estabelecem relações de compra e venda, mas, sobretudo, um espaço educativo. Para Pereira (2022), pode-se dizer que a feira constitui o espaço de comercialização da produção camponesa em uma modalidade de mercado ao ar livre com oferta de alimentos diversificados. Ela ocupa o espaço público, como ruas e praças, com circulação livre de pessoas, sejam feirantes, vendedores ambulantes, consumidores e frequentadores que somente passeiam pela feira, diferenciando-se dos comércios que acontecem em espaços privados.

Brito (2022) lembra que as feiras, depois de terem a presença reduzida significativamente nos centros urbanos em razão da chegada das grandes redes de supermercados, hoje, constituem um verdadeiro “chame gente” com a vinda de pessoas seduzidas pela presença de produtos frescos e saudáveis e pela oportunidade da troca de informações de mais variada natureza.

O referido autor evidencia que o processo de articulação das feiras agroecológicas em muito tem contribuído com a crítica à agricultura convencional e tributária da revolução verde, caracterizada, sobretudo, pelo uso excessivo de agrotóxicos, em contraste com o requerimento de alimentos saudáveis, efetuado por um número crescente de consumidores que, pouco a pouco, foram testemunhando um distanciamento gradual entre o campo e a cidade e, assim, perdendo de vista os caminhos tortuosos percorridos pelos alimentos até chegarem às suas mesas.

Complementa, ainda, que essa atitude de relativa indiferença passou a se modificar quando surgiram escândalos alimentares com regularidade cada vez maior nos meios de informação, ao apresentarem situações que acabaram chamando a atenção das pessoas para o fato de elas estarem sujeitas às consequências da contaminação dos alimentos por agrotóxicos e outros produtos químicos.

As feiras agroecológicas são espaços onde são comercializados alimentos produzidos nos princípios da agroecologia, que envolvem o uso de técnicas de cultivos adaptadas aos ecossistemas, à preservação da natureza, à valorização da sociobiodiversidade, à produção de alimentos livres de agrotóxicos e transgênicos e de opressões sociais. Nesse sentido, partimos do entendimento de que uma feira é um mercado popular, onde os agricultores camponeses têm a oportunidade de vender os seus cultivos diretamente aos fregueses dispensando a figura do

“atravessador¹⁹”, obtendo uma remuneração justa pelo seu trabalho. Além disso, esse tipo de feira tem buscado promover a troca de experiência entre produtores (camponeses) e consumidores (fregueses), incentivando o consumo consciente.

Brito e Cruz (2018) entende que as feiras com essa proposta da agroecologia nascem como estratégia de enfrentamento às ausências de políticas públicas, dentre elas, apoio à comercialização. Essa forma de comércio tem um caráter de resistência popular aos mercados convencionais, pois, a feira é como uma gota no oceano e que se articula contrário ao modelo hegemônico do agronegócio, dominado por grandes empresas de monoculturas, com impactos negativos à natureza e à saúde das pessoas. Nesse sentido, a estratégia da Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB) busca fortalecer a agricultura familiar camponesa, valorizar a produção local e resgatar práticas tradicionais de cultivo.

Visto que, parafraseando Wanderley (2014), a agricultura camponesa tem enfrentado diversos problemas ao longo dos tempos, a baixa renda e a pobreza, normalmente proporcionam baixos rendimentos, o que resulta em condições de vida precárias e dificuldades financeiras entre as famílias dos agricultores. Segundo a autora, na agricultura camponesa falta estrutura, como estradas adequadas e sistemas de transporte, tornando difícil o mercado para os camponeses venderem os seus produtos. Esses são apenas alguns problemas históricos enfrentados pela agricultura camponesa que têm impactado negativamente seu modo de vida e de produzir.

Na desigualdade de acesso a recursos, os/as camponeses/as frequentemente enfrentam dificuldade para ter acesso a recursos essenciais, como água, sementes, fertilizantes e equipamentos. Em alguns momentos, a falta desses recursos dificulta a capacidade de aumentar a produção agropecuária da sua roça ou quintal produtivo. Vale ressaltar que a questão do acesso à terra é um dos principais problemas enfrentados pela agricultura camponesa. O camponês, não tendo acesso à terra, significa que não terá a oportunidade de cultivar de forma agroecológica.

¹⁹ O “atravessador” é o comerciante que intermedia o comércio de produtos ou serviço entre quem produz e o consumidor final, obtendo grande margem de lucro entre a compra e a revenda, tendo em vista apenas esse lucro, sem a preocupação com as perdas do outro. Em contraposição a essa realidade, a agroecologia defende o comércio solidário, em que ambas as partes saiam ganhando. (entendimento popular).

Segundo Brito e Cruz (2022), a realização das feiras agroecológicas tem fortalecido a agricultura familiar camponesa no território, com a conscientização das pessoas sobre os benefícios da produção agroecológica. As feiras agroecológicas de Salvador são realizadas em pontos distintos da cidade, como praças, ruas e até mesmo dentro da universidade. Elas acontecem semanalmente ou quinzenalmente, sempre em dias específicos da semana.

São feiras que têm o objetivo de promover a agricultura camponesa familiar e a preservação das bondades da natureza (os recursos naturais), além de oferecer alimentos mais saudáveis e de qualidade para a população do campo e da cidade. Além da venda de alimentos, as feiras agroecológicas também oferecem atividades educativas, como oficinas sobre agricultura e alimentação saudável, com palestras e debates sobre temas relacionados ao meio ambiente e à agroecologia.

As feiras contribuem para a valorização dos agricultores camponeses e para o fortalecimento da economia local, além de promover uma maior consciência sobre a importância da produção de alimentos de modo que se respeite a resiliência do agroecossistema que está sendo cultivado. São realizadas em espaços cedidos por instituições públicas. Dowbor (2006) pontua a necessidade de as instituições se colocarem a favor e apoiar logisticamente projetos que têm relação com a articulação das populações do campo que se organizam no território, o que garante às famílias camponesas poderem cultivar os alimentos da sua preferência, ou seja, o que garante a sua soberania alimentar.

As feiras agroecológicas, de certa forma, têm facilitado o diálogo da agroecologia com a população do Território de Identidade Metropolitano de Salvador, quando tem chamado atenção para pautas de luta dos trabalhadores do campo e da cidade e articula os camponeses como sujeitos da educação do campo e construtores de um outro projeto de campo e de sociedade que, sobretudo, lhes assegure a sua soberania em relação aos mercados industriais de alimentos (supermercados).

Participar das feiras agroecológicas no Território de Identidade de Salvador pode ser uma forma de apoiar os camponeses na promoção de uma agricultura baseada em princípios da agroecologia, do cuidado com a natureza, do alimento como elemento de posicionamento político. A presença do território camponês nos espaços urbanos possibilita o debate com grupos diversos, de origens e experiências de vida diferentes. Evidentemente, esses grupos que transitam nesse

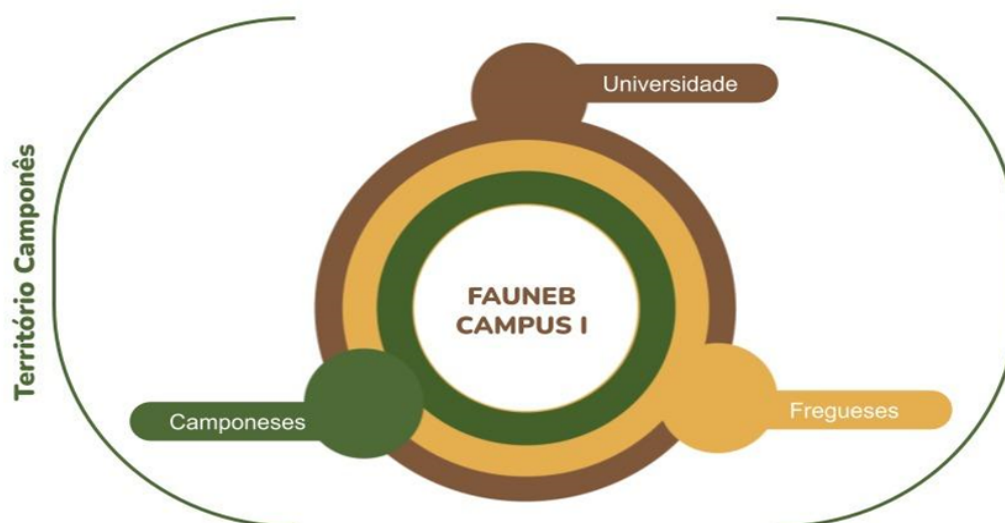
espaço são moldados por experiências individuais e que se somam na coletividade.

Certamente esse encontro da diversidade facilita a relação dialógica dos diferentes objetos que a compõem, que se dá através da frequência do encontro, ocorrendo com isso a formação de socioespacial, com a ocupação social do espaço. A feira é onde muitos espaços se encontram, podendo ter diálogo ou não. Para Santos (1997), o espaço é um quadro único formado por um conjunto organizado de objetos e ações solidárias, às vezes, contraditórias. O que significa que tudo que existe está interconectado, e as feiras seriam parte dessa conexão entre o campo e a cidade.

Entendemos que o encontro das pessoas na feira está para além das relações de compra e venda. A feira proporciona também o encontro de espaços imateriais, classificados por Fernandes (2021) como os aspectos culturais e simbólicos presentes na sociedade. O autor considera que o espaço imaterial é formado por elementos intangíveis, tais como valores, princípios, crenças, identidades, saberes, práticas comunitárias e solidárias. Nesse encontro da diversidade poderão se estabelecer interações através de ações educativas, marcando a importância da oralidade no passar as experiências do cotidiano dessa tríade (feirantes, universidade e fregueses).

4.2 Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia e a dialogicidade entre camponeses, universidade e fregueses

Figura 1 - Representação Gráfica da Tríade que forma a FAUNEB



Fonte: Elaboração do pesquisador (2021).

Cada evento pensado para ser realizado na feira tem uma construção no diálogo entre os partícipes, principalmente entre a equipe do Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial (CAECDT), juntamente com as feirantes, observando as demandas dos frequentadores. Assim, a feira é constituída por uma articulação que envolve a universidade, feirantes e fregueses, é o encontro do território camponês com o espaço urbano acadêmico (conforme representa a Figura 1).

A feira também tem recebido a visita de: estudantes dos cursos de Nutrição, Direito, Ciências Sociais, da Universidade do Estado da Bahia; de estudantes das escolas estaduais próximas junto com seus professores; de técnicos do Projeto de Educação Alimentar do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do Cabula; e do Coletivo das universidades americanas em período de intercâmbio no Brasil. Essas visitas se traduzem em aulas fora da sala de aula propostas pelos professores, em parceria com a equipe da feira.

Esse movimento, com grupos diferentes (estudantes, professores, fregueses e feirantes) de campos de conhecimentos e ou lugares diferentes se forma na troca coletiva de saberes, produtos, receitas, poesias, visto que a feira é um lugar privilegiado da diversidade e manifestações culturais, sejam populares ou sistematizadas.

4.2.1 A Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia: uma ação de Extensão da Universidade

A feira faz parte de uma estratégia de extensão da UNEB, através do Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Paulo Freire (CAECDT), com o objetivo de reforçar o papel da Universidade do Estado da Bahia na relação com a sociedade, atuando no fortalecimento do diálogo entre produtores e consumidores a partir da troca de conhecimentos. São temas como a reforma agrária, as virtudes e dilemas do campo, movimentos sociais de luta pela terra, a difusão da economia solidária e, sobretudo, os princípios agroecológicos, segundo Brito e Cruz (2021), junto a um público cuja parcela significativa ainda detém pequena familiaridade com esses temas.

A Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB) é fruto da movimentação da Universidade em defesa de espaços sociais para que os camponeses exponham os alimentos produzidos em suas roças e quintais produtivos e, junto, seus conhecimentos e experiências para compartilhar com os frequentadores. Trata-se, portanto, de um espaço de resistência, estando relacionada a diversos fatores, um deles é o debate de preservação da biodiversidade, das práticas conservacionistas de cultivo respeitando os ecossistemas naturais, que evitam a destruição de “habitats” e a contaminação dos recursos naturais. (Projeto de Extensão, CAECDT, 2017).

Podemos observar que a articulação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) com os movimentos e organizações sociais, através do projeto da feira, possibilita desenvolver ações educativas com feirantes e frequentadores e que em sua base inclui atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Vale afirmar que a UNEB vem se aproximando das populações do campo respaldada na sua trajetória de articulação com os movimentos sociais, através da oferta de cursos ligados ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) foi criada pela Lei nº 66, de 1º de junho de 1983, reconhecida pela portaria ministerial nº 909, de 31 de julho de 1995, e estruturada pela Lei Estadual nº 7176, 10 de setembro de 1997. De acordo com o seu Estatuto, a UNEB é uma Autarquia de Regimento Especial, de Ensino, Pesquisa e Extensão, organizada sob o modelo multicampia e multiterritorial, estruturada e

administrada de forma descentralizada (Estatuto da UNEB, 2012). “A UNEB nasce com a cor da Bahia, comprometida com as suas regiões, com os sertões, com o povo baiano” (BOAVENTURA, 2023, p. 270).

A instituição foi criada em 1983, com a missão de formar professores, a partir da sua organização multicampia, esta universidade tem uma trajetória que demarca um caminho sólido com o sistema de cotas, articulação com os movimentos sociais, consolidação da educação do campo, indígena e quilombola, o que reafirma o seu perfil de universidade popular.

Conforme descrito em seu projeto (2017), a feira agroecológica é uma ação realizada em parceria com o Gabinete da Reitoria da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). É importante dizer que a representação da universidade nessa tríade se dá através da sua autarquia, o Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Paulo Freire (CAECDT), que está fundamentado na Resolução nº 1265/2017, do Consu/UNEB, e, por ser uma Unidade Acadêmica, dedica-se à produção do conhecimento relacionado à educação do campo e à agroecologia.

De acordo com o Regimento Geral da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), o projeto do Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Paulo Freire caracteriza-se como um órgão suplementar de natureza interdisciplinar, conforme o Art.88/2012, o Centro tem a tarefa de coordenar, integrar, sistematizar, orientar e promover ações de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação, e Extensão, assegurando as condições de acompanhamento e desenvolvimento das ações, o que lhe garante autonomia da gestão administrativa e financeira.

O Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Paulo Freire (CAECDT) é o grande articulador das feiras agroecológicas na multicampi da UNEB. Atualmente, são 8 feiras nos Campi de Salvador, Teixeira de Freitas, Seabra, Guanambi, Paulo Afonso, Barreira, Serrinha e Conceição de Coité. Nesses espaços se busca o fortalecimento das feiras em rede no âmbito da UNEB, como pontua uma das suas organizadoras

Tem sido pauta em todas as agendas do Coletivo do CAECDT, onde se evidencia a importância da atividade, o que tem resultado na ampliação para outros departamentos e, conseqüentemente, seu fortalecimento (JB, coordenadora do CAECDT, 2022).

O CAECDT congrega docentes, técnicos administrativos, analistas

universitários, discentes e ocupantes de cargo de provimento temporário, sendo responsável pelo planejamento, execução, acompanhamento, controle, supervisão e avaliação das atividades didático-científicas e administrativas das ações, projetos e cursos de natureza permanente ou temporária no âmbito da UNEB.

O CAECDT tem buscado assegurar o suporte necessário à elaboração e desenvolvimento de ações construídas com os sujeitos do campo, com vistas ao desenvolvimento de um trabalho científico e formativo na área de educação do campo e Agroecologia, a partir de uma perspectiva voltada para as demandas coletivas dos povos do campo organizados em movimentos e entidades populares, sendo estes presentes, com assentos no colegiado e conselho do CAECDT. (Quadro 3).

Quadro 3 - Movimentos e instituições populares que compõem o Conselho do Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial (CAECDT)

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
Movimento Estadual dos Trabalhadores Rurais Assentados, Acampados e Quilombolas (CETA)
Movimento de Luta pela Terra (MLT)
Movimento de Unificação Camponesa (MUC)
Federação dos Trabalhadores Rurais (FATRES)
Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG)
Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA)
Fundo e Fecho de Pasto
Teia dos Povos
Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM)
Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas
Costeiros e Marinheiros (CONFREM)
Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia (AECOFABA)
Fórum Estadual da educação do campo (FEEC)
Escola Família Agrícola do Sertão (EFASE)
Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semi-Árido (REFAISA)

Fonte: Elaboração do pesquisador, com base no CAECDT (2017).

A partir de orientações da Educação do Campo e da Agroecologia, o CAECDT vem contribuindo com a formação profissional e humana das populações do campo na perspectiva do desenvolvimento socioambiental e solidário nas ações de extensão da Universidade do Estado da Bahia, onde se encontram os projetos vinculados à Feira Agroecológica da UNEB (Rodrigues, 2021).

Figura 2 - A Feira Agroecológica da UNEB com a participação do MPA e MST (CAECDT, 2019)



Fonte: Elaboração própria.

Dentre os produtos trazidos para a FAUNEB, podem ser mencionados hortaliças, como alface crespa e americana, couve, rúcula, coentro, cebolinha, manjerição, tomate, hortelã, abóbora, berinjela, maxixe, quiabo, batata, aipim, banana, limão, laranja, coco verde e seco, jenipapo, acerola, manga, jaca, mamão, ovos e algumas plantas medicinais e plantas alimentícias não convencionais (PANCs).

Também encontram-se produtos minimamente processados, tais como os doces de leite e goiaba, mel, bolinho de pote, cocada e bala de jenipapo, beiju na palha da banana, a tapioca para beiju, arroz, café, feijão, flocão e o creme de milho e conservas artesanais de pimenta, tempero completo, molho de tomate e pasta de alho e linhaça.

As PANCs têm sido um debate recorrente na Feira Agroecológica do Estado da Bahia (FAUNEB), por se tratar de plantas normalmente não aproveitadas na alimentação humana cotidiana, mas experimentada e usada em comidas típicas, ancestrais, como é o caso da beldroega, caruru, taioba, folha de mandioca, carne de jaca e a língua de vaca, que está presente em um prato comum aqui no recôncavo, o “efó”, comida de origem africana com camarões secos e azeite de dendê.

São produtos que trazem em si conteúdos produzidos pelos camponeses, suas heranças ancestrais e saberes dialogados. As trocas de experiências entre a tríade sempre parte de uma dúvida, o que é isso? Para que serve? Como preparar comida com isso? E por aí vão se construindo novos conhecimentos.

Estamos sempre atentos/as às demandas da feira, ou seja, às perguntas, observando as conversas entre as pessoas, o que nos inspira a encaminhar debates, cursos, oficinas. Por exemplo, recebemos, na feira, Valdely Kinupp, pesquisador sobre as PANCs, no Brasil, em uma oficina que reuniu todos os sujeitos da feira. (RMCR, coordenadora do CAECDT em 2017, 2022).

Para que a feira seja realizada na quinta-feira, um conjunto de providências é necessário, a exemplo da quarta-feira, véspera da feira, quando as camponesas fazem colheita dos produtos para o dia seguinte. Ainda na quarta-feira, fazem contatos com os/as fregueses/as, via WhatsApp, informando os alimentos que têm, anotam os pedidos, recebem sugestões, enfim, mais diálogos e trocas acontecem na formação de algumas cestas que foram encomendadas para que sejam entregues no dia da feira.

Para que a feira ganhasse corpo e visibilidade diante do público interno e externo, além da disponibilização dos produtos com regularidade, foram utilizados alguns materiais e equipamentos de divulgação, a exemplo de *banners* e faixas colocados nos portões de entrada da universidade, convites distribuídos no setor administrativo, nas salas de aula, junto à comunidade externa e condomínios próximos, à colocação de cartazes, a circulação de carro de som no campus e nas áreas próximas, a inserção de anúncios no *outdoor* da universidade e no sítio eletrônico da UNEB.

Para a divulgação e venda dos produtos da feira, foram criados grupos de comunicação no Facebook, Instagram e WhatsApp, foram realizadas entrevistas e reportagens para a televisão e, sempre que possível, a instalação da feira durante eventos científicos com temática relacionada à questão agrária, agroecologia, educação do campo, meio ambiente, movimentos sociais e populações tradicionais. Para além da venda dos produtos, o espaço da feira também tem sido palco para a ocorrência de atividades culturais, a exemplo da realização de rodas de conversa sobre temas como alimentação saudável, questão agrária e gênero, debate sobre as plantas alimentícias não convencionais (PANCs), oficina do alimento vivo, compostagem urbana e yoga.

4.2.2 As camponesas feirantes: origens e aproximações espaciais

Como dito anteriormente, a Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia, Campus I, é formada, em sua maioria, por mulheres, organizadas nos movimentos sociais populares que se mobilizam no espaço do Território de Identidade Metropolitano de Salvador. Agora apresentamos as feirantes como partes constituintes da pesquisa.

As participantes da FAUNEB são acampadas em dois acampamentos vizinhos, o Paulo Jackson (Bento) e o Recanto da Paz, porém, em municípios diferentes. As acampadas escolhidas para a reflexão desta pesquisa foram aquelas que estão em uma categoria que se apresenta com um maior número de participantes na Feira Agroecológica da UNEB: das dez barracas, seis estão com as integrantes deste movimento, ou seja, são acampadas e participantes das mobilizações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A feirante **AP**, de 36 anos, é solteira, mulher, negra e cursou até o 5º ano do ensino fundamental. Em sua casa moram 9 (nove) pessoas, todos ajudam na roça. Antes do Movimento Sem Terra ocuparam a fazenda, onde hoje é o acampamento, ela já morava na mesma com a sua família e logo tratou de se integrar à ocupação com todos da família.

A feirante **AS**, de 46 anos, é solteira, mulher, parda, filha do recôncavo, estudou até a 6º ano do ensino fundamental, em sua casa moram 4 (quatro) pessoas, somente 2 (duas) delas cuidam do trabalho da roça.

A feirante **IN**, de 37 anos, é casada, mulher, negra, natural da região do recôncavo, cursa o 6º ano do ensino fundamental. Em sua casa moram 2 (duas) pessoas, ela e o marido, ambos trabalham na roça.

A feirante **RF**, de 56 anos, é casada, mulher, negra, natural da cidade de Irecê-BA, possui o ensino médio incompleto. Em sua casa moram 2 (duas) pessoas, ela e o marido, os dois trabalham na roça.

A feirante **DA**, de 65 anos, é casada, mulher, parda, filha do recôncavo, cursou até o 8º ano do ensino fundamental. Grande liderança na comunidade.

A feirante **DS**, de 48 anos, é casada, mulher, parda, natural de Itaberaba-BA, possui o ensino médio incompleto. Em sua casa moram 2 (duas) pessoas, ela e o marido, ambos trabalham na roça.

As feirantes são acampadas em dois acampamentos vizinhos, porém, em municípios diferentes. São quatro feirantes do acampamento Paulo Jackson (Bento), Município de São Sebastião do Passé - BA e mais duas feirantes do acampamento Recanto da Paz, Município de Dias D'Ávila, ambos coordenados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A participação cada vez maior das mulheres nas atividades produtivas aponta outro paradigma nas relações do trabalho da roça, com o reconhecimento da importância do trabalho das mulheres.

A participação das mulheres na condição de camponesas e feirantes possibilitou que percebessem a importância do trabalho feminino - até então colocado na condição de mero coadjuvante do trabalho masculino, fazendo com que elas venham conseguindo ressignificar a sua atuação, ganhando autonomia, exercendo protagonismo e gerando renda para suas famílias (Coordenador da feira, 2023).

As camponesas que participam da Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB) são atuantes na disputa socioterritorial, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). De acordo com a coordenação da feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia, a articulação para a sua construção se deu com a aglutinação dos sujeitos coletivos da educação do campo, da agroecologia e, sobretudo, da reforma agrária. As feirantes são das mais diversas origens espaciais

Antes dos sem terra chegarem, a gente já morava na comunidade, eu fui nascida e criada lá. Meus pais também foram nascidos e criados lá, meus avós, todos nasceram e foram criados lá. (AP, Feirante da FAUNEB, 2022).

As feirantes acampadas em dois acampamentos coordenados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST),

Eu sou da região de Irecê, os meus pais eram agricultores e a gente criou, também, gosto pelo campo e compreendemos o manejo da terra e a importância de produzir os alimentos sem veneno (RF, feirante da FAUNEB, 2022)

Eu nasci em Itaberaba, região da Chapada Diamantina. Com 10 anos fui para casa da minha irmã e lá eu arrumei família e morei até o dia de vir parar aqui no movimento dos sem terra. (DS, feirante da FAUNEB, 2022).

Eu saí bem jovem da roça para a cidade, porque no campo nem sempre se acha trabalho para a gente ganhar dinheiro. Encontra trabalho às vezes sim, às vezes não, então toda mocinha gosta de ter suas coisinhas direitinhas, aí, fui trabalhar na cidade depois de muitos anos surgiu essa oportunidade aqui no campo; então, eu gosto muito do campo, voltei às minhas origens. (DA, feirante da FAUNEB, 2022).

Depois que eu conheci meu esposo, fui morar no assentamento, aí, eu digo que também ocupei a terra. Demorei um pouco no barraco e agora a gente ganhou as casas tudo direitinho e agora eu moro lá mesmo. (IN, feirante da FAUNEB 2022).

Vivi a minha vida toda aqui na roça, quando chegou o “sem terra” eu me juntei a eles. (DS, feirante da FAUNEB 2022).

As camponesas/feirantes são oriundas das movimentações da luta pela terra no Território de Identidade Metropolitano de Salvador e, ao se estabelecer espacialmente na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), trazem consigo as questões do seu território, ao tempo em que ofertam alimentos que são produzidos em suas comunidades.

Participo das oficinas, destaco a importância dos insumos para horta, tem muitas coisas que eu não sabia a respeito dos inseticidas naturais, então aquelas coisas ali eu aprendi antes de fazer um curso de Agroecologia. Então, algumas coisas já sabia, mas ali, eu aprendi aquele negócio dos defensivos naturais, para mim foi muito importante porque às vezes a gente sofria muito com as pragas e o combate natural é bem melhor (DS, feirante da FAUNEB, 2022).

A camponesa/feirante RF destaca a importância da sua participação na oficina de compostagem do balde com a fabricação de inseticidas naturais oferecida pelo coletivo de agroecologia do CAECDT/UNEB. Ela se auto-identifica como multiplicadora de saberes com a perspectiva da formação humana.

A gente já planta aqui sem agrotóxico. O pessoal da faculdade veio investigar se não havia nenhum agrotóxico sendo usado por aqui, em seguida levaram a gente para cidade para fazer uma feira. Então, através dessa feira eu fiz um curso de agroecologia para a gente aprender a fazer compostagem para não precisar comprar fertilizante e nem venenos (DA, feirante da FAUNEB, 2022).

A entrevistada acima fala sobre o trabalho de acompanhamento da universidade na disposição de transportes para as feirantes virem das suas comunidades com seus produtos e na identificação e garantia da procedência dos alimentos. Também destaca a importância do curso de agroecologia na formação para uma produção sem veneno e com respeito à natureza. Outro destaque que ela faz é da produção de quintal, como também no acompanhamento, por parte da equipe do Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial (CAECDT).

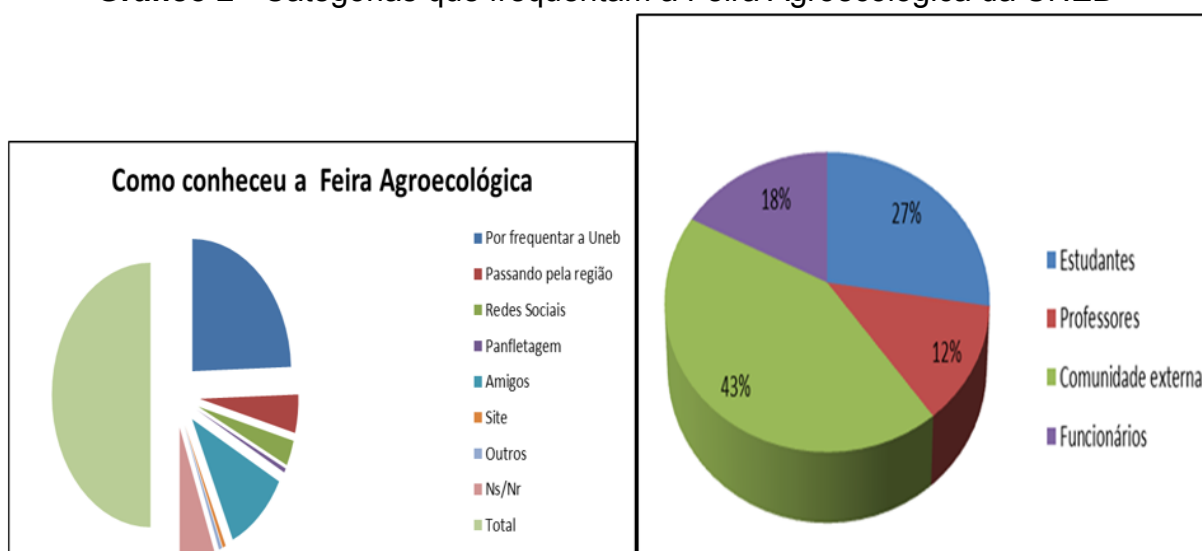
4.2.3 Os/as fregueses/as na dinâmica da Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB)

Em 2018, foi realizada, pelos técnicos do CAECDT e estudantes de Ciências Sociais da UNEB, uma pesquisa com os/as fregueses/as da feira, com objetivo de realizar uma avaliação da Feira Agroecológica da UNEB para que, a partir dos dados obtidos, fossem providenciadas sua melhoria e permanência no Campus I do território do Cabula.

Eu tinha o conhecimento da produção agroecológica no Território Metropolitano de Salvador desde 2014, quando atuei no colegiado de direito. A partir daí, eu também conheci essa produção calorosa e sempre humana das pessoas que estão lá e me sinto em casa né, bem recebida e além de tudo minha contribuição da minha gotinha no oceano para que perpetue a agroecologia. [...] Estou sempre procurando por esses lugares na cidade. Então já fui no Parque da Cidade tudo quanto é canto. Alguns restaurantes da cidade naturais que de vez em quando fazem lá umas feirinhas eu vou (SR, freguesa da FAUNEB, 2022).

Podemos perceber através da fala de SR (2022) que algo parecido com a Feira Agroecológica era esperada por alguns moradores do Território do Cabula.

Gráfico 2 - Categorias que frequentam a Feira Agroecológica da UNEB



Fonte: CAECDT (2019).

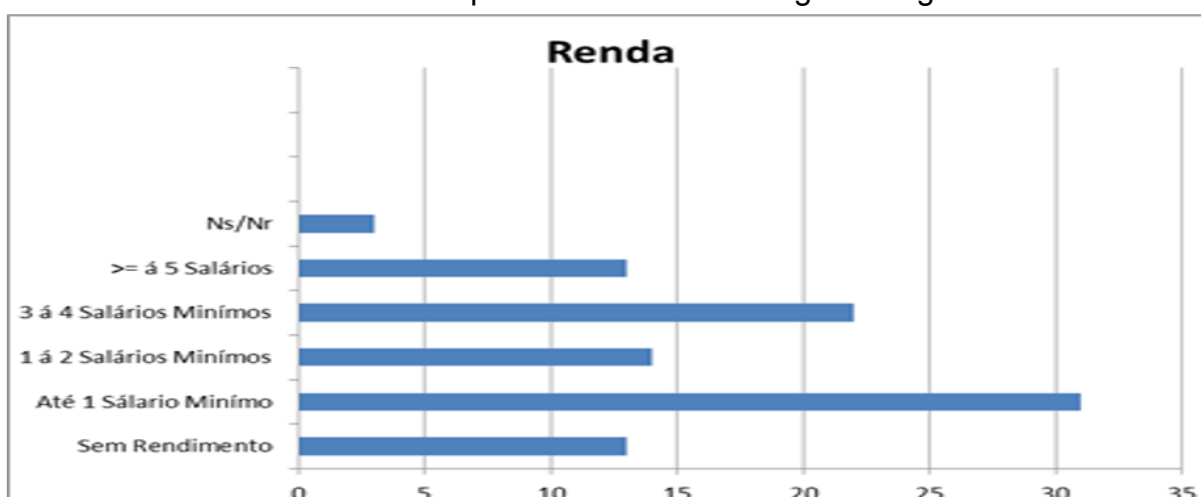
Segundo os dados da pesquisa (2018), no gráfico 2, à esquerda, 49,0% dos fregueses são frequentadores das redes sociais na internet, imprescindíveis para ficar conhecendo a respeito da Feira Agroecológica da UNEB. Outro grupo conheceu sobre a feira frequentando o Campus I; para alguns, respeito à informação

de pessoas amigas (20,8%), ficou conhecendo através de amigos ou pela “passagem pela região” visualizando a feira no *banner* na entrada da UNEB, até mesmo o *front light* ou na informação “boca a boca”, sobretudo, a ampla divulgação na internet. Isso nos mostra a importância das redes sociais na promoção de empreendimentos que carregam a intencionalidade do debate de outro projeto para o campo e para a sociedade.

Foi constatado com a pesquisa (2018) que a maior parte da freguesia “faz a feira” das 07 às 08 horas e 20,8% entre 08 e 09 horas. Essa frequência mais cedo é justificada pela necessidade de cumprir a tarefa no início da manhã para, assim, ter tempo de cuidar dos afazeres domésticos. O período de 07 às 09 horas concentra a presença de 60,4% do público da feira, ficando 31,2% no intervalo de 09 às 13 horas.

O levantamento da renda dos fregueses geralmente comporta informações subnotificadas, tanto entre os fregueses que recebem salários, quanto entre aqueles que se declararam sem rendimento. No entanto, abordar essa questão da renda dos fregueses na pesquisa nada mais é que uma tentativa de avaliar as características do caráter mercadológico da Feira Agroecológica do Estado da Bahia, se é possuidora de características populares ou serve somente para atender o nicho de mercado da classe média.

Gráfico 3 - Renda dos frequentadores da Feira Agroecológica da UNEB



Fonte: CAECDT (2019).

Segundo os dados do Gráfico 3 (a maioria ganha apenas até um salário mínimo), pode-se afirmar a presença das classes populares, um público classe

média baixa a média entre os consumidores da feira. Queremos mostrar com esse dado do rendimento dos fregueses que a feira se comporta como nicho de mercado. De acordo com os rendimentos coletados, ficou provado que a FAUNEB assume um caráter de comércio popular.

Em resumo, as feiras agroecológicas têm um forte potencial de resistência, pois contribuem para a preservação da biodiversidade, promovem a soberania alimentar, fortalecem a agricultura familiar/camponesa, educam consumidores e produtores e se opõem ao modelo do agronegócio que é baseado na produção em larga escala, no uso intensivo de produtos sintetizados na indústria química com a concentração de poder nas mãos de uma pequena minoria.

Conforme relatórios do CAECDT (2019), a feira agroecológica possui um potencial educativo significativo, pois oferece a oportunidade para as pessoas aprenderem sobre a produção de alimentos e a prática do consumo consciente. Nesse sentido, ajuda a conscientizar sobre os benefícios desses alimentos em relação aos convencionais, pela ausência de resíduos químicos e maior valor nutricional.

Os visitantes nas feiras agroecológicas podem aprender a identificar, valorizar e incorporar esses alimentos na dieta diária a partir da interação com os produtores locais. Também é possível aprender sobre o processo de produção, as dificuldades enfrentadas pelos camponeses e a importância de apoiar a produção agrícola. Essa conexão direta ajuda a valorizar o trabalho dos camponeses em relação à origem do alimento, promove o consumo consciente, incentivando a compra de alimentos locais e sazonais, desencorajando o desperdício de alimentos. Ao aprender sobre as formas de consumo, os visitantes poderão refletir sobre seus próprios hábitos e tomar medidas de controle.

Segundo Brito (2021), as feiras agroecológicas são possibilitadas por diversos fatores históricos. A partir das décadas de 1960 e 1970, houve um movimento crescente de agricultores e consumidores interessados na produção e consumo de alimentos orgânicos. Esse debate se deu em função das críticas ao modelo convencional de agricultura baseada no uso intensivo de agroquímicos, o que tem sido objeto de crítica quanto aos seus impactos ambientais na saúde humana e na qualidade dos alimentos. Embora entendamos que o capitalismo seja dominante e que a experiência da FAUNEB se mensure à uma gota d'água no oceano,

reconhecemos que essa estratégia pode se constituir em uma nova forma de produção e comercialização dos alimentos.

Esses fatores se entrelaçam e contribuem para a formação de um contexto favorável ao surgimento e fortalecimento das feiras agroecológicas, o que representa uma alternativa de produção e consumo de alimentos mais saudáveis, bem como se apresenta a FAUNEB. Neste sentido, o surgimento das feiras agroecológicas está associado a uma reação ao modelo hegemônico, intimamente ligado aos movimentos sociais que defendem a agroecologia como uma alternativa ao agronegócio e à globalização dos alimentos, buscando valorizar práticas mais saudáveis de produção local para a promoção e sustentação das feiras.

5 OS PROCESSOS EDUCATIVOS QUE OCORREM ARTICULADOS À AÇÃO DA FEIRA AGROECOLÓGICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (FAUNEB)

Neste capítulo, abordaremos os processos educativos desenvolvidos na FAUNEB entre camponeses, universidade e fregueses, em consonância com a oferta de alimentos saudáveis e a difusão da agroecologia no Campus I. Argumentamos no decorrer do capítulo sobre os resultados obtidos no processo investigativo.

A educação como prática da liberdade constitutiva da autonomia dos sujeitos e, portanto, *libertadora*, é uma importante lente para a leitura da realidade estudada, e, para isso, tomamos como referência os teóricos Paulo Freire e Roseli Caldart, bem como a articulação da Educação do Campo e Agroecologia. Assumimos a compreensão da Educação do Campo como dimensão estratégica para construção de outro projeto de campo pautado na Agroecologia.

Os processos formativos na feira foram analisados a partir dos projetos, das oficinas, rodas de conversa, curso de extensão e da reorganização da feira na pandemia de COVID-19, em 2020/2021, bem como da análise do conteúdo das entrevistas realizadas com três grupos: feirantes, frequentadores e coordenadores do CAECDT e da feira. Nesse sentido, a feira agroecológica, enquanto coletivo, desempenha o papel de mediação no processo de educação socioambiental entre os/as feirantes e fregueses/as, quando oportuniza os encontros entre esses sujeitos.

Na FAUNEB, a dimensão educativa emerge da relação universidade/camponeses(as)/fregueses(as), e parte da valorização das culturas locais, dos conhecimentos tradicionais e do fortalecimento da identidade dos/as camponeses/as. Ao lançar o olhar sobre essa dimensão, apoiando-se em conceitos da Agroecologia e da Educação do Campo, parte-se da perspectiva de uma educação contextualizada que promove e articula os processos educativos para os camponeses, não somente no sentido de como plantar e colher ou de como fazer o beneficiamento de um determinado produto, mas, também, pauta-se na realidade do processo de luta dos trabalhadores e trabalhadoras.

São reflexões que sublinham a necessidade de uma abordagem integrada, na qual a educação não seja apenas um meio de transmissão de conhecimentos, mas um veículo de empoderamento das comunidades campesinas, como diz Freire

(1999), “o ato de dizer sua palavra”. No entanto, a formação acontece de diversas formas, desde um bate papo informal entre feirantes e fregueses às rodas de conversa, oficinas e o curso de extensão.

Quando perguntados sobre a motivação para frequentar a feira, nos chamou atenção o fato de trazerem em suas falas a dimensão formativa das trocas entre feirantes e freguesia.

[...] quando veio a feirinha é aí que eu acho que comecei a entender melhor de onde é que está vindo essa produção, dessa possibilidade, de produção orgânica, sem agrotóxicos, sem o exagero de venenos. [...] A feira traz conhecimento de todas as formas, inclusive, da própria produção de alimentos. Eu converso com elas, como eu gosto também, de muito de planta, tento plantar alguma coisinha em casa e já tenho um pé de manjerição. (SR, freguesa da FAUNEB, 2022).

Eu sou do interior e a minha família é também um pouco ligada a isso. Eu sei muito da zona rural de lá, mas, a extensão e a amplidão do conhecimento vieram mesmo daqui. (AC freguesa da FAUNEB, 2022).

Em contato frequente com a feira, participando de oficinas e rodas de conversa, ouço as meninas falarem para termos cuidados com alimentação, com o desperdício dos alimentos e de como transformar cada coisinha ali em um alimento saudável (TA, freguesa da FAUNEB, 2022).

As experiências novas, também vieram me agregar muito o conhecimento sobre alimentação saudável (RF, feirante da FAUNEB, 2022).

Nos tópicos a seguir, discutiremos os projetos educativos elaborados pelo CAECDT, compreendendo os objetivos e metodologias. Ações estas concebidas visando contribuir para o fortalecimento das comunidades, no que diz respeito à organização, produção e comercialização dos produtos agroecológicos, e, consequentemente, o fortalecimento da FAUNEB como espaço de comercialização e formação dos sujeitos que dela participam.

5.1 Projetos desenvolvidos pelo (CAECDT) em articulação com o coletivo da Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB)

A Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB) é mais uma articulação que traz o fortalecimento das relações entre a Universidade e as comunidades de camponeses do Território de Identidade Metropolitano de Salvador, e isso tem se materializado através de ações educativas da própria universidade.

Em seguida, abordaremos essas ações e suas contribuições para o processo educativo dos envolvidos na FAUNEB.

5.1.1 As visitas de acompanhamento às comunidades dos/das agricultores/as feirantes

As visitas de acompanhamento técnico são realizadas pelos técnicos do Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial (CAECDT). Esses técnicos compõem o coletivo de agroecologia do Centro, um coletivo multidisciplinar composto por profissionais da própria Universidade, entre eles técnicos e professores. Esse coletivo atua elaborando projetos, em diálogo com as comunidades, bem como realizando visitas para acompanhar a produção e discutir seus problemas e possibilidades para o fortalecimento da feira e das comunidades alcançadas.

Quando fomos desafiados/as a pensar a feira agroecológica, tiramos um coletivo de profissionais do CAECDT, para cuidar dessa demanda e, entendemos, logo, que ela exigiria um conjunto de ações, desde articulação do pessoal até o acompanhamento sistemático nas áreas dos camponeses. (RMCR, coordenadora do CAECDT/2017, 2022).

[...] essa equipe iniciou suas ações com a realização de rodas de conversa, oficinas e o curso de formação, além do acompanhamento da produção das agricultoras nas suas localidades (JB, técnica, 2022).

Nesse caso, há uma extensão da ação da Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia, nas roças e quintais dos/as feirantes.

Figura 3 - Intercâmbio do Curso de Multiplicadores da agroecologia em uma área em processo de transição agroecológica - Monte Gordo/Camaçari-BA



Fonte: CAECDT (2019).

De acordo com as informações do coletivo que organiza a feira (2022), as visitas às comunidades são realizadas com o objetivo de facilitar a busca de soluções às demandas individuais e coletivas, sobretudo em relação às técnicas agrícolas ou alternativas para as questões referentes à produção, bem como avaliar as técnicas e tecnologias empregadas na roça, de modo a sanar possíveis dificuldades dos/as camponeses/as para cultivar alguns itens demandados pelos frequentadores. Em uma pesquisa realizada em 2019 com os frequentadores da feira, pelos monitores da disciplina de Sociologia Rural, do Curso de Ciências Sociais, da UNEB, Campus I, foi perguntado quais produtos gostariam de encontrar na feira, ao que responderam: tomate, pimentão, cenoura, beterraba, rabanete, batata do reino.

Figura 4 - Organização na produção de alimentos – Rodas de conversa no Acampamento Paulo Jackson em São Sebastião do Passé - BA



Fonte: CAECDT (2019).

Podemos ver na Figura 4 a comunidade reunida e debatendo formas de organizar a produção, colocando no planejamento e levando em conta os alimentos da estação, uma espécie de escalonamento na produção, com estratégias na diversidade desses produtos e na geração excedente para comercializarem na feira. Por falar em alimentos da estação, esse é um desafio no processo de formação dos frequentadores, pois permanentemente os/as agricultores/as precisam explicar a sazonalidade de alguns alimentos, e que o respeito a esse período é considerado um princípio da agroecologia. “Sinto falta de alguns produtos, mas aprendi com eles que tudo é época, né?” (SR, freguesa, 2022).

Nas rodas de conversa, além de tratar das questões referentes à produção, diversificação, aumento de produtos, outros assuntos também aparecem e são tratados, a exemplo da união dos acampados. Segundo a acampada LS,

O problema é que aqui, na comunidade, o pessoal criou o costume de só aceitar ajudar nos trabalhos coletivos quando é em benefício próprio (DA, feirante da FAUNEB, 2022).

Embora essa fala se configure um problema concreto para o conjunto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a individualização nas comunidades acampadas, segundo DA, tem sido contornada através de processos de formação chamando atenção para a participação consciente nas atividades

coletivas por parte dos/as companheiros/as. Nesse ponto, ensejou a abordagem de questões relacionadas à organização nos acampamentos.

A produção seria maior se tivéssemos mais apoio técnico e se os projetos do governo chegassem a nós. Poderia ao menos dar o transporte que é um problema, tanto o é, que se não tivéssemos o apoio da UNEB aqui pra gente nessas áreas, não estaríamos indo para feira porque o custo de transporte particular é muito caro. (RF, feirante da FAUNEB, 2022).

A discussão trazida pelos acampados evidencia as condições de cada área para responder aos desafios requeridos no processo de transição agroecológica, como também, possibilita a inclusão e discussão aprofundada desses temas nos conteúdos do curso.

De acordo com os relatos do coletivo da feira no CAECDT, responsável pelo trabalho de acompanhamento dessas áreas, em reunião, relatam que, embora esse trabalho seja de muita importância para manter a relação e articulação com os assentados/acampados/feirantes, muitos desafios se colocam na execução, a exemplo da assessoria técnica e apoio financeiro para os produtores desenvolverem e ampliarem suas produções, principalmente sobre questões que não podem ser resolvidas no âmbito da universidade, exigindo, assim, outras parcerias.

5.1.2 Curso de formação de agricultores multiplicadores em agroecologia

A coordenação da Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB), com a finalidade de abordar temas solicitados pelos agricultores/as, numa abordagem mais formal, elaborou e executou o projeto de extensão voltado à formação das agricultoras feirantes, intitulado: *Curso de Formação de Agricultores Familiares Multiplicadores em Agroecologia*.

O curso foi implantado em outubro de 2019, a partir de orientações da Educação do Campo e da Agroecologia, numa articulação feita através do Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial (CAECDT) e dos Departamentos de Educação e de Ciências da Vida. Cabe ressaltar que a oferta desse curso envolve a participação de docentes pesquisadores de vários Departamentos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que, por sua vez, são vinculados ao próprio CAECDT.

De acordo com o projeto do curso (2019), este objetivou realizar a formação das/dos agricultores/as familiares acerca da produção agroecológica, com vistas à

diversificação de produtos alimentares saudáveis, voltados para o consumo familiar e destinados à feira, bem como possibilitar aos educandos um referencial teórico-prático consistente sobre educação do campo e agroecologia na perspectiva do “Bem Viver”.

Somos todos multiplicadores de saberes porque o conhecimento abrange a todos e só se reconhece enquanto ser humano, fazendo o melhor nesse mundo. A gente tá vendo o desrespeito com todas as formas de vida (AP, feirante da FAUNEB, 2022).

O contexto desse projeto de desenvolvimento socioambiental e econômico no espaço camponês do Território de Identidade Metropolitano de Salvador qualifica os agricultores camponeses para atuarem como agentes multiplicadores em suas comunidades:

[...] qualificar agricultores para atuarem em projetos de desenvolvimento rural sustentável e solidário; construir subsídios teórico-práticos para a elaboração de políticas públicas de educação do campo e agroecologia (CAECDT, 2019).

De acordo com o Projeto do Curso (2019), a metodologia primou pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão, visando criar condições teórico-metodológicas para que os educandos façam diagnósticos, problematizando sua realidade e reelaborando suas práticas de intervenção profissional, social e política, conduzindo-os à elaboração sistematizada do conhecimento de modo a permitir que eles se tornem sujeitos multiplicadores desses conhecimentos. O curso está dividido em tempos pedagógicos da alternância: Tempo Universidade e Tempo Comunidade.²⁰

²⁰ A Pedagogia da Alternância (Tempo Universidade e Tempo Comunidade), de acordo com Marirrodriaga e Calvó (2010), surge na França em 1935 numa comunidade chamada Sérignac-Pérou Dou, a aproximadamente nove quilômetros de Lauzun, a partir de uma ideia que nasce de um diálogo entre um agricultor e o pároco local: como o desejo de Peyrat era que seu filho fosse mais instruído, foi procurar o pároco local para pedir seu apoio. Diante da problemática apresentada por Peyrat, o padre Granereau sugeriu realizar um trabalho com jovens na casa paroquial, pois essa angústia era também de outras famílias. Em conversas com a comunidade, o padre Granereau reuniu quatro meninos de três famílias que acreditaram na proposta e iniciaram sua concretização. Definiram que o programa de formação dos jovens deveria contemplar três aspectos: formação técnica, formação geral e formação humana. O padre foi encarregado de trabalhar educação cidadã, moral e religiosa e ainda monitorar as atividades dos jovens que foram matriculados num curso por correspondência na Escola Superior de Agricultura de Purpan. O padre propôs, então, que os jovens permanecessem uma semana em regime de internato na casa paroquial e três semanas em suas propriedades. Durante a semana de internato os jovens recebiam os ensinamentos do padre e estudavam os conteúdos do curso por correspondência. No período que passavam na propriedade a aprendizagem era com a família, realizando práticas agrícolas e estudos dirigidos. No trabalho de Costa (2019), esse sistema da pedagogia da alternância chegou ao Brasil no final dos anos 60, no Estado do Espírito Santo com as Escolas Famílias Agrícolas – EFAs.

O “tempo universidade” aconteceu inicialmente na sede da Associação da Comunidade Paulo Jackson, no Município de São Sebastião do Passé – BA, com a participação dos educadores que desenvolvem um conjunto de atividades didático-pedagógicas pautadas na ação-reflexão-ação, tendo como base os processos vividos nas comunidades dos/as educandos/as.

O “tempo comunidade” consiste na realização de atividades de leitura, estudos, pesquisas, produção textual, intervenções e diagnósticos locais a serem desenvolvidos, preferencialmente, nas áreas de atuação profissional ou de vida dos educandos, sob orientação dos educadores.

Cabe destacar que se faz elementar que as atividades do tempo universidade e do tempo comunidade sejam resultados do planejamento do coletivo dos educadores para que haja efetiva articulação entre os conhecimentos mobilizados no tempo universidade e as atividades correspondentes ao tempo comunidade. Nesse sentido, entende-se o trabalho coletivo como força motriz para a qualificação das relações estabelecidas entre educadores e educandos.

Pedagogicamente, o Curso de Formação de Agricultores Familiares Multiplicadores em Agroecologia foi dividido em módulos, e estes compõem um conjunto de ações com a intencionalidade de facilitar o fluxo de conhecimentos dos princípios da Educação do Campo e da Agroecologia (Quadro 4).

Quadro 4 - Disciplinas do Curso de Formação de Multiplicadores em Agroecologia

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Horticultura Agroecológica	12
Fundamentos da Agroecologia	06
Boas Práticas Agroecológicas (intercâmbio)	06
educação do campo e Agroecologia	06
Metodologias participativas: diálogo entre Saberes	06
Beneficiamento de alimentos	06
Economia Solidária e Preço Justo	06
Políticas Públicas para o Meio Rural	06
Agroecologia e Gênero	06
TOTAL	60

Fonte: Projeto de Extensão do curso de Formação de Multiplicadores em Agroecologia (CAECDT, 2019).

No componente de **Horticultura Agroecológica**, trata-se de sistemas que utilizam princípios da preservação ambiental na produção de alimentos, utilizando técnicas como a compostagem para aproveitar e reciclar os resíduos orgânicos, manejo integrado de pragas e doenças, rotação de culturas e consórcio entre diferentes tipos de plantas para promover a saúde do solo. Ao contrário das hortas convencionais, que geralmente dependem do uso intensivo de adubos sintéticos, agrotóxicos e maquinário pesado. São práticas que visam à produção de alimentos saudáveis, sem a presença de resíduos de agrotóxicos. Além disso, as hortas agroecológicas costumam valorizar a diversidade vegetal e animal, plantando diferentes culturas e estimulando a presença de insetos polinizadores, o que contribui para a conservação do agroecossistema.

No componente **Fundamentos da Agroecologia**, foi enfatizado a sua multidisciplinaridade, combinando princípios e métodos das ciências naturais e sociais para desenvolver sistemas agrícolas equilibrados e resilientes do ponto de vista ecológico e da diversidade de culturas e espécies. Esses são alguns dos principais fundamentos da agroecologia, que se baseiam em princípios científicos, práticos e ancestrais, de uma agricultura conservacionista, com uma abordagem holística e integrada para a produção de alimentos que prioriza a saúde do ecossistema, dos agricultores e das comunidades camponesas com as boas práticas agroecológicas.

O componente **Boas Práticas Agroecológicas** se refere a princípios e técnicas utilizadas na agricultura para minimizar os impactos da atividade agropecuária nos recursos naturais, visando promover a produção de alimentos de forma mais equilibrada e respeitosa com a natureza, a exemplo da agricultura orgânica; da agrofloresta; do uso eficiente da água e a promoção da biodiversidade. Essas práticas, quando adotadas de forma integrada, contribuem para a construção de sistemas agrícolas capazes de promover a saúde dos ecossistemas, a segurança alimentar e a qualidade de vida para as pessoas envolvidas na atividade agrícola.

Os componentes **Educação do Campo e Agroecologia**, nessa grade de disciplinas, podem ser justificados pela indissociabilidade que existe entre os dois projetos. Segundo Caldart (2021), a Educação do Campo tem como objetivo principal promover a formação dos sujeitos que vivem e trabalham no campo,

considerando as suas particularidades e necessidades, buscando valorizar a cultura, os saberes e a experiência dos povos do campo: assentados, agricultores tradicionais, quilombolas e indígenas. Por sua vez, a Agroecologia, matriz contra-hegemônica, é baseada em princípios ecológicos e sociais, que considera a necessidade de se produzir bens a partir dos recursos naturais para suprir a necessidade das sociedades, desde que a solução dessas necessidades não comprometa as gerações futuras. Assim, a indissociabilidade entre a Educação do Campo e a Agroecologia se fundamenta na necessidade de se desenvolver uma educação mais contextualizada com a socioespacialidade campesina, permitindo um aprendizado prático e teórico.

No componente **Metodologias Participativas**, o educando aprende um conjunto de abordagens e técnicas que envolvem ativamente todos os participantes de um processo educativo ou tomada de decisões, de forma a promover a troca de conhecimentos e experiências. Segundo Caporal (2014), nesse tipo de abordagem todos têm vez e voz, permitindo uma maior inclusão e empoderamento dos participantes. É uma forma de conhecer e valorizar diferentes formas de conhecimento. Entre as principais características das metodologias participativas estão a valorização do diálogo, a escuta ativa, o respeito pelas opiniões e experiências de todos os participantes, a construção coletiva de soluções e a busca de consenso.

O componente **Beneficiamento de Alimentos** foi uma demanda das feirantes para melhorar a apresentação dos produtos na Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB). É feito através de processo de transformação dos alimentos *in natura*, colhidos diretamente da terra, em produtos prontos para o consumo ou para serem utilizados como ingredientes em outros alimentos. Esse processo envolve várias etapas, como limpeza, seleção, classificação, corte, secagem, moagem e embalagem. O objetivo do beneficiamento de alimentos é garantir a qualidade do produto, prolongar a sua vida útil, facilitar o armazenamento e transporte, além de agregar valor aos alimentos da produção agrícola. Através desse processo, é possível obter alimentos processados, a exemplo das farinhas, sucos, polpas, geleias, compotas, defumados, embutidos e conservas.

O componente **Economia Solidária**²¹ se refere a uma forma de organização da produção econômica em que os camponeses se unem em cooperativas ou associações para desenvolver os seus negócios de forma coletiva e solidária. Nesse modelo de economia, os camponeses trabalham juntos, compartilhando recursos, conhecimentos e técnicas de produção. Essa forma de organização econômica visa fortalecer a autonomia e o poder de negociação dos camponeses, contrapondo-se aos modelos tradicionais de produção agrícola dominados por grandes corporações. Unindo-se em cooperativas ou associações, os camponeses podem enfrentar os desafios do mercado de forma coletiva, melhorando as suas condições de vida e trabalho.

No componente **Políticas Públicas para o Meio Rural** são apresentadas as iniciativas e ações governamentais voltadas à promoção do desenvolvimento socioeconômico das comunidades camponesas. Criadas visando reduzir a desigualdade entre o campo e a cidade, atuam na promoção da inclusão social, melhorando as condições de vida e trabalho no campo, a exemplo da reforma agrária, crédito rural, assessoria técnica no campo, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), programas de habitação rural. Essas são apenas algumas das políticas públicas direcionadas aos camponeses, e a sua implementação poderá variar de acordo com os desafios socioespaciais enfrentados pelas comunidades camponesas.

Enfim, o componente **Agroecologia e Gênero** envolve a análise das relações de gênero no contexto da produção agrícola. Em primeiro lugar, é preciso destacar que as comunidades camponesas são compostas por homens e mulheres, cada um com diferentes papéis e responsabilidades. No entanto, historicamente, as mulheres foram subvalorizadas e excluídas dos espaços de tomada de decisão e do acesso a recursos produtivos como terra e crédito. Na agroecologia, busca-se reverter essa desigualdade de gênero, promovendo a participação ativa das mulheres nas atividades agrícolas, reconhecendo, assim, a sua importância como agentes chave na produção de alimentos e na preservação dos recursos naturais.

²¹ A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual [...] individualmente os pobres se sentem expostos a todo tipo de perigos, o pertencer a um grupo, dá-lhes uma espécie de segurança (SINGER, 2021, p. 10). O indivíduo sozinho tende a ser imprevisível e inseguro (SINGER, 2012, p. 80).

É importante destacar que cada comunidade camponesa possui suas próprias realidades e desafios, por isso, é fundamental o diálogo constante e participativo para garantir a inclusão de todos os membros da comunidade. Além disso, a Agroecologia enfatiza a importância da equidade de gênero na distribuição dos benefícios gerados pela produção agrícola. Isso implica que as mulheres tenham igual acesso às receitas, aos mercados e aos espaços de comercialização, bem como às decisões sobre o uso da renda gerada pela produção

Vale ressaltar que, ao aliar os estudos técnicos aos estudos sociais e às práticas do “bem viver” no curso de multiplicadores da agroecologia, a coordenação da Feira buscou a construção de uma pedagogia **com** as agricultoras feirantes, diferente da implantação de uma pedagogia **para** elas (advinda de fora e moldada em diferentes contextos). Uma construção coletiva que valoriza os saberes ancestrais e os une aos conhecimentos técnico-científicos levados pelos professores que ministraram o curso.

A ação educativa teve início com a apresentação dos agricultores e técnicos do CAECDT. Em seguida, foi dada a ideia geral de como organizar a produção, levando em conta os alimentos da estação, uma espécie de escalonamento com estratégias na riqueza da diversidade desses alimentos para as famílias acampadas e o excedente para ser comercializado na feira. O curso teve início com a realização de uma breve retrospectiva sobre Boas Práticas na Horticultura, a produção de adubos e defensivos naturais na perspectiva da produção agroecológica nas roças e quintais produtivos.

Figura 5 - Etapas do Curso de Formação de Camponeses Multiplicadores em Agroecologia. Produção de biofertilizantes na área em transição agroecológica no Município de Camaçari e à direita, etapa do mesmo curso no acampamento Paulo Jackson em São Sebastião do Passé-Bahia



Fonte: (CAECDT, 2019).

Podemos verificar nas falas dos/as cursistas que a formação vai acontecendo no processo, de forma continuada, e que a escolha dos conteúdos é relevante para o crescimento na perspectiva da agroecologia, principalmente porque, ao trazer os conhecimentos já produzidos pela comunidade, sentem-se envolvidos e construtores, devido à metodologia baseada em princípios freirianos (1999) e da Educação do Campo (CALDART, 2012), em que o diálogo é estruturante dos processos educativos.

Aprender a fazer fertilizantes naturais foi muito bom. A gente trabalha muito com as ervas, em todos os sentidos. Eu trabalho também com xaropes naturais, coisas que é tirado daqui da nossa produção que a gente não pode esquecer, porque se a gente tem acesso a esse tipo de produto a gente não vai ir por qualquer probleminha lá na farmácia (DS, Feirante da FAUNEB, 2022).

Participei de formação, gosto da temática tecnologia social, eu costumo usar insumos naturais, nada de uso de agrotóxicos. Se a gente tira uma arvorezinha, a gente planta outra no lugar, para que no futuro a falta dessa árvore não venha a causar danos. (DS, feirante da FAUNEB, 2022).

A feirante DS afirma a importância do curso para novas aprendizagens, sobretudo no que se refere aos conteúdos sobre os defensivos naturais no enfrentamento às “pragas” que atacam a plantação. Observamos que, a partir das falas dos feirantes, o curso tem contribuído para ampliar os conhecimentos sobre produção agroecológica, e que a aproximação com a universidade é importante para o fortalecimento e sistematização dos conhecimentos dialogados. Nesse sentido, as aulas proporcionaram um arcabouço teórico e científico sobre práticas com

elementos da natureza e as etapas relativas à preparação e venda dos produtos para exposição na referida feira.

Entretanto, os módulos foram interrompidos por conta da pandemia de Covid-19, em 2020, no quarto módulo. Mas o processo educativo seguiu, agora desafiados pela necessidade da reestruturação da feira, diante do desafio colocado pelo distanciamento social, conforme apresentado no tópico abaixo.

5.1.3 As Oficinas realizadas na feira

A ideia-força da equipe do CAECDT com a feira é religar o campo à cidade, segundo os documentos analisados (CAECDT, 2017), revelando as fragilidades de um modelo de desenvolvimento que distancia cada vez mais as cidades da alimentação saudável. As ações na área de saúde justificam, assim, a realização da feira. Não obstante os investimentos públicos em saúde que permanecem em estado de crise crônica e o aumento de investimentos na construção de hospitais e postos de saúde, aquisição de medicamentos e contratação de pessoal qualificado não consegue resolver o problema.

Nesse contexto, é importante afirmar que a perspectiva agroecológica desmascara toda uma retórica de justificação do agrotóxico ao demonstrar que, em paisagens rurais biologicamente diversificadas, as populações de organismos espontâneos, denominados como pragas pela agricultura que se intitula moderna, mantêm-se controladas. É importante registrar: “a expansão do consumo dos agrotóxicos é correlacionada ao aumento do consumo de medicamentos” (Petersen, 2015, p. 32).

As oficinas nascem da necessidade de integrar a feira, constituída por agricultores familiares camponeses e agroecológicos, ao contexto da universidade, bem como à comunidade externa, a tríade, no meio urbano, trazendo seus produtos, mas, também, os conhecimentos, comercializando seus produtos e principalmente, trocando seus saberes e sua luta por terra, território e agroecologia.

Figura 6 - Oficinas de artes



Fonte: (CAECDT, 2020).

Nesse sentido, as oficinas são constituídas a partir do diálogo, da tríade (feirantes, universidade e fregueses), escolhendo temas que podem ajudar no debate sobre o campo, o campesinato e a agroecologia, com assuntos de imediato interesse público, entre eles: Plantas Alimentícias não Convencionais (PANCs); Compostagem em Balde; Pandeiro, Percussão; Yoga; Suco Verde, Sagrado Feminino. Essas oficinas mobilizam uma diversidade de pessoas, desde estudantes, professores, técnicos da UNEB, até moradores do entorno do Campus I, o que, segundo entrevistados,

[...] possibilita as trocas, fortalece as feiras, e de certo modo articula o campo a cidade, em torno de debates importantes, como a qualidade dos alimentos e sua origem, o papel da reforma agrária na produção de alimentos saudáveis, entre outros. Temas, ainda, invisibilizados, aos olhos da sociedade. (RMCR coordenadora do CAECDT em 2017).

Através de oficinas, rodas de conversa tivemos acesso a diversos assuntos de relevância, tais como: economia solidária, alimentos saudáveis, bem viver, dentre outros. (JB, coordenação do CAECDT, 2022).

Trazer mais oficinas de alimentos *in natura* ou processados para feira. A gente tem que ter o conhecimento também da formação política para que eles deem mais valor. É preciso valorizar o papel do camponês no seu trato com a natureza, porque às vezes você compra um alimento e sabe o que vai consumir um alimento saudável, mas não sabe o que tem por trás do conhecimento que só se dá através da formação. Eu acho que a cidade precisa muito do que vem lá no campo para mesa. Eu acho que a gente tem que ter esse papel (RF, feirante da FAUNEB, 2022).

Podemos observar, nessas falas, que a feira nasce de um projeto maior, que é a visibilidade da produção camponesa, a reforma agrária, a agroecologia e o papel dos Movimentos Sociais na luta por terra e por produção saudável. As oficinas na feira são estratégias formativas que o coletivo projeta para fazer o debate, ao tempo em que os alimentos produzidos nas comunidades são comercializados. Nesse sentido, a produção e oferta dos alimentos livres de agrotóxico e com outra lógica de produção são a materialidade que possibilita as reflexões para a formação de feirantes, da própria universidade e dos fregueses.

Figura 7 - Rodas de conversa na Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB)



Fonte: CAECDT (2022).

Então acho que a feira me educou muito, me trouxe outra estrutura, mesmo, de relação tanto com o meu corpo, com a minha mente e ajustando aos produtos. Ficou outra história, mesmo tendo outra prática de vida na relação comigo mesmo, com o cuidado comigo a partir daí então eu não consigo sentir nem o cheiro do quintal tradicional e fico sem comer se levar muito

tempo sem chegar o ovo de quintal, né? Então você se sente assim, por isso que eu digo assim. A gente só consegue passar como verdade aquilo que a gente sente. Eu sinto hoje. (AC, freguesa da FAUNEB, 2022).

Conversas femininas acontecem muitas no sentido da própria sexualidade, do criar os filhos, de uma indicação. Eu tive recentemente algumas questões com a minha filha, que é adolescente, conversei com as feirantes e foram conversas de muito aprendizado e de orientação. (SR, freguesa da FAUNEB, 2022).

Figura 8 - Valdely Kinupp (de camisa amarela), autografando livro sobre as PANCs na Feira Agroecológica da UNEB



Fonte: CAECDT (2019).

Como podemos verificar, as oficinas que acontecem durante a feira processam um elo de grande importância entre agricultores, fregueses e a universidade. Nesse momento, a aprendizagem se horizontaliza, quem ensina aprende e vice-versa.

5.1.4 A Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia: reorganização e aprendizados com a pandemia de COVID-19, no período entre 2020 e 2021

A Feira Agroecológica da UNEB já estava consolidada entre agricultores/as feirantes e fregueses/as, no ano de 2020, quando iniciou a pandemia de Covid-19. No entanto, o distanciamento social coloca à coordenação da FAUNEB o desafio de se reestruturar para assegurar a continuidade da feira, pois isso dependia da

sobrevivência econômica das agricultoras nesse contexto. Vale ressaltar que a ausência da feira acarreta vários problemas para os/as agricultores/as feirantes, a exemplo da perda da produção agrícola, pois esta já havia sido planejada para o atendimento semanal aos frequentadores da feira, e, conseqüentemente, a perda de renda das famílias.

Sobre esse contexto, Mitidiero Junior (2021) aponta o período de pandemia de Covid-19 coincidente com a passagem desastrosa de Jair Messias Bolsonaro pela presidência do país, iniciado em 2018, um governo marcado pela opção extremada ao capitalismo neoliberal, em que visava não somente a minimização do Estado, mas, também, a destruição de grande parte das instituições que compõem a estrutura de sustentação democrática.

Nessa coincidência entre fatos históricos, para o prejuízo da população brasileira, no que se refere a medidas sanitárias que teríamos que tomar durante o período da pandemia, variáveis de ordem política trouxeram muitos problemas às autoridades de saúde na contenção da pandemia, até o momento, na data de 22 de maio de 2022, já vieram a óbito 702.421 pessoas, com 3,7 milhões de contaminados. Essas foram as consequências do relaxamento das restrições sanitárias e do comportamento negacionista de parte da população, inclusive do Presidente da República.

Essa situação desafia a equipe do CAECDT à reflexão e encaminhamentos. Um dos encaminhamentos propostos e dialogados com a reitoria foi a possibilidade de retomar a feira no formato de entregas de cestas nas casas dos fregueses. Para isso, seria necessária a disponibilidade de uma equipe e de transporte. O transporte foi imediatamente assegurado pelo Reitor da Universidade à época, não só para atendimento à feira da UNEB, como também ao atendimento da Feira na UFBA. Quanto à equipe, foi estruturada com quadros de técnicos, professoras e bolsistas de extensão do CAECDT, bem como militantes do Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias (NEPPA), da UFBA.

Sobre os desafios da feira, na pandemia de Covid-19, Brito e Cruz (2022) escrevem,

Ao longo de sua trajetória a feira vem enfrentando uma série de obstáculos cujos desafios fizeram com que ela fosse se reinventando e se fortalecendo neste processo. O primeiro está relacionado ao momento em que os efeitos da pandemia do Covid-19 se fizeram sentir com maior intensidade, cuja obediência aos protocolos sanitários, dentre outros, 'de manter o

distanciamento social' e do 'fique em casa', colocou também para a UNEB a suspensão das atividades presenciais realizadas no Campus I e demais *campi* da universidade, a partir da segunda metade de março de 2020. Dentre estas atividades, estava incluída a realização semanal da feira agroecológica da UNEB que teve suas ações paralisadas durante cinco semanas (do dia 19.03 a 16.04). Esta circunstância trouxe abatimento à equipe do CAECDT, devido à situação das feirantes que tendo produtos para colher na roça, não teriam onde comercializá-los, ocasionando prejuízos e reduzindo a geração de renda para suas famílias. (BRITO; CRUZ, 2022, p. 3).

A situação era extremamente difícil e estava colocada a empreitada de, por um lado, assegurar a sustentabilidade econômica das feirantes e, por outro, retomar o atendimento regular a uma freguesia fiel e disposta a continuar consumindo alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos, especialmente, durante a pandemia. (Brito; Cruz, 2022, p. 9).

Nesse período, foi iniciado um processo de articulação e diálogos entre os coletivos que compunham as feiras, incluindo a da UFBA, para a organização do projeto “Drive True”, entregas das cestas em Salvador. Respeitando as normativas do distanciamento social, criou-se o coletivo de retomada da feira com a participação da Associação dos Professores da UNEB (ADUNEB), NEPPA, CAECDT, Gabinete da Reitoria e FAUNEB. Vale dizer que a ADUNEB, nessa parceria, cumpriu um papel importante, criando a campanha entre os sindicalizados com mais de 60 anos - “receba sua cesta de produtos agroecológicos em casa” e colocando um carro para realizar essas entregas.

Para ser possível a retomada da Feira várias providências precisaram ser tomadas. A primeira delas foi como divulgar, informar e mobilizar as pessoas para essa feira ‘Drive Thru’, uma vez que as pessoas se encontravam em casa e de certa forma, ainda, tentando lidar com a situação nova que se apresentava naquele momento. Lembramos que parte das pessoas, tinham sido entrevistadas numa escuta feita pelos monitores de ciências sociais, na UNEB sobre o perfil dos frequentadores da feira. Construímos uma lista de contatos, fizemos uma mala direta, um grupo de whatsapp, CARDS, e outras formas de divulgação e mobilização. Nesse momento, aprendemos todos juntos, porque, nessa matéria, éramos todos principiantes. Me lembro, que eu tive que superar meus medos e ir aos assentamentos, com elas aprender a montar cestas para entrega, em ‘drive true’. (RMCR, coordenadora da FAUNEB, 2022).

Figura 9 - Cards informativos



Fonte: Instagram do CAECDT

Nesse mesmo período, abril de 2020, a Pró-Reitoria de Extensão da UNEB lançou o Edital 030/2020, e o CAECDT submeteu e teve aprovado o Projeto de Extensão (retomada da) Feira Agroecológica da UNEB no contexto das ações de prevenção e combate a COVID-19, visando o atendimento emergencial aos agricultores familiares, contemplando a seleção de monitor e a aquisição de itens básicos de proteção contra a Covid para a equipe da feira e para as feirantes, a exemplo de álcool em gel, sacolas, jalecos, máscaras e luvas descartáveis, chip com dados móveis, entre outros.

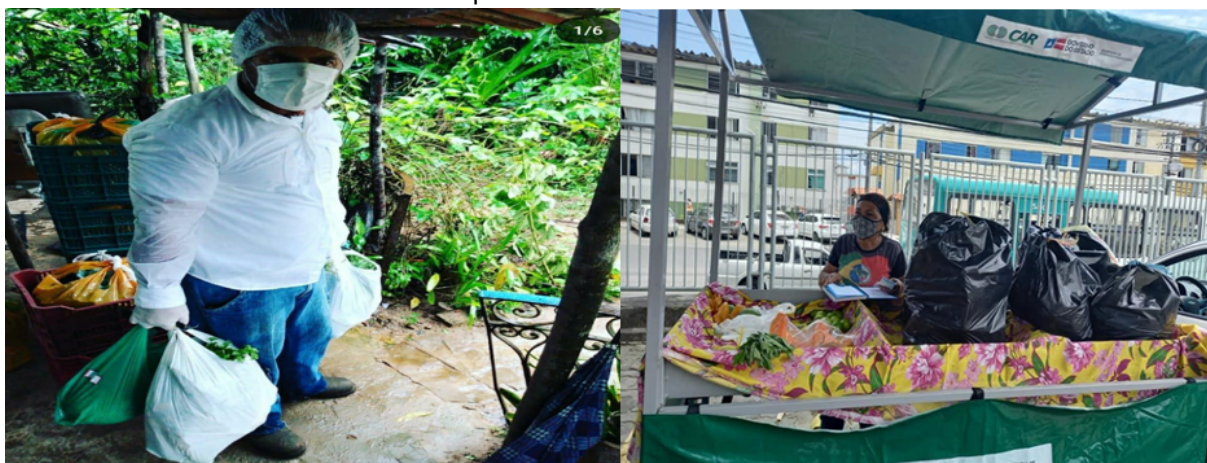
A implementação deste projeto, aliado à obediência aos protocolos sanitários, possibilitou que a feira fosse retomada na modalidade virtual – após ter sido interrompida por cinco semanas. Nesta nova modalidade, as feirantes enviavam a lista de produtos, a freguesia fazia as escolhas, efetuava o depósito na conta fornecida por uma das feirantes e enviava o comprovante de pagamento. Na quinta-feira, os veículos da UNEB se deslocavam com o monitor e um funcionário do CAECDT para os assentamentos. Lá chegando, montavam, juntamente com as feirantes, a quantidade de cestas encomendadas e retornavam para efetuar as entregas em Salvador. As cestas transportadas eram entregues à freguesia na modalidade *drive thru* na UNEB/Campus I e na UFBA/ Campus de Ondina. (FB, Coordenador da Feira, 2022)

A implementação desse projeto permitiu que a feira fosse retomada de forma virtual, possibilitando a continuação das vendas de produtos pelas feirantes. Para isso, algumas etapas foram seguidas para garantir a segurança dos envolvidos. Primeiramente, os feirantes enviavam a lista de produtos disponíveis aos/as fregueses/as. Essa lista era divulgada por meios de canais digitais, como redes sociais, grupos de mensagens e sites. A lista continha informações detalhadas sobre os produtos, como descrição, preço e quantidade disponível.

A freguesia, por sua vez, tinha acesso a essa lista e fazia as suas escolhas, selecionando os produtos que desejava adquirir. Para efetuar a compra, a freguesia realiza um depósito na conta previamente cadastrada, fornecida por uma das feirantes. Após efetuar o depósito, a freguesia enviava o comprovante de pagamento para a feirante responsável. Esse comprovante poderia ser enviado por e-mail ou mensagens de texto. Com o pagamento confirmado, os feirantes separavam os produtos adquiridos pelos clientes e combinavam a entrega.

Dessa forma, a implementação desse projeto permitiu que a feira retomasse as vendas de forma remota, respeitando as restrições e protocolos sanitários impostos durante a interrupção. Essa modalidade virtual possibilitou que os/as feirantes continuassem a gerar renda e os/as fregueses pudessem adquirir esses produtos de forma segura.

Figura 10 - Entrega das cestas na UFBA e na UNEB no Município de Salvador em tempos de pandemia de Covid-19



Fonte: CAECDT (2021).

Dessa forma, a implementação desse projeto permitiu que a feira retomasse as vendas de forma remota, respeitando as restrições e protocolos sanitários impostos durante a interrupção. Essa modalidade virtual possibilitou que as feirantes continuassem a gerar renda e os/as fregueses pudessem adquirir esses produtos de forma segura.

Como podemos verificar nas falas anteriores, para ser possível a reorganização da feira no período da pandemia, muitas ações foram necessárias, e com elas um conjunto de desafios e novas aprendizagens, entre as quais se encontra o uso das tecnologias para reuniões virtuais, com coletivo envolvido, dentre eles os/as agricultores/as, e as cartas aos frequentadores/as, enviadas por e-mail.

Apesar das discussões ocorridas durante as reuniões virtuais com as feirantes, sobre as implicações decorrentes da mudança acarretada pela nova modalidade da feira, surgiram alguns problemas que motivaram o registro de queixas de nossa freguesia e, da nossa parte, levou à elaboração de umas cartas aos frequentadores, a primeira, datada de 08 de Maio de 2020. (Coordenador da Feira, 2022).

No próximo tópico, trazemos as cartas como documentos para elucidar as implicações decorrentes desse período pandêmico, o que possibilitou a nova modalidade da feira como “*drive thru*” e seus processos educativos.

5.1.4.1 As cartas e o que elas dizem sobre as mudanças na feira em tempos de pandemia

Conforme já relatado acima, essa modalidade de comércio trouxe dificuldades operacionais para as feirantes que, acostumadas à “moda antiga” de fazer feira, de um momento para o outro, foram colocadas para compor o número de cestas com o qual elas não estavam acostumadas, o que culminou no extravio de produtos.

A feira pela internet foi um sucesso de vendas, no entanto, os produtos que não vinham, fruto de erros na leitura das listas enviadas pelos frequentadores, gerou muitos descontentamentos. Isso nos fez redigir algumas cartas explicativas para esses momentos, com intuito de estabelecermos uma boa relação na feira. A primeira carta aos consumidores da FAUNEB dizia:

Prezados(as). Diante do registro de queixas de nossos fregueses, em razão do não atendimento à solicitação dos produtos, traduzido, sobretudo, na existência de cestas incompletas, estamos pedindo desculpas e tomando as providências necessárias para a resolução deste problema.

Vale registrar que a passagem da feira na sua modalidade presencial, conforme tradicionalmente conhecemos e nos acostumamos a frequentar, diante do surgimento da pandemia do Covid – 19, teve que se adaptar às recomendações deste novo contexto, passando a ocorrer numa nova versão, que utiliza intensamente a internet para cumprir várias das suas etapas, relacionadas à disponibilização dos produtos pelas feirantes, a escolha dos produtos e o pagamento e a comprovação, por parte dos fregueses.

Este novo *modus operandi* vem trazendo dificuldades operacionais para as feirantes e, por consequência, à feira. As feirantes, acostumadas à “moda antiga” de fazer feira, de repente, são colocadas para compor um número de cestas com o qual elas jamais trabalharam e dada a pouca familiaridade e infraestrutura precária disponível de acesso a internet, tiveram que acessar o ZAP para disponibilizar a lista de produtos, verificar os pedidos, os pagamentos efetuados e colocar os produtos nas cestas. A feira nestes moldes e enfrentando essas dificuldades, se encontra na sua terceira edição e o aprendizado está se fazendo no processo tanto para nós, quanto para os/as feirantes. Portanto, diante dos problemas verificados, reiteramos as

nossas desculpas, informamos que estamos empenhados na sua resolução e agradecemos o apoio e a compreensão do nosso público. Atenciosamente, Equipe de Coordenação da Feira Agroecológica da UNEB. Salvador, 08 de Maio de 2021. (CAECDT, 2021).

Os/as agricultores/as tiveram que se apropriar e utilizar a ferramenta do WhatsApp, por meios dos dados móveis, para disponibilizar a lista de produtos para as vendas, bem como receber as encomendas das cestas pelo mesmo aplicativo. A internet se apresenta ferramenta essencial para ajudar no escoamento dos alimentos produzidos pelos camponeses. A internet e redes sociais foram mecanismos importantes também na divulgação, vendas, pagamento e envio da comprovação, por parte dos frequentadores.

De acordo Brito e Cruz (2021), embora a entrega de cestas pela internet fosse apontada como uma demanda pelas reivindicações constantes dos/as fregueses/as, esse processo foi acelerado pela pandemia, um contexto que implicou em mudanças na rotina das agricultoras feirantes, sem dispor de tempo suficiente para arrumar as cestas de forma a não faltar nenhum produto, mas as reclamações mostravam a necessidade de ajuste na logística das cestas, o que resultou em uma segunda carta:

Prezados/as. Visando a resolução deste problema e pensando na melhoria constante da organização da feira, implementamos algumas medidas relacionadas à limitação da quantidade de encomendas para 30, à solicitação de dois veículos de carroceria aberta para possibilitar mais espaço para o acondicionamento e transporte dos produtos, evitando assim que cheguem amassados e fora das embalagens, a equipe responsável pela montagem das cestas, na comunidade, foi reforçada com a inclusão de mais duas feirantes e houve a alteração no horário de entrega das cestas, em Salvador, para o período de 11:30 às 12:30.

Em que pese a tomada destas medidas, verificamos que repetiu-se a chegada de cestas faltando produtos. Tal fato se deve, por um lado, à continuidade de erros na montagem das cestas, ainda reflexo da falta de uma sintonia fina entre as feirantes, com a ausência e extravio de produtos e, por outro, à existência de chuvas acompanhadas de ventos fortes, características deste período, que acabaram provocando estragos nos plantios, especialmente das hortaliças, tendo como consequência, a sua falta em algumas cestas.

Estamos cientes de que o aperfeiçoamento do “fazer a feira” da melhor maneira possível deve ser visto como uma busca constante. Assim, mais uma vez, pedimos desculpas e solicitamos, junto a nossa freguesia, o envio da relação dos produtos cuja entrega não foi efetuada, para que sejam ressarcidos na próxima feira.

Salvador, 16 de maio de 2021. (CAECDT, 2021)

Para a coordenação da FAUNEB, esse novo ritmo da feira imposto aos feirantes exigia constantes ajustes para a sua continuidade de suprir uma demanda

por cestas agroecológicas cada vez mais crescente, mas, também, havia a sazonalidade²² que acabava limitando a oferta de alguns produtos.

O excesso de chuvas na região, influenciando no desenvolvimento da maioria das hortaliças, estradas em péssimo estado de conservação, enfim, todos esses elementos contribuíram para a mudança na periodicidade dos cultivos, temas abordados na terceira carta aos consumidores:

Prezados(as). Estamos mantendo contato com vocês, para informar que estamos modificando a periodicidade da Feira Agroecológica da UNEB, de semanal para quinzenal. Diante da nova situação, a próxima feira ocorrerá na quinta-feira, dia 04 de junho.

O motivo desta alteração diz respeito à falta de alguns produtos, característica deste período, somada à existência de chuvas acompanhadas de ventos fortes, que acabaram provocando estragos nos plantios, especialmente das hortaliças. Assim, visando a solução deste problema, estamos concedendo um tempo para que as agricultoras feirantes ganhem fôlego, consigam ir se organizando melhor nesta nova modalidade de feira e aumentem a produção para abastecer a feira, da melhor maneira possível.

Em decorrência desta mudança também houve alterações no período de disponibilização da lista dos produtos, por parte das feirantes, que passou a ser efetuada até a 2ª feira às 09:00 hs; a realização dos pedidos e o pagamento dos fregueses, podiam ser feitos de 2ª feira a 5ª feira até às 18 hs e na quantidade de pedidos, cuja quantidade máxima, a ser solicitada, ficou estabelecida em 40 (quarenta) cestas. Entretanto, a entrega das encomendas, em Salvador, permaneceu no horário de 11:30 às 12:30 hs.

Agradecemos a compreensão de todos (as) e salientamos que a tomada desta medida visa ajustar a atual capacidade das feirantes ao atendimento das solicitações da freguesia e, também, faz parte da busca do aperfeiçoamento constante da Feira Agroecológica da UNEB.

Salvador, 16 de maio de 2021. (CAECDT, 2021).

Passados quatro meses em que vinha se registrando um decréscimo nos casos de Covid-19, com feirantes e fregueses/as já vacinados/as, a freguesia passou a solicitar a presença das feirantes. Diante desse fato, a feira passa a funcionar de forma híbrida (semipresencial), conforme dito na carta aos fregueses:

Prezados/as Informamos que desde o dia 16 de setembro a feira passou a ser realizada numa modalidade onde as próprias feirantes - já vacinadas e obedecendo aos protocolos sanitários, estão vindo dos seus assentamentos, para entregar as cestas de produtos para a freguesia.

Este é um acontecimento a ser comemorado em razão da oportunidade que se abre para que ocorra, tanto a apresentação das feirantes para boa parte da freguesia e vice-versa, quanto à possibilidade dos fregueses efetuarem junto às feirantes, a solicitação de produtos para a feira da próxima quinzena, seguindo os seus aconselhamentos.

²² Segundo Pino (2014), desde o seu surgimento, a humanidade tem convivido com as consequências da sazonalidade. Inicialmente, os caçadores e coletores seguiam manadas de animais que se movimentavam em busca de pastagem que se alterava de maneira sazonal, mas, depois da humanidade compreender a agricultura, cresceu o interesse em prever as melhores épocas de plantio e de colheita para que pudessem armazenar para entressafra. Essa preocupação com a sazonalidade foi crucial para a sobrevivência da humanidade em seus primórdios.

A partir daí, a feira passa a ter um formato misto, embora ainda organizada majoritariamente no formato virtual. Com a diminuição da pandemia, a modalidade presencial irá gradualmente ampliando seu espaço na feira, com a disponibilização de produtos para aquisição nas barracas.

Assim, solicitamos a colaboração da freguesia na divulgação destas duas modalidades entre os demais fregueses, para que nossa feira vá ganhando mais corpo, com a frequência de um maior número de pessoas, adquirindo alimentos saudáveis junto às feirantes e proporcionando renda aos(as) agricultores(as) familiares, que tendo enfrentado e superado boa parte das dificuldades, ao longo deste período, se apresentam mais confiantes e experientes para lidar com esta nova situação.

Salvador, 23 de setembro de 2021. (CAECDT, 2021).

Após sete meses, a feira retorna a sua modalidade presencial, semanalmente, no antigo espaço, no pátio do Campus I da Universidade do Estado da Bahia. Nesse dia foi realizada uma intensa divulgação para o retorno da Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia, com o seguinte convite:

Prezados(as). Informamos que desde o dia 16 de setembro a feira passou a ser realizada numa modalidade onde as próprias feirantes - já vacinadas e obedecendo aos protocolos sanitários, estão vindo dos seus assentamentos, para entregar as cestas de produtos para a freguesia.

Este é um acontecimento a ser comemorado em razão da oportunidade que se abre para que ocorra, tanto a apresentação das feirantes para boa parte da freguesia e vice-versa, quanto à possibilidade dos fregueses efetuarem junto às feirantes, a solicitação de produtos para a feira da próxima quinzena, seguindo os seus aconselhamentos.

A partir daí, a feira passa a ter um formato misto, embora ainda organizada majoritariamente no formato virtual. Com a diminuição da pandemia, a modalidade presencial irá gradualmente ampliando seu espaço na feira, com a disponibilização de produtos para aquisição nas barracas.

Assim, solicitamos a colaboração da freguesia na divulgação destas duas modalidades entre os demais fregueses, para que nossa feira vá ganhando mais corpo, com a frequência de um maior número de pessoas, adquirindo alimentos saudáveis junto às feirantes e proporcionando renda aos(as) agricultores(as) familiares, que tendo enfrentado e superado boa parte das dificuldades, ao longo deste período, se apresentam mais confiantes e experientes para lidar com esta nova situação.

Salvador, 16 de setembro de 2021. (CAECDT, 2021).

Na avaliação dos/das freguesas, feirantes e equipe do CAECDT, esse período foi de muitas aprendizagens:

Aprendemos muito, sobre as redes sociais foi muito aprendido. “Gostei muito de conhecer, tive até que adquirir celular novo para ter acesso ao zap. (Feirante A, 2022).

Esse movimento, na pandemia, foi um grande desafio, mas, a estratégia foi bem-sucedida no sentido do cuidado e fidelidade dos fregueses. vou à feira desde que a feira começou, até na pandemia eu comprei online” (SR, Freguesia, 2022).

Esse momento foi de muitos desafios, mas também, de muitas aprendizagens, tivemos que aprofundar nossos conhecimentos em informática e redes sociais. Nesse momento nos demos conta de que a inclusão digital está distante, principalmente das comunidades rurais.

Lembro-me que quando precisávamos falar com os/as feirantes, elas precisavam se deslocar das suas casas para um morro, lugar alto, para acessar conexão de internet, ponto que foi resolvido ainda no período do isolamento. (Coordenadora do CAECDT, 2021).

5.2 A Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB): aprendizagens e desafios no fortalecimento dos cuidados socioambientais nas comunidades

Espera-se que dos diversos processos educativos ocorridos na complexa relação camponeses/as/fregueses/as/Universidade resulte na mudança de hábitos dos sujeitos que compõem essa tríade no sentido de sensibilizá-los/as para a necessidade de uma produção de alimentos que preserve e conserve a sociobiodiversidade do território. Aqui, conforme exposto anteriormente, partiremos dos princípios e conceitos da Agroecologia e da Educação do Campo para compreender em que medida tais processos educativos fortalecem os cuidados socioambientais nas comunidades, sejam no campo ou na cidade.

Para tanto, trazemos aqui dados/depoimentos extraídos das entrevistas realizadas com feirantes, fregueses e coordenação da FAUNEB, em 2022. Dessa forma, evidenciamos ao longo do texto, partindo dos referidos dados, o diálogo contínuo estabelecido no espaço da feira entre os/as feirantes, a freguesia e a comunidade unebiana, que se traduz na troca de conhecimentos sobre os usos, propriedades, qualidades, procedência e as opções de preparo dos alimentos saudáveis e, por conseguinte: “trocas de saberes, de experiência, acesso a alimentos saudáveis, além do escoamento da produção das agricultoras” (J.B, coordenadora do CAECDT, 2022).

A educação do campo, a agroecologia, através da ação da FAUNEB, contribui com o debate sobre as plantas medicinais, as plantas alimentícias não convencionais (PANCs), o alimento vivo. São discussões que contribuem para refletir sobre o cotidiano dos/as agricultores/as e, também, para afirmar a importância dos alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos. De início, apresentamos a fala de uma freguesa que viu na feira a possibilidade de se curar e aprender com as feirantes os diversos modos de preparo das ervas, verduras e toda a diversidade de alimentos plantados, colhidos e vendido por essas feirantes, carinhosamente chamada de “meninas”:

Eu venho e consulto com elas, além de aprender sobre outras formas de alimentos com plantas não convencionais. São alimentos que elas mesmas produzem. Isso pra mim é rico porque até hoje eu tenho problema de saúde, se eu vejo uma folha eu vou lá e pergunto pra elas qual a função daquela folha. porque eu não sou de tomar remédio, eu não sou boa de remédio. O meu pai, manipulador de farmácia, dizia, 'os remédios naturais são os melhores'. Então elas me ajudam muito nisso. (AC, freguesa da FAUNEB, 2022).

É interessante observar como ela vai à feira procurar os produtos comercializados, mas também busca o conhecimento, a receita, seja do chá ou do preparo dos alimentos. Isso é possível a partir da confiança que deposita nas feirantes e no reconhecimento destas enquanto pessoas que possuem conhecimentos adquiridos a partir da experiência popular do uso das plantas medicinais, receitas de chás, alimentos, enfim, conhecimentos ancestrais, passados de pai para filho.

Acho que a feira me educou muito, me trouxe outra estrutura mesmo de relação tanto com o meu corpo, com a minha mente e ajustando aos produtos ficou outra história, mesmo tendo outra prática de vida na relação comigo mesmo, com o cuidado comigo a partir daí então eu não consigo sentir nem o cheiro do quintal tradicional e fico sem comer se levar muito tempo sem chegar o ovo de quintal. Né? Então você sente assim por isso que eu digo assim. A gente só consegue passar como verdade aquilo que a gente sente, né? Eu sinto hoje. (A.C, freguesa da FAUNEB, 2022).

Por outro lado, a freguesa A.C, pedagoga, poetisa, contadora de histórias, sempre que pode, traz a sua arte para a feira. Seja recitando poesia, tocando pandeiro e contando histórias, ou seja, ela estabelece com a feira uma relação dialógica ao mesmo tempo em que aprende e ensina. Vale ressaltar que A.C é a educadora que realizou a oficina de pandeiros na feira, em que todos participaram.

Você aprendeu o que você ensinou na feira. A feira traz, acho que o conhecimento, as experiências que você tira dela, a feira traz, acho, que conhecimento de todas Essa coisa de pensar a planta, o que se come o cuidado da colheita. (SR, freguesa da FAUNEB, 2022).

O depoimento de SR, professora da universidade e freguesa da feira, relata a experiência de aprendizagem dela com as feirantes, e destaca as trocas, no que se refere aos conhecimentos entre as mulheres trabalhadoras, que acordam de madrugada, mas que chegam e trocam assuntos referentes à sua saúde e sexualidade.

Então, assim, aprendizados científicos, né? Como a gente na universidade acha que o que elas fazem não é científico, mas no que a universidade ainda entende como científico também tem essas trocas porque muitas

delas já foram professoras, já foram já trabalharam em outras áreas algumas vezes gente encontra pares da própria universidade ali então às vezes fica vai ter um evento de alguém isso é sobre o quê? E aí desenrola conversa sobre aquilo. Então, tem sim e acho que são muitos aprendizados (SR, freguesa da FAUNEB, 2022).

A entrevistada SR. chama atenção para o reconhecimento dos saberes populares, traz a questão da ciência, na comparação com os saberes populares, questiona se não seriam científicos. Na verdade, ao fazer esse questionamento, ela traz a reflexão sobre o reconhecimento dos conhecimentos produzidos pelas camponesas, a partir do seu trabalho.

No entanto, além da venda de alimentos produzidos pelos/as camponeses/as, o espaço da Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia também tem sido palco para a ocorrência de atividades culturais, a exemplo das rodas de conversa sobre temas como alimentação saudável, questão agrária e gênero, debate sobre plantas alimentícias não convencionais (PANCs), oficina do alimento vivo e compostagem.

Nas falas a seguir, podemos perceber a dimensão ampliada da educação do campo na tentativa de se conquistar a autonomia do território camponês.

Aprendi que devemos fazer o nosso próprio adubo orgânico e preservar a natureza. Nas oficinas a gente aprende a não agredir a terra, essas coisas. (AP, feirante da FAUNEB, 2022).

A gente trabalha muito com as ervas, em todos os sentidos eu trabalho também com xaropes natural, coisas que é tirado daqui da nossa produção, que a gente não pode esquecer porque se a gente tem acesso a esse tipo de produto a gente não vai ir por qualquer probleminha lá na farmácia (DS, feirante da FAUNEB, 2023).

De acordo com os depoimentos das feirantes, acima, o projeto da feira, bem como suas ações e metodologias, desempenha uma função educativa relevante, traduzida na comprovação prática de que a agricultura nos moldes agroecológicos tem sido uma prática desenvolvida e fortalecida pelas atividades articuladas na ação da Feira.

Figura 11 - Colheita para o dia da feira: acampamento Paulo Jackson - São Sebastião do Passé-BA e o acampamento Recanto da Paz



Fonte: Arquivos do pesquisador (2022).

Ainda, é importante destacar a visibilidade aos alimentos saudáveis (Figura 11), de procedência conhecida porque são cultivados pelas próprias feirantes e comercializados e dialogados diretamente com os consumidores/as fregueses/as a preço solidários.

Nossa produção é agroecológica, a gente tem certeza de que o alimento que nós estamos levando para a mesa de uma grande maioria, é um alimento saudável, natural e livre de qualquer tipo de veneno (DS, feirante da FAUNEB, 2022).

Quando eu cheguei para fazer parte do movimento do sem terra, eu entendi que ele fazia esse trabalho para preservar a natureza e não usar agrotóxico (RF, feirante da FAUNEB, 2022).

Diante das falas, pode-se afirmar a existência de uma produção agropecuária de pequena escala, na sua maioria de fundo de quintais, que segue as orientações da agroecologia, ora orquestrada pelos movimentos de luta pela terra nos assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária no Território de Identidade Metropolitano de Salvador.

Eu não sei dizer quando a feira começou. Antes da feira chegar, eu desejava muito que ela acontecesse aqui porque eu frequentava a feira da UFBA, mas eu moro aqui do lado e trabalho aqui. Então eu ficava assim, sempre falando, 'poxa nem pra gente ter uma feira agroecológica aqui no Cabula, ou melhor, nem pra gente ter uma feira aqui na UNEB'. Desde que a feira começou eu frequento, até na pandemia eu comprei online. (SR, freguesa da FAUNEB, 2022).

A UNEB tem se constituído em um importante espaço de difusão das coisas da roça, da economia solidária e, sobretudo, dos princípios agroecológicos junto a um público cuja parcela significativa ainda detém pequena familiaridade com esse paradigma, o desenvolvimento de práticas agrícolas que promovam a conservação dos recursos naturais e da diversidade biológica.

Gosto da temática tecnologias sociais, eu costumo usar insumos naturais, nada de uso de agrotóxicos. Se a gente tira uma arvorezinha, a gente planta outra no lugar, para que no futuro a falta dessa árvore não venha a causar danos (DS, feirante da FAUNEB, 2022).

Além disso, a feira organiza debates importantes, através das oficinas, tais como: Compostagem em Balde, uso das plantas alimentícias não convencionais, o sagrado feminino, Yoga, Percussão, tudo isso vai promovendo a troca dos saberes e a construção de novos saberes nascem dessas relações. Queria destacar uma situação que acho uma das mais interessantes formas de trocas de saberes, que é os bate papos que ocorre entre os/as feirantes e fregueses, troca de receitas, apresentação de novos produtos até então desconhecidos pelos fregueses, por outro lado os fregueses demandam o plantio de outros produtos, que sentem falta na feira, estimulando a diversificação da produção. Observo que quando o pessoal do Armazém do Campo está presente, chama muito atenção dos fregueses os produtos vindos das cooperativas do Sul e Sudeste, com especificações do produto, informações de outros Estados, ela está sempre rodeada de estudantes, professores e pessoas da comunidade externa trocando informações, produzindo novos conhecimentos (R.M.C.R. coordenadora do CAECDT/2017, 2022).

Assim, a Educação do Campo e a Agroecologia partem da realidade e do cotidiano do trabalho dos camponeses, nas formas de solidariedade e cooperação entre as pessoas, sobretudo, nos cuidados com a natureza.

Nós temos até plantio de reflorestamento em volta do lugar, dos que eu sei de plantação, põe o esterco no fundo da cova e os restos de folhas por cima para poder fazer a adubagem, em vez de queimar tudo, como a gente fazia antigamente. A terra era fértil, na verdade a gente não precisava usar fertilizante (DA, feirante da FAUNEB, 2022).

Embora sejam solos bem aerados e de boa percolação no seu perfil, também podem sofrer fisicamente na falta do bom manejo. Nesse caso, o solo coberto, seja cobertura viva ou morta, tem muitos benefícios. Os restos de colheita, ou até mesmo de roçado, formam uma camada protetora no solo, impedindo que as gotas da chuva batam diretamente na sua superfície, reduzindo o seu impacto, o que evita a formação de pequenos sulcos, ravinas (voçorocas). Para a agricultora/feirante DA, esse processo de proteção do solo é um ponto importante para manter a sua fertilidade.

Figura 12 - Os solos são arenosos no acampamento Recanto da Paz, essa ocorrência também se repete no acampamento Paulo Jackson, Município de São Sebastião do Passé-BA



Fonte: Arquivos do pesquisador (2022).

Para Primavesi & Primavesi (2018), o solo é um organismo vivo e não um simples suporte como se pensou por muito tempo, pois, ao considerar o íntimo entrosamento de todos os processos do solo, sejam eles físico, químico e biológico, de certa forma, isso modificou a nossa visão de agricultura. A decomposição do material vegetal adiciona matéria orgânica ao solo, o que melhora a sua estrutura de fertilidade.

Figura 13 - Uso de cobertura do solo e adubação produzida na comunidade



Fonte: Dona R., acampamento Recanto da Paz, no Município de Dias D'Ávila, 2022.

O material em decomposição cria uma barreira que ajuda a reter a umidade do solo, sendo especialmente benéfico em áreas com períodos prolongados de seca ou poucas chuvas, pois mantém o solo úmido por mais tempo e, à medida que os resíduos se decompõem, eles fornecem nutrientes essenciais às plantas; e essa prática de cobrir o solo pode reduzir a necessidade de rega. Mas, por outro lado, essa mesma cobertura que protege os solos aumenta o risco de ocorrência das queimadas. Como disse uma acampada: “A gente limpa e não toca fogo e quem aduba a terra fica mais forte” (Dona A. acampamento Paulo Jackson-São Sebastião do Passé-BA, 2022).

Essa preocupação com as queimadas e a importância da estratégia de manutenção da cobertura viva ou morta no agroecossistema se expressa na fala da acampada RF (2022):

A questão fundamental para mim dentro da minha área é não pôr fogo, não. Porque o fogo ele termina com todas as formas de vida; quando você põe a queimada, você tá queimando todos os microorganismos da terra; quando você não faz a queimada, que você pega todas aquelas folhas, você tá agregando tudo de bom na terra né, as coisas da terra é os nutrientes né? (RF, feirante da FAUNEB, 2022).

Para prevenir as queimadas é preciso estar atento a qualquer atividade suspeita e é necessário que todas as ações estejam sincronizadas para facilitar as ações de combate às queimadas, assim, são realizadas várias ações para prevenir as queimadas, uma delas é a limpeza das beiras de cerca (acero), onde é comum o início de incêndios provocados acidentalmente por transeuntes, para isso se estabelece o monitoramento feito por membros experientes dos acampamentos para identificar rapidamente os focos de incêndios e o seu posterior combate.

A UNEB, numa relação dialógica construída historicamente com e para os sujeitos do campo, também aprende nesse movimento, conforme evidenciado na seguinte fala da coordenadora na época de fundação da feira:

Outro aprendizado é para a própria universidade (estrutura administrativa), que vai se acostumando a lidar com os diferentes e suas demandas. Por exemplo, a partir da Feira já emergiu demanda de cursos de extensão de agroecologia, economia solidária, bem como plantio de frutíferas no campus [...] (R.M.C.R., coordenadora do CAECDT/2017, 2022).

Assim, na medida em que essa relação se estreita, a universidade se aproxima da realidade desses sujeitos de modo qualificado e concatenado com suas demandas reais:

Antes a gente produzia mas a gente não tinha pra quem vender, não tinha como sair daqui das nossas áreas e hoje podemos com essa ajuda que a UNEB dá pra gente no transporte, pois, o nosso maior problema é o transporte da produção para chegar até a feira (DS, feirante da FAUNEB, 2022).

Vai se cumprindo, assim, o papel da universidade enquanto universidade popular e inclusiva. Contribui, também, para a emergência de temáticas relevantes (por exemplo, soberania alimentar, impactos dos agrotóxicos na saúde etc.) para formação nos diversos cursos oferecidos pela UNEB.

O uso de agrotóxico na minha área não entra, não tem entrada de agrotóxico. É porque muitas vezes a gente pensa que agrotóxicos não faz nada com o organismo da gente, ou não afeta o meio ambiente, estão completamente enganados. Alternativas aos venenos existem dentro da agroecologia. Quando eu cheguei para fazer parte do movimento, eu entendi que ele fazia esse trabalho para preservar a natureza e não usar agrotóxico. A produção de fertilizantes naturais foi muito boa, muito maravilhosa e também é questão de a gente guardar também a semente crioula e não utilizar a queimada, produzir o nosso adubo, a gente se preocupava com a preservação da natureza para guardar a semente para o próximo plantio. Depois das oficinas a gente fez mais ainda pra não agredir a terra. A gente é contra a queimada e guarda a nossa semente crioula. (RF, feirante da FAUNEB, 2022).

A FAUNEB apresenta uma perspectiva de ensino-aprendizagem que rompe com a lógica da sala de aula focada na figura do professor, detentor dos conhecimentos. Na Feira, os saberes circulam numa perspectiva horizontalizada, conforme evidenciado na fala a seguir:

[...] a feira instalada no campus universitário, remete a uma sala de aula a céu aberto onde se desenrolam variadas atividades e circulam odores e sabores na forma de produtos, transportados do campo e comercializados por agricultores(as) familiares, que são indagados(as) para satisfazer a curiosidade da freguesia em torno de um conhecimento que traz consigo a marca da confiabilidade e da ancestralidade (FB coordenador da FAUNEB, 2022).

Associadas aos movimentos sociais do campo, as feirantes trazem consigo suas narrativas e vivências acerca desses movimentos e de sua importância para a promoção da soberania alimentar:

Eu compreendia que o nosso papel de fazer o plantio seria, assim, de uma forma natural, mas a gente não tinha essa dimensão que está tendo hoje sobre a agroecologia. Sobre o plantio, hoje vi que o que meus pais faziam estava correto e hoje a gente compreende como a agroecologia. E aí eu tenho essa experiência de meus pais e (RF, feirante da FAUNEB, 2022).

Contribuem, portanto, para a desconstrução da imagem promovida pela mídia hegemônica acerca desses movimentos, muitas vezes reproduzida pelos professores e pelos futuros profissionais por estes formados.

Primeiro aprendizado é a importância que a feira tem para desconstrução de preconceitos a respeito dos Movimentos de luta pela terra. Quando os/as feirantes colocam suas bandeiras dos movimentos que pertencem, isso gera muito debate entre feirantes e fregueses, contribuindo para desconstrução de falsas narrativas espalhadas pelas mídias e grupos inimigos da Reforma Agrária. (RMCR, coordenadora do CAECDT/2017, 2022).

A feira é feminina e isso me motiva, eu acho que a gente precisa pensar que as mulheres têm todas as capacidades que os homens e, mas neste momento a gente precisa fortalecer esse lugar que foi e ainda o é muito masculino não só a feira, mas, toda espécie de produção no mundo. (SR, freguesa da FAUNEB, 2022).

As camponesas, enquanto parte desse movimento da agroecologia e educação, e partindo de suas vivências, apresentam sua perspectiva e o fazem nos contatos sucessivos com as/os freguesas/es, baseadas na confiança construída nessas aproximações.

A gente tá levando mais alimento tanto para a nossa mesa quanto para comercializar na cidade. A produção é suficiente para alimentar a minha família e expor nas feiras (AP, feirante da FAUNEB, 2022).

Gostaria de trabalhar com as ervas, de ter mais conhecimento nesse sentido né. Trabalhar mais com a ideia mas a gente aprender eu tenho interesse em aprender mais (DS, feirante da FAUNEB, 2022)

Na medida em que a feira se apresenta enquanto demanda de saberes e sabores, os/as fregueses acabam recuperando memórias afetivas e conhecendo, ou reconhecendo, esses sabores. Memórias da terra natal, o cheiro da infância, mas, também, de conhecimentos, a partir das conversas, oficinas, manifestações populares, encontros, reencontros e sociabilidades e vivências educativas.

O sabor do alimento é diferente. Então às vezes eu saio daqui da cidade louca pra ir para o interior pra pegar uma fruta com sabor e nas minhas poesias dizem isso eu vou pra cidade Cachoeira-BA, onde a fruta tem sabor não é? E a qualidade eu acho que faz a diferença (AR, freguesa da FAUNEB, 2022).

A feira agroecológica, o que der pra eu estar nesse consumo. Também por essa questão de ser sem agrotóxico. Eu acho que a gente precisa mobilizar o mundo que isso mais nos prejudica o agrotóxico do que nos favorece. Né? Então eh esse é o grande segundo motivo. E fora a alegria de estar encontrar os pares, conversa com um, “conversa” com outro. É sempre muito bom. (SR, freguesa da FAUNEB, 2022).

Assim, podemos observar, através das falas, que já inicia um processo gradual de internalização da pauta agroecológica e do bem viver, tanto por parte dos produtores/as feirantes e fregueses/as, como da própria comunidade acadêmica, na medida em que falam do empenho na conquista de mudanças de hábitos e adoção de valores mais sustentáveis e saudáveis, bem como numa prática de consumo responsável.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As feiras agroecológicas e as ações educativas desenvolvidas em seu cotidiano podem ser compreendidas como iniciativas importantes para uma educação emancipatória, contribuindo para diminuir as problemáticas sociais, culturais, políticas e ambientais das populações camponesas, assegurando-lhes o direito a uma vida digna.

A trajetória da FAUNEB é marcada pelos desdobramentos das necessidades que foram se impondo na sua caminhada ao longo dos 6 anos de existência, tais como: a formação dos agricultores e da equipe, comunicação, infraestrutura, transporte, diálogo entre feirantes e fregueses, planejar ações na feira, concorrer a editais para captar recursos e bolsas para os monitores, essa dinâmica se apresenta como desafio para nós, pesquisadores, que nos propomos a capturar o objeto/sujeito em pleno movimento.

Para tanto, a Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia do Campus I, ao promover ações educativas e a interação entre sujeitos oriundos de espaços distintos, cria um movimento educativo, proporcionando aos/as camponeses/as e aos/às fregueses/as, condições espaciais necessárias para o diálogo de saberes e aprendizados. Nesse sentido, a feira se apresenta não somente como espaço de troca de produtos, mas, também, de saberes constituídos a partir da diversidade cultural do território camponês, mediados pela universidade.

A FAUNEB, orientada pelos princípios da educação do campo e da agroecologia, possibilita o surgimento de espaços de aprendizagens, partindo do diálogo entre os diferentes saberes. Porém, para os camponeses adotarem a agroecologia e suas práticas é preciso que esse camponês tenha domínio do seu território, dos meios de produção e a posse da terra, nesse caso, é preciso que seja realizada a Reforma Agrária Popular.

Os fundamentos da agroecologia e da educação do campo estão presentes na orientação da experiência da Feira Agroecológica da UNEB e nos chamam atenção para a importância do território camponês, consonante com o seu papel de produzir alimentos saudáveis, dos cuidados com a natureza, evidentemente, numa perspectiva da segurança alimentar para o campo e para cidade. A indissociabilidade entre a educação do campo e a agroecologia poderá possibilitar o

fortalecimento da Agricultura Camponesa na medida em que essa ação também fortalece a equação “produzir, conservar e preservar”.

A Feira Agroecológica da UNEB Campus I tem possibilitado a desconstrução dos estereótipos atribuídos aos movimentos sociais populares do campo, ao menos no seu entorno, na medida em que se estabelece a relação dos/as camponeses/as feirantes com os frequentadores da feira, bem como, na promoção concreta do debate nos espaços da Universidade, sobre a importância de uma alimentação saudável, chamando atenção, também, para os danos provocados pelos agrotóxicos, do papel dos movimentos sociais na luta pela reforma agrária e defesa da agroecologia. Ao abordar a feira como um espaço em que há relações educativas entre os feirantes, universidade e fregueses, faz-se necessário retomar o princípio da “dialogicidade” entre os saberes acadêmicos e os saberes populares.

São esses saberes, produzidos em espaços e tempos diferentes, que se encontram na feira e são trocados, e essas trocas acontecem de diversas formas, desde um bate papo entre feirantes e fregueses à realização de oficinas, rodas de conversa, eventos culturais promovidos pela comunidade universitária.

Vale ressaltar que várias ideias sobre atividades realizadas na feira nascem do diálogo estabelecido na própria feira, como, por exemplo: a oficina de compostagem em balde, as rodas de música e poesia, plantio de laranja bahia no campus, yoga, alimento vivo, apresentação da potencialidade das PANCs, debate sobre reforma agrária e movimentos sociais, plantas medicinais, o direito à segurança alimentar. A Feira Agroecológica, ao se espacializar na Universidade do Estado da Bahia, materializa a intenção de facilitar o diálogo entre campo e cidade, é o lugar da economia solidária e da troca de saberes.

A educação do campo consolidada também fortalece o território camponês com o ganho da sua autonomia, evidentemente, uma autonomia relativa, porque não podemos esquecer em que sistema de produção nós estamos vivendo. Ao mobilizar os povos do campo, a educação do campo e a agroecologia criam espaços de encontros e reencontros entre o campo e cidade, em que camponeses/as feirantes e fregueses compartilham suas lutas, labutas, anseios e desejos, constituídos a partir de diversas objetividades, são espaços distintos que se encontram, aprendem e ensinam nos espaços produzidos pela feira e sua articulação. Nesse sentido, a Feira Agroecológica da UNEB contribui para desconstrução de preconceitos estigmatizados acerca das populações que vivem e resistem no campo.

Vale ressaltar que esta experiência nasce de uma articulação insurgente ao paradigma produtivo que se instalou no campo brasileiro no século passado, articulado e dialogado com sujeitos coletivos da luta pela terra e território.

Neste caso, a Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia do Campus I vem cumprindo o seu objetivo, ao desenvolver ações educativas e promover as relações e interações entre sujeitos oriundos de espaços distintos, para o diálogo de saberes e conhecimentos. Assim, são os camponeses trazendo para o espaço urbano, não somente os alimentos os quais produzem, mas, também, os saberes constituídos a partir da diversidade cultural do território camponês.

A agricultura camponesa, quando orientada sob os princípios da educação do campo e da agroecologia, possibilita o surgimento de espaços de diálogos entre os diferentes saberes. No entanto, para os camponeses adotarem a agroecologia e suas práticas, é preciso que esse camponês tenha domínio do seu território, dos meios de produção e a posse da terra, nesse caso, é preciso que seja realizada a Reforma Agrária Popular para que famílias camponesas sem terra possam, também, pôr em prática a Agroecologia e seus princípios.

Porém, muitos desafios ainda se colocam à frente do projeto, retardando o ideal desejado, como, por exemplo, a falta de políticas públicas para a agricultura familiar/camponesa, que tem enfrentado uma série de dificuldades, tais como: a captação de água da chuva nos telhados e calçadas para resolver o problema da falta d'água no período sem chuvas; o problema das estradas ruins, o que aumenta o custo das viagens com o aumento do número de manutenção dos automóveis; a falta de transportes para ajudar na logística da produção; a falta de assessoria técnica apropriada à agricultura camponesa e agroecológica; ampliação das parcerias com outras organizações de agricultores e prosseguir no esforço de fazer da feira, um espaço de construção de novas relações na sociedade. Por fim, é preciso envolver, nesta proposta, mais cursos da UNEB como, Nutrição, Farmácia, Pedagogia, Direito e Comunicação.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. p. 22-24.
- ALENTEJANO, Paulo; CHUVA, Luíza. Território. In: DIAS, Alexandre Pereira *et al.* (Orgs.). **Dicionário de agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, 2021.
- ALTIERI, Miguel. **Bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ALVES, Hugo de Almeida; SOBREIRO FILHO, José. Uma análise dos trabalhos de geografia sobre movimentos socioespaciais, socioterritoriais e sociais dos ENG 'S (CBG 2004, ENG' S 2006, 2008, 2010 e 2012). Vitória - ES. **VII Congresso de Geógrafos**: da AGB e a geografia brasileira no contexto das lutas sociais, 2014.
- BAHIA, Governo do Estado. Diretoria de planejamento. **A política territorial do Estado da Bahia**: Histórico e Estratégias de Implementação de 2003 a 2021.
- BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Perfil dos Territórios de Identidade**. Volume 1, Salvador: SEI, 2015. Disponível em: [https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content & view=article & id=2000 & itemid=284](https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2000&Itemid=284). Acesso em: 01 nov. 2022.
- BAHIA. **Territórios de Identidade**. Disponível em: <http://www.bahiater.sdr.ba.gov.br/servicos/territorios-de-identidade>. Acesso em: 17 jan. 2024.
- BARBOSA, Lia Pinheiro; ROSSET, Peter Michael. Educação do campo e pedagogia camponesa agroecológica na América Latina: aporte da la via campesina e da CLOC. Dossiê. **Educ. Soc.**, v. 38, n. 140, jul-set, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017175593>. Acesso em: 01 fev. 2023.
- BARBOSA, Maicon. Narrativas, conversações e alguns ritornelos em meio à feira livre. **Ponto Urbe** [Online], v. 8, 2011. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1766>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- BERNSTEIN, Henry. **Dinâmicas de Classe da Mudança Agrária**. Trad. Beatriz Medina. São Paulo. Editora UNESP, 2011.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Corrêa. A pesquisa participante: um momento de educação popular. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, p. 51-62, jan./dez, 2007.
- BRITO, F. E. M.; DUQUÊ, G. Modernização, agrotóxicos e a emergência do paradigma ecológico. In: LIMA, Jacob C. *et al.* (Orgs.). **Trabalho, Sociedade & Meio Ambiente**. 1. ed. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1997. p. 181-192.

BRITO, Francisco E. Matos; CRUZ, Adenilson Alves; ROCHA, Wanderlei Silva. A trajetória da Feira Agroecológica da UNEB e a boa companhia dos novos rebentos que brotam nos campi da universidade. **Encontro Baiano de educação do campo**, 2018.

BRITO, Francisco E. Matos. Da crítica à revolução verde à chegada da agroecologia no campo e no Campus. **Educação do campo e Agroecologia**: resistência e luta pelo fortalecimento dos saberes e fazeres. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

BOAVENTURA, EM. **A construção da universidade baiana**: objetivos, missões e afrodescendência [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. Obras de Edivaldo M. Boaventura. pp. 269-271. ISBN 978-85- 2320-893-6. Available from SciELO Books .

BRUMER, A.PANDOLFO, G. C.; CORADINI, L. **Gênero e agricultura familiar**: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil. 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST3/Brumer-Pandolfo-Coradini_03.pdf. Acesso em: 08 ago. 2021.

DI LAURO, Aluztane. EVANGELISTA, Antonia dos Reis Salustiano. LAGE, Creusa dos Santos. PASSOS, Ana Lúcia Santos. SCHEER, Marcia Aparecida Procópio da Silva. **Territórios de identidade no Brasil**: uma análise teórica e metodológica no Estado da Bahia, em 2009.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre as tarefas educativas da escola e a atualidades**. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2023.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo e Agroecologia. In: DIAS, Alexandre Pereira *et al.* (Orgs.). **Dicionário de agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, 2021.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In: DIAS, Alexandre Pereira *et al.* (Orgs.). **Dicionário de agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, 2021.

CAPORAL, Francisco Roberto. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. Dissertação em Extensão Rural. Santa Maria-RS. Universidade Federal de Santa Maria, 1991.

CENSO 2010. Disponível em: ibge.gov.br/. Acesso em: 16 set. 2020.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO, Horácio Martins de. Campesinato. In: CALDART, R. *et al.* (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CPT. Conflitos no campo: Brasil 2020. **Centro de Documentação Dom Tomás Balduino**: Goiânia – CPT Nacional 279 p. 2021.

CRUZ, Adenilson Alves; SILVA, Roberto Marinho Alves da; SILVA, Ronalda Barreto. Educação e estratégias emancipatórias no campo: a formação do trabalhador para agroecologia e economia solidária In: BRITO, Francisco Emanuel Matos *et al.* (Orgs.). **Educação do campo e agroecologia: resistência e luta pelo fortalecimento dos saberes e fazeres**. São Carlos-SP: Ed. Pedro e João, 2022.

DOWBOR, Ladislau. Educação e desenvolvimento local. In: MAFRA, Jason. (org.). **Globalização, educação e movimentos sociais: 40 anos da pedagogia do oprimido**. Instituto Paulo Freire. São Paulo: Editora Esfera, 2009. p. 22-36.

FERNANDES, B. M. (2012). Movimentos sócio-territoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, v. 6, p. 24-34. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i6.1460>. Acesso em: 01 fev. 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias. **I Encontro Nacional de Pesquisa em educação do campo**. Coordenação geral de educação do campo do Ministério da Educação. Brasília-DF. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Território Camponês. In. Dicionário da educação do campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). **(GEO)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana (BA): UEFS Editora, 2010, v., p. 269-304

GEOGRAFAR, **Geografia dos assentamentos em área rural**. Universidade Federal da Bahia. Salvador - Bahia. GEOGRAFAR - 2022. Disponível em: <https://geografar.ufba.br/geografar-25-anos>. Acesso em: 10 jun. 2022.

GOHN, Maria da Glória. **Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUHUR, Dominique; SILVA, Nívea Regina da. Agroecologia. In: DIAS, Alexandre Pereira *et al.* (Orgs.). **Dicionário de agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, 2021.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, setembro de 2014.

IBGE/SIDRA - **CENSO AGROPECUÁRIO**, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pmc/brasil>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Região Metropolitana de Salvador**. Rio de Janeiro. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia/Sedur (SEI/Sedur). Governança Metropolitana, 2015.

JOLLIVET, Marcel. Sociedades rurais e capitalismo. In: JOLLIVET, Marcel. **Comunidades Rurais Francesas: sociedades camponesas ou luta de classes na aldeia**. Paris, Armand Colin, 1974. p. 230-269.

KIMURA, Shoko. **Geografia no Ensino Básico: questões e propostas**. São Paulo: Contexto, 2008.

KINUPP, Valdely Ferreira. **Plantas alimentícias não-convencionais da região metropolitana de Porto Alegre, RS**. 2007.

LEITE, Sérgio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo. Agronegócio. In: CALDART, R. *et al.* (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LONDRES, Flávia. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para a ação em defesa da vida**. Rio de Janeiro: AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **Dialética da Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARTINS, José de Souza. **Cativeiro da terra**. Ed. Ampliada. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, K. O capital. **Crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, I,1, 1974.

MASCARO, Alysso Leandro. Teses sobre desenvolvimento e capitalismo. Publicado originalmente no livro **Utopias para Reconstruir o Brasil**, organizado por Gilberto Bercovici, João Sicsú e Renan Aguiar. Rio de Janeiro, Editora Quartier Latin do Brasil, 2020.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. A crise do capital global e suas consequências na apropriação da natureza e do trabalho. **VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, Vitória - ES. Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2014.

MITIDIERO JUNIOR, Marcos Antonio. O Agro não é pop”: estudo aponta que a fome é resultado do agronegócio. **Entrevista. Brasil de Fato**, 2021.

OBSERVA SSA. <https://observatoriobairrossalvador.ufba.br/>

PALUDO, Conceição. Educação popular. In: CALDART, R. *et al.* (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PEREIRA, Gilberto Corso; FERNANDES, Cláudia Monteiro; MOSQUERA, Carlos Dias. **Salvador em transformação: a dinâmica populacional recente da região metropolitana no Censo 2022** 24/08/2023. (Artigos Semanais).

PEREIRA, S. B.; BRITTO, T. P.; PEREIRA, V. G. Feira-livre como experiência de Bem Viver: uma expressão pulsante das resistências cotidianas. **Percursos**, Florianópolis, v. 23, n. 53, p. 180 - 210, 2022. DOI: 10.5965/1984724623532022180.

Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/22257>. Acesso em: 14 abr. 2023.

PEREIRA, Thaylize Goes Nunes; PARAIZO, Maria Angélica. Governo Lula e a tentativa de conciliação de classes antagônicas: o avanço do agronegócio versus a resistência dos movimentos sociais em defesa da soberania alimentar, no Brasil. In: SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção. **Territórios, Movimentos Sociais e Políticas de Reforma Agrária no Brasil**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. 228 p.

PINO, Francisco Alberto. Sazonalidade na agricultura. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 61, n. 1, p. 63-93, jan./jun. 2014

PRIMAVESI, Ana; PRIMAVESI, Artur. **A biocenose do solo na produção vegetal e deficiências minerais em culturas nutrição e produção vegetal**. 2. ed. São Paulo-SP: Expressão Popular, 2018.

REINALDO FILHO, Edvaldo dos Santos; BENTO SODRÉ, Maria Dorath; RODRIGUES, Rosana Mara Chaves. In: **Educação do campo e Agroecologia: resistência e luta pelo fortalecimento dos saberes e fazeres**. São Carlos-SP: Pedro e João Editores, 2022.

RIOS, Sadraque Oliveira. Desafios à categoria “território de identidade”: uma análise da proposta de desenvolvimento instituída pela lei baiana nº 13.214/2014. **Revista AJURIS**, Porto Alegre, v. 45, n. 145, dez. 2018.

RODRIGUES, Rosana Mara Chaves; SANTOS, Stella Rodrigues dos. Reconhecimento e intersubjetividade nos tempos/espços formativos de educadores do campo: a proposta do Projovem – Saberes Terra na Bahia, In: SOUZA, Elizeu Clementino (org.). **Educação e Ruralidades: memórias e narrativas (auto) biográficas**. Salvador: EDUFBA, 2012.

RODRIGUEZ, Leidy Casimiro; MARTÍN, Jesús Martin. La agricultura familiar en Cuba, evolución y retos al futuro. In: **Educação do campo e Agroecologia: resistência e luta pelo fortalecimento dos saberes e fazeres**. São Carlos-SP: Pedro e João Editores, 2022.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

SANTOS, Milton; SEABRA, Odette Carvalho de Lima; CARVALHO, Mônica de; LEITE, José Corrêa. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. [S.l: s.n.], 2001.

SANTOS, Tiago Rodrigues. **“CETA: nossa luta é justa e certa!” - formação e territorialização do Movimento CETA (1994-2009)**. Monografia (Departamento de

Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia). Salvador, 2010.

SEBRAE. RESPOSTAS. **O que é nicho de mercado?** Disponível em: <https://respostas.sebrae.com.br/o-que-e-nicho-de-mercado/>. Acesso em: 24 out. 2023.

SILVA, Maria do Socorro. Educação popular como teoria e prática da educação do campo: diálogos com Paulo Freire. **Revista debates insubmissos**, Caruaru, PE. Brasil, Ano 4, v. 4, n. 15, set./dez. 2021. ISSN: 2595-2803. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/>. Acesso em: 24 out. 2023.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 6. ed. São Paulo. Editora Perseu Abramo, 2012.

SOUSA, Adriano Amaro de. **Território de Identidade**: elementos para a identidade territorial. Presidente Prudente - SP. UNESP 2007.

SOUZA, José Gilberto de; KATUTA, Ângela Massumi. In: MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **Censo Agropecuário 2017**: o que revela o censo do Golpe? Marília - SP: Lutas Anticapital, 2022.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

STÉDILE, João Pedro. Questão Agrária. In: DIAS, Alexandre Pereira *et al.* (Orgs.). **Dicionário de agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, 2021.

TARDIN, José Maria; TRAVASSOS, Ronaldo. Educação Popular em Agroecologia. In: DIAS, Alexandre Pereira *et al.* (Orgs.). **Dicionário de agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, 2021.

TAVARES, Josélia; COSTA, Josineide; FAGUNDES, Marli. (Orgs.). **Diversidade Produtiva das Mulheres do MPA**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

TROILO, Gabriel; BOGO, Maria Nalva Rodrigues de Araújo. Educação do campo e contra hegemonia: as disputas de classe geradas pelo avanço da educação em agroecologia no ensino superior. In: BRITO, F. E. M. SODRÉ, M. D. B.; ANDRADE, G. S.; RODRIGUES, R. M. C. (Orgs.). **Educação do campo e agroecologia**: resistência e luta pelo fortalecimento dos saberes e fazeres. São Carlos - SP: Editora Pedro e João, 2022.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. ISBN 978-85-7177-318-9. Maceió: EDUFAL, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba - SP, v. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG, outubro, **XX Encontro Anual da ANPOCS**, 1996.

**APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS/AS FREGUESES/AS DA
FEIRA AGROECOLÓGICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
(FAUNEB)**

Pesquisa de Mestrado: A EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA:
PROCESSOS EDUCATIVOS NA EXPERIÊNCIA DA FEIRA AGROECOLÓGICA
DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (FAUNEB)

Pesquisador: Adenilson Alves cruz

Objetivo da pesquisa: Compreender o modo como estão articulados os princípios constitutivos da educação do campo e da Agroecologia nas dimensões educativas e formativas na experiência da Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB), desenvolvida pelo o Centro Acadêmico de educação do campo e Desenvolvimento Territorial Paulo Freire (CAECDT).

Objetivo da entrevista: Identificar entre os/as fregueses/as da Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB), em que medida, as atividades pedagógicas 56 realizadas na feira e a própria feira, promovem as trocas de saberes.

Idade:

Gênero:

1 - Há quanto tempo você vem à FAUNEB?

2 - Antes de frequentar a FAUNEB, você tinha conhecimento da produção agroecológica realizada pelos Movimentos Sociais Populares do Território Metropolitano de Salvador.

3 - O que lhe motiva vir à FAUNEB?

4 - Quais aprendizagens você pode destacar como experiência sobre a FAUNEB?

5 - Quais sugestões você daria para melhorar a FAUNEB?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE QUESTÕES PARA COORDENAÇÃO DA FEIRA AGROECOLÓGICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - FAUNEB E DO CENTRO ACADÊMICO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PAULO FREIRE (CAECDT)

Pesquisa de Mestrado: A EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA: PROCESSOS EDUCATIVOS NA EXPERIÊNCIA DA FEIRA AGROECOLÓGICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (FAUNEB)

Pesquisador: Adenilson Alves cruz

Objetivo da pesquisa: Compreender o modo como estão articulados os princípios constitutivos da educação do campo e da Agroecologia nas dimensões educativas e formativas na experiência da Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (FAUNEB), desenvolvida pelo o Centro Acadêmico de educação do campo e Desenvolvimento Territorial Paulo Freire (CAECDT).

Objetivo da entrevista: Identificar entre os coordenadores do CAECDT e da FAUNEB, em que medida as atividades pedagógicas realizadas na feira e a própria feira, promovem as trocas de saberes no espaço da Universidade do Estado da Bahia (UNEb).

- 1 - Quando foi fundada a FAUNEB?
- 2 - Quais foram as motivações para a realização da FAUNEB?
- 3 - Quais os passos foram necessários para a criação da FAUNEB?
- 4 - Quais os sujeitos são mobilizados para a realização da FAUNEB?
- 5 - Quais os aprendizados você destaca do início da FAUNEB até hoje?
- 6 - O que destacar para melhorar a FAUNEB?
- 7 - É frequente, tanto nos documentos oficiais do CAECDT como nas reuniões, a tradução da FAUNEB como espaço de troca de saberes. Explique esta afirmação!

**APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS REFERENTES AOS/AS
CAMPONESES/AS FEIRANTES DA FEIRA AGROECOLÓGICA DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (FAUNEB)**

Pesquisa de Mestrado: A EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA:
PROCESSOS EDUCATIVOS NA EXPERIÊNCIA DA FEIRA AGROECOLÓGICA
DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (FAUNEB)

Pesquisador: Adenilson Alves cruz

Objetivo da pesquisa: Compreender o modo como estão articulados os princípios constitutivos da educação do campo e da Agroecologia nas dimensões educativas e formativas da experiência da Feira Agroecológica da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), desenvolvida pelo o Centro Acadêmico de educação do campo e Desenvolvimento Territorial Paulo Freire (CAECDT).

Objetivo da entrevista: Avaliar entre os/as camponeses/as feirantes que participam da Feira Agroecológica da (UNEB), em que medida as atividades pedagógicas de troca de saberes não escolares ocorrentes no espaço da Feira e nas comunidades têm tido reflexo na equação produzir e preservar.

1. NOME.
2. IDADE.
3. SEXO.
4. ESCOLARIDADE.
5. INTEGRANTES DA FAMÍLIA.
6. MEMBROS DA FAMÍLIA QUE TRABALHAM NA ROÇA E NOS QUINTAIS PRODUTIVOS.
7. NOME DA COMUNIDADE.
8. POPULAÇÃO LOCAL.
9. MUNICÍPIO.
10. TERRITÓRIO DE IDENTIDADE.

11. FALE/CONTE SUA HISTÓRIA DE AGRICULTOR ANTES DE PARTICIPAR DA EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA? E FALE COMO CHEGOU A FAZER PARTE DESSA EXPERIÊNCIA?
12. HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ PARTICIPA COMO FEIRA DA FEIRA AGROECOLÓGICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA.
13. ALÉM DO TRABALHO NA PROPRIEDADE E NA FEIRA, VOCÊ TEM OUTRA ATIVIDADE? Qual?
14. Você PARTICIPOU DAS OFICINAS REALIZADAS NO ESPAÇO DA FEIRA?
15. O QUE VOCÊ DESTACA DE IMPORTANTE DAS OFICINAS?
16. 16. VOCÊ PARTICIPA DO CURSO DE FORMAÇÃO DOS AGRICULTORES MULTIPLICADORES EM AGROECOLOGIA?
17. VOCÊ TEM PARTICIPADO DE OUTROS ESPAÇOS DE FORMAÇÃO? Quais?
18. O QUE É A AGROECOLOGIA PARA VOCÊ?
19. FAZ ALGUM MANEJO NA ROÇA COM O OBJETIVO DE PRESERVAÇÃO DE ALGUMA FONTE DE ÁGUA OU DA FERTILIDADE DO SOLO.
20. QUAIS DESSAS TÉCNICAS DE PRESERVAÇÃO ESTÃO RELACIONADAS AOS CONHECIMENTOS DOS SEUS ANCESTRAIS.
21. QUAIS FORAM ESTIMULADAS PELAS ATIVIDADES OCORRENTES NO ESPAÇO DA FEIRA E DAS COMUNIDADES.
22. QUAL A SUA PERCEPÇÃO DA DIMENSÃO DO USO DE AGROTÓXICOS NO ESPAÇO DE INFLUÊNCIA DA SUA COMUNIDADE?
23. COMO É A RELAÇÃO DA SUA COMUNIDADE COM A COMUNIDADES VIZINHA?
24. OCORRE A TROCA DE SABERES DA SUA COMUNIDADE COM AS COMUNIDADES VIZINHAS? QUAIS SABERES?
25. VOCÊ TEM RECEBIDO ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE OUTRAS INSTITUIÇÕES? Quais?
26. COMO VEM OCORRENDO A EXPERIÊNCIA DE PASSAGEM DA AGRICULTURA CONVENCIONAL PARA UMA AGRICULTURA EM MOLDES AGROECOLÓGICOS?
27. COMO É O CONSUMO DA FAMÍLIA? OU SEJA, VOCÊS CONSOMEM OS ALIMENTOS QUE PRODUZEM?

- 28.SUA PRODUÇÃO É SUFICIENTE PARA ATENDER À SOLICITAÇÃO DA FREGUESIA DA FEIRA? OU VC NECESSITA COMPLEMENTÁ-LA COM PRODUTOS CULTIVADOS POR OUTROS AGRICULTORES? OU VOCÊ PRODUZ MAIS DO QUE É COMERCIALIZADO NA FEIRA E VENDE A PRODUÇÃO EM OUTROS CANAIS?
- 29.COMO FAZ O TRANSPORTE DA PRODUÇÃO? O TRANSPORTE É UM PROBLEMA?
- 30.ESTES OUTROS AGRICULTORES DA COMUNIDADE OU NÃO PRATICAM A AGRICULTURA CONVENCIONAL OU CULTIVAM DE MANEIRA AGROECOLÓGICA?
- 31.QUAIS OS OBSTÁCULOS E PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS AGRICULTORES, TANTO NA CONDIÇÃO DE PRODUTORES QUANTO NA DE FEIRANTES FORNECEDORES DE PRODUTOS PARA A FEIRA AGROECOLÓGICA DA UNEB?
- 32.QUAIS OS PRINCIPAIS GANHOS EM PRODUZIR AGROECOLOGICAMENTE E PARTICIPAR DA FEIRA?
- 33.QUAL A SUA RENDA COM A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA? COMPARE SUA RENDA ANTES DE PARTICIPAR DA FEIRA COM AGORA?
- 34.QUAIS SUGESTÕES DE TEMAS RELACIONADOS À PRODUÇÃO E À PRESERVAÇÃO, VOCÊ TERIA PARA AS PRÓXIMAS OFICINAS DE CAPACITAÇÃO?